

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB
Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade

ANTÔNIO JOAQUIM PEREIRA NETO

**ABUSOS DE MEMÓRIA E DE ESQUECIMENTO DO MODELO NACIONAL
TELEOLÓGICO DE ANTONIO CANDIDO**

Vitória da Conquista
2012

ANTÔNIO JOAQUIM PEREIRA NETO

**ABUSOS DE MEMÓRIA E DE ESQUECIMENTO DO MODELO NACIONAL
TELEOLÓGICO DE ANTONIO CANDIDO**

Dissertação apresentada ao Programa de pós-graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Mestre em Memória: Linguagem e Sociedade.

Área de concentração: Multiplicidade da memória.

Linha de pesquisa: Memória, discursos e Narrativas.

Orientador: Prof. Dr. Jorge Miranda

Co-orientadora: Profa. Dr. Lúcia Ricotta Vilela
Pinto

Pereira Neto, Antônio Joaquim

P4144a Abusos de memória e de esquecimento do modelo nacional teleológico de Antonio Candido/orientador Jorge Miranda; co-orientadora Lúcia Ricotta Vilela Pinto - - Vitória da Conquista, 2012. 98 f.

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade).
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2012.

1. Antonio Candido. 2. Memória. 3. Rusticidade. 4. Brasilidade. 5. teleologia. I. Miranda, Jorge. II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. III. Título

Título em inglês: "Abuses of memory and forgetfulness of the national model teleological of Antonio Candido".

Palavras chaves em inglês: Antonio Candido; Teleology; Rusticity; Brazilianness; Memory.

Área de concentração: Multiplicidade da Memória.

Titulação: Mestre em Memória: Linguagem e Sociedade.

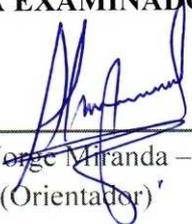
Banca examinadora: Prof. Dr Jorge Miranda (orientador); Prof. Dr. Marcello Moreira; Prof Dr. Daniel Arruda Nascimento; Profa. Dra. Lúcia Ricotta Vilela Pinto (suplente); Prof. Dr. Pedro Dolabela Chagas (suplente). Prof. Dr. Deyve Radison (suplente).

Data da defesa: 09 de fevereiro de 2012.

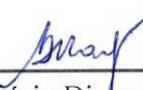
Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade.

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade

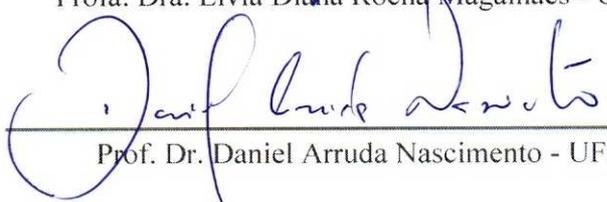
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Jorge Miranda – UESB
(Orientador)



Prof. Dra. Livia Diana Rocha Magalhães - UESB



Prof. Dr. Daniel Arruda Nascimento - UFPI

Suplentes

Prof. Dr. Pedro Dolabela Chagas - UESB

Prof. Dr. Deyve Redison- UF~~B~~

Local e Data da defesa: Vitória da Conquista, 09 de fevereiro de 2012

Resultado: _____



Ao meu filho Luis Eduardo

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador Prof Dr. Jorge Miranda, o qual assumiu a difícil tarefa de me orientar nestes últimos meses de pesquisa. Sua contribuição foi decisiva na alteração dos caminhos percorridos pela minha escrita. Não tenho palavras para descrever o quanto ele foi importante.

Ao programa de pós-graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, da Universidade Estadual do sudoeste da Bahia, pelas condições de trabalho fornecidas para o desenvolvimento dessa pesquisa.

À Fapesb, pela bolsa concedida ao longo da pesquisa.

À Prof Dr. Lúcia Ricotta, a qual me ensinou os primeiros e decisivos passos tomados durante a escrita dessa dissertação.

Ao Prof Dr. Marcello Moreira, um grande pesquisador comprometido com o seu trabalho. As suas recomendações foram bem relevantes para a continuidade dessa dissertação.

Aos professores Pedro Dolabela, Ana Elizabeth e Edson Farias, pelo profissionalismo demonstrado nas disciplinas ministradas durante o curso.

À Prof Dr. Maria da Conceição Fonseca Silva, pela ética, pelo comprometimento e disciplina na administração do programa.

A Juciene Rocha, mulher que esteve do meu lado nos momentos mais difíceis dessa caminhada.

Ao meu filho Luis Eduardo, a suprema vontade de potência dessa dissertação.

A minha mãe Maria Perpetua, a melhor mãe do mundo.

Ao meu avô Antônio Joaquim, pela fé e pelo pai que ele representa para mim.

Aos meus tios, em especial Antônio Carlos e Mabel, duas pessoas que foram importantíssimas na minha vida nestes dois últimos anos.

A minha Madrinha Lalí, pela fé e torcida depositada em minha capacidade.

Ao meu Pai Cosme Farias, pela ajuda financeira destinada nos momentos difíceis.

Aos funcionários do programa Mirian e Guilherme, pela amizade e ética demonstrada na prestação de seus serviços.

A Lídia, a funcionária mais educada e prestativa que pude conhecer.

A Leandro Macena, um grande amigo descoberto durante a feitura desse trabalho.

Aos meus colegas do mestrado, em especial ao Joaquim, ao Jerry e ao Glauber, três amigos e pesquisadores que contribuíram para o avanço dessa pesquisa.

Ao meu Professor Oton Magno, pela amizade, pelos conselhos recebidos durante a produção dessa pesquisa.

Ao meu amigo Luciano Gomes da Silva, pelas conversas diárias, pela amizade eterna.

A todos aqueles que contribuíram, direta ou indiretamente, para a produção deste trabalho.

RESUMO

Este trabalho analisa a obra *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos* (1959), de Antonio Candido. Discutimos as categorias de rusticidade e brasilidade que este crítico constrói a partir de sua interpretação das letras luso-brasileiras dos séculos XVIII e XIX. Identificamos o anacronismo dessa interpretação, sobretudo quando ele faz uso das categorias kantianas de gênio e sujeito para atribuir uma sensibilidade nacional (rústica) ao escritor Cláudio Manuel da Costa e uma consciência de brasilidade aos escritores do romantismo no século XIX. No estudo sobre as idéias de originalidade e rusticidade, verificamos os abusos de esquecimento das técnicas retóricas *da inventio, dispositio e elocutio* das letras luso-brasileiras, em favor da ênfase sobre as noções de gênio e sentimento local nas práticas de representação do século XVIII. Questionamos a hipótese a qual valoriza a centralidade da prosa machadiana enquanto representativa do amadurecimento e da síntese final e teleológica da literatura brasileira. Analisa-se, então, a natureza ideológica do discurso o qual legitima a história da literatura brasileira enquanto síntese das tendências do localismo e do universalismo (CANDIDO, 1981, p. 23) e a busca, nessas letras, por uma identidade literária e nacional.

PALAVRAS-CHAVES

Antonio Candido. Teleologia. Rusticidade. Brasilidade. Memória

ABSTRACT

This paper analyzes the work of formation of Brazilian literature: decisive moments (1959), of the Antonio Candido. We discussed the categories of rusticity and Brazilianess that the critic built on its interpretation of the Luso-brazilian letters of the eighteenth and nineteenth century. We identify the anachronism of his interpretation, especially when the author of several writings make use of the Kantian categories of genius and subject to assign a national sensitivity (rustic) the writer Claudio Manuel da Costa and a Brazilian writers of romanticism in the nineteen century. In the study of the ideas of originality and rusticity, we noticed the abuse of forgetfulness of the rhetorical techniques of the *inventio*, *dispositio* and *elocutio* these letters in favor of an emphasis on the notions of genius and a sense of place in the practices of representation of the eighteenth century. We reviewed a hypothesis which values the centrality of Machado's prose as a representative of the maturation and teleological final synthesis of Brazilian literature. It is analyzed, then the ideological nature of the discourse which legitimizes the history of Brazilian literature as a summary of trends of localism (CANDIDO, 1981, p. 23) and universalism and search those lyrics for a national and literary identity.

KEYWORDS

Antonio Candido. Teleology. Rusticity. Brazilianness. Memory

“Viver em uma disposição historicizante e como que noturna, seu temor de nada mais poder salvar, no futuro, de suas forças e esperanças juvenis. Aqui e ali, justifica-se o curso da história, sim, o desenvolvimento conjunto do mundo, totalmente apropriado ao uso do homem moderno, segundo o cânone cínico: as coisas devem acontecer exatamente como agora e o homem deve tornar-se como agora os homens são e não de outro modo, ninguém se pode insurgir contra este imperativo. (...) a entrega total da personalidade ao processo do mundo”.

Friedrich Nietzsche (2003)

Sumário

Introdução.....	12
Capítulo 1. A rusticidade e os abusos de esquecimento da teleologia nacionalista de Antonio Candido.....	16
1.1 O anacronismo na construção da categoria da rusticidade.....	18
1.2 A retórica na descrição da paisagem.....	19
1.3 A rusticidade e a noção de gênio kantiana.....	26
1.4 A noção de gênio na historiografia literária brasileira.....	32
1.5 A rusticidade enquanto epítome da dialética do local e do universal do trabalho de Antonio Candido.....	34
Capítulo 2. A brasilidade e os abusos de memória da teleologia nacionalista de Antonio Candido.....	38
2.1 A teoria da formação e o processo da história.....	40
2.2 A fragilidade na construção da categoria da brasilidade.....	41
2.3 Os abusos de memória na construção de uma identidade literária para a literatura brasileira.....	45
2.4 A liquidação das raízes e a relevância do escritor Machado de Assis.....	49
2.5 Antonio Candido <i>versus</i> o combate de Nietzsche frente à disposição historicizante da temporalidade.....	51
2.6 O anacronismo da brasilidade candidiana.....	57
2.7 A rusticidade, a brasilidade e a teleologia da teoria da formação.....	60
Capítulo 3. A forma genealógica e a teleologia: a ideologização da memória na formação da literatura brasileira.....	64
3.1 A figuração da natureza no trabalho dos primeiros historiadores literários do império luso-brasileiro.....	67
3.2 O abrolhar da idéia da formação.....	69
3.3 Os impasses da interpretação historiográfica literária de Antonio Candido...	75
3.4 Os abusos de memória e a categoria da brasilidade.....	78
3.5 A retórica da brasilidade.....	81
3.6 A ideologização da memória e a legitimação do cânone literário brasileiro...	82
3.7 A formação da literatura brasileira e a sua finalidade teleológica.....	87

4 Considerações finais.....	91
Referências.....	94

Introdução

O presente trabalho procura analisar o livro *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos* (1959), do crítico Antonio Candido, sobretudo a tese que legitima a unidade da história literária brasileira enquanto síntese das tendências do localismo e do universalismo. A atividade aqui proposta questiona, no primeiro capítulo, a categoria da rusticidade utilizada pelo autor para definir Cláudio Manuel da Costa como um brasileiro que exprimia as particularidades de sua terra, além de representar um intelectual formado nas disciplinas europeias e símbolo da dialética do local e do universal sustentadora da concepção teleológica da história literária candidiana.

Visa-se colocar em xeque a noção de gênio kantiana orientadora do trabalho de Antônio Candido, a qual sustenta a ideia de originalidade e de sentimento local presente na poética de Cláudio Manuel da Costa. Para tanto, analisaremos o soneto “*Destes penhascos fez a natureza*”, escrito por este poeta do movimento literário que se convencionou a denominar de arcadismo, para evidenciar o caráter anacrônico dessa leitura, a partir da qual, em nossa hipótese, o autor de *Estudo analítico do poema* realiza um abuso de esquecimento ao não levar em consideração as técnicas retóricas epidícticas, as quais regem a *inventio*, a *dispositio* e a *elocutio* dessa poesia.

No decorrer deste primeiro capítulo, utilizamos como fundamentação teórica os livros *A sátira e o engenho: Gregório de Matos e a Bahia do século XVII e alegoria*, os artigos *Poesia seiscentista*, presente na revista *Floema* (2006), e *O discreto*, do livro organizado por Adalberto Novais cujo título denomina-se de *Libertinos e Libertários*, todos do escritor e crítico literário João Adolfo Hansen. O uso dessas fontes nos é útil para a identificação dos problemas suscitados pelas ideias candidianas relativas ao propósito de reconhecer o aparecimento da instância subjetiva na descrição retórica da natureza, efetuada por Cláudio Manuel da Costa. Para aprofundarmos o estudo, faz-se uso do livro *Literatura europeia e Idade Média Latina*, do crítico Ernest Robert Curtius, sobretudo a fim de percebermos a tópica retórica do lugar ameno enquanto matriz reguladora da poesia pastoril. Será relevante também tomar como fundamentação crítica o artigo *A ordem dos afetos: a bucólica de Cláudio Manuel da Costa*, do crítico Ricardo Martins Vale, para notarmos

o quanto essas letras eram irredutíveis às categorias estéticas da subjetividade e do gênio kantianos.

Desse modo, estabelece-se uma diferença entre as letras regidas por preceitos poéticos e retóricos herdados da tradição e as letras marcadas pelo reconhecimento decisivo da entrada da subjetividade nas formas de descrição e representação da poesia a partir do romantismo. Utiliza-se a *Crítica do juízo* de Kant para dar suporte a nossa proposta de reavaliação das asserções de Antonio Candido, as quais legitimam a presença da consciência local nos autores responsáveis pelas práticas de representação do século XVIII, como Claudio Manoel da Costa, Silvo Alvarenga e Basílio da Gama.

Observa-se, no primeiro capítulo, de que modo o poeta Claudio Manoel da Costa é convertido em eixo constituinte da dialética do local e universal, na medida em que, segundo o próprio Antonio Candido (1981, p. 102), ele poderá ser considerado “um colonial Bairrista, nascido nas penhas de minas e um Coimbra, formado nas universidades européias”, cuja “imaginação de pedra” denotava o seu interesse pelas nossas terras e pelos padrões literários universais que governavam os valores ocidentais.

No segundo capítulo, analisa-se a categoria da brasilidade edificada por Antonio Candido na leitura de nossas práticas de representação do século XIX. Verifica-se de que modo Antonio Candido elege a brasilidade enquanto categoria constitutiva do fenômeno literário no Brasil a partir do romantismo. Nota-se em que medida as categorias da rusticidade e da brasilidade funcionam como elementos de inteligibilidade da história literária brasileira num sentido teleológico. Sendo assim, observa-se a formação de um modelo nacional literário teleológico na obra *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos* (1959), principalmente na configuração do sistema literário proposto pelo seu autor.

No decorrer do segundo capítulo, analisamos a leitura que o escritor de *Parceiros do rio Bonito* faz de Machado de Assis, tomando-o enquanto escritor que representa a essência da síntese da literatura brasileira entendida como brasileira. Verificar-se-á como Antonio Candido parte do pressuposto de que o escritor de *Dom Casmurro* fornece unidade para o entendimento da linha evolutiva que caracteriza o desenvolvimento e o progresso de “nossa literatura”, na medida em que, segundo o próprio Antonio Candido (1981, p. 220), Machado de Assis é um “catalisador das contribuições dos predecessores e o escritor mais discretamente másculo, o mais

brasileiro de todos”. Percebemos como a concepção de história literária de Antonio Candido se pauta numa lógica linear do tempo, num processo racional e ontológico da história, cujo sentido se encontra no “vasto sistema de influências recíprocas” de escritores que vão sucedendo outros em meio a essa teleologia nacionalista. Utilizamos o livro *Genealogia da moral* e o texto denominado de *Segundas considerações intempestivas: as vantagens e desvantagens da história para a vida*, do Nietzsche, a fim de refletirmos criticamente sobre o princípio formativo da linha evolutiva que caracteriza o *télos* da brasilidade em *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos* (1959).

Por conseguinte, defendemos que há uma ideologização da memória na obra *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos* (1959), sobretudo quando Antonio Candido faz uso da metáfora da literatura brasileira enquanto galho secundário da portuguesa para naturalizar o processo de formação, consolidação e amadurecimento de “nossas letras”. Nesse sentido, verificar-se-á a natureza ideológica desse discurso, utilizando como fundamentação teórica os livros *A memória, a história e o esquecimento* e *Tempo e narrativa* de Paul Ricoeur.

Durante a análise, demonstramos o abuso de memória efetuado pelo autor de *O discurso e a cidade* nos usos da categoria da brasilidade, sobretudo quando o mesmo reivindica a “idéia de que a literatura deve ser interessada, isto é, valorizada pela presença de elementos descritivos locais” (CANDIDO, 1981, p. 28). Faz-se uso do conceito de ideologia que emerge do trabalho de Paul Ricoeur, a fim também de problematizarmos o “princípio da formação de uma continuidade literária”, a qual configura o *télos*, mais precisamente, a finalidade final das práticas de representação luso-brasileiras nos séculos XVIII e XIX.

Dando continuidade ao trabalho, buscamos notar a importância do escritor Machado de Assis na dialética do local e do universal. Evidenciamos em que medida tanto Cláudio Manuel da Costa quanto Machado de Assis representam uma espécie de epítome da tese central candidiana, que sustenta a preocupação dos escritores “brasileiros” com a descrição dos valores locais e com a incorporação desses valores no universo dos padrões literários e estéticos universais, dando forma ao processo de formação e legitimação da história literária brasileira enquanto “síntese das tendências do nacionalismo e do universalismo” (CANDIDO, 1981, p. 23).

Nosso objetivo é, no terceiro capítulo, perceber em que medida os primeiros críticos literários brasileiros do século XIX, como Almeida Garret, Ferdinand Denis e

José Veríssimo buscaram elaborar um projeto de literatura nacional. Além disso, nota-se que a crítica e a historiografia literária contribuíram para a configuração de um sistema literário homogêneo, que forneceu um ideário normativo de literatura brasileira. Por conseguinte, evidenciamos a formação de uma categoria da brasilidade naquilo que se convencionou a denominar de cânone literário brasileiro no trabalho de Antônio Cândido. Evidenciamos as condições sócio-históricas a partir das quais foi possível o historiador e crítico literário Antonio Candido construir o seu sistema literário, analisando os rastros teóricos e historiográficos percorridos pelo autor em seu trabalho.

Analisamos a obra do crítico José Veríssimo, denominada de *História da literatura brasileira* e o *Ensaio sobre a história da literatura do Brasil*, de Gonçalves de Magalhães, para percebermos as convergências do sistema literário candidiano com as propostas de autodeterminação da literatura do Brasil discutidas nestes trabalhos. Observamos a ideologização da memória efetuada pelas estratégias de composição da narrativa deste sistema literário edificado, o que torna possível os abusos de memória e de esquecimento exemplificados nas categorias da rusticidade e da brasilidade. Utilizamos as obras do filósofo Paul Ricouer enquanto sustentação teórica para a defesa dessa hipótese, além da obra *O caráter nacional brasileiro*, do escritor Dante Moreira Leite, para a análise e crítica da natureza ideológica dos discursos presos às definições de caráter social e de identidade.

1 A rusticidade e os abusos de esquecimento da teleologia nacionalista de Antonio Candido

Este capítulo trata da categoria da rusticidade¹ construída por Antonio Candido (1981) para o entendimento das relações entre arte e natureza nas letras luso-brasileiras do século XVIII. Esta categoria só emerge como resultado da interpretação que Candido (1981) faz da poesia de Cláudio Manuel da Costa. Pois segundo ele, “a penha por excelência da imaginação rochosa (rústica)” de Cláudio o torna “colonial Bairrista fundador de uma literatura que significasse a incorporação do Brasil à cultura do ocidente” (1981, p. 102). Compreendemos o que o autor denomina de rusticidade na poesia de Cláudio, a fim de evidenciar os “abusos de esquecimento²” do crítico em relação às preceptivas retóricas e poéticas, as quais balizavam a produção letrada daquele período. Na presente hipótese, a construção da rusticidade corresponde a um modo de descrever procedimentos poéticos de práticas de representação, cuja finalidade é demonstrar a pertinência do projeto de uma consciência local desses letrados sustentadora do procedimento de escrita e interpretação teleológica da história literária brasileira realizada em FLB³.

Não obstante dissimular as relações entre arte e natureza na FLB, Candido (1981) parte, na nossa visão, das noções constitutivas do conceito moderno de gênio para sustentar uma teleologia do local e do universal, a partir das quais, os modelos literários reguladores das práticas de representação setecentistas serão esquecidos, pois, segundo ele, “nas obras de Cláudio há um ciclo da oposição sentimento-rocha, brandura-dureza, em que vem se exprimir segundo a convenção lírica, a sua sensibilidade profunda” (CANDIDO, 1981, p. 89).

¹CANDIDO, Antônio. *Formação da literatura brasileira*. São Paulo: Momentos decisivos. Itatiaia, 1975. Este conceito é utilizado por Candido para exprimir o papel do escritor Cláudio Manuel da Costa na formação da literatura brasileira. Para ele, “os pastores de Cláudio encarnam frequentemente o drama do artista brasileiro, situado entre a rusticidade de seu berço e a civilização de sua pátria intelectual”. A afirmação que legitima o sentimento de brasilidade, inscrito na ordem discursiva das práticas letradas do século XVIII, se instaura como fundamento para o esteticismo candidiano. Assim, a estética da rusticidade representa, pois, na fala do autor, “a fixação à terra, a celebração dos seus encantos... Daí, passa à exaltação patriótica”.

² RICOEUR, Paul, 1913. *A memória, a história e o esquecimento*. Tradução Alain François [et al] – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007. Este conceito se refere às manipulações da memória possíveis de serem feitas por uma autoridade “possuidora” do direito de executar um ato simbólico de institucionalização de algum determinado poder.

³ A partir desse momento nos referiremos ao livro *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos* (1959) como FLB.

A obra *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos* (1959), do crítico literário Antônio Candido é analisada sob o prisma daquilo que se convencionou a denominar, em seu conceito de história literária, de “tendências nacionalistas e universalistas das práticas literárias de representação dos séculos XVIII e XIX” (CANDIDO, 1981, p. 23). É nessa lógica que é pertinente a produção de inflexões sobre asserções legitimadoras de uma consciência local por parte de autores como Cláudio Manoel da Costa, Silva Alvarenga e outros, pois consideramos anacronismo de análise asseverar que o primeiro “transforma em polifemos as rochas da Capitania de Minas”, que o segundo seria “mais brasileiro na sensibilidade rítmica” pela sua capacidade de “abrasileirar a convenção”; e que Basílio da Gama e outros árcades se utilizavam de normas clássicas para integrar à civilização do ocidente “as manifestações espirituais de sua terra”, exprimindo “um mundo novo, enorme e desconhecido” (CANDIDO, 2006, p. 214). Coloca-se, então, em xeque, a hipótese do historiador e crítico literário Antônio Candido (1981), a qual defende a valorização estética da rusticidade realizada pelos escritores do século XVIII, marcadamente comprometida com a “nacionalização da tópica árcade” (CANDIDO, 2006, p. 28).

Identificamos a construção da idéia de sujeito na crítica do juízo kantiana, a qual denota a mudança ocorrida nos quadros da descrição da natureza para a experiência estética, por meio da valorização da noção de gênio e do reconhecimento da entrada da subjetividade individual⁴ nas letras em fins do século XVIII, bem como da técnica artística da natureza, isto é, um “como se” a natureza fosse arte. Assim, observa-se a vigência, até o século XVIII, destas formas poéticas pautadas no modelo tradicional da retórica e dos paradigmas da *mimese* clássica. A transformação que ocorreu no paradigma da *mimese* clássica, sobretudo a que se desembocou na idéia do gênio criador, categoria que vai “romper com o modelo poético dos escritores que obedeciam às preceptivas retóricas e poéticas da antiguidade” (RICOTTA, 2011), pode ser percebida no intuito de entender de que forma a racionalidade não psicológica da *mimese* aristotélica⁵ não é tomada em

⁴ Este reconhecimento da subjetividade implica no entendimento da formação da idéia do sublime enquanto inefável individual na experiência estética, uma vez que esta vai corresponder ao sentimento da finalidade interna na disposição das forças do espírito (KANT *apud* LIMA, p. 115).

⁵ HANSEN, João Adolfo. *Agudezas seiscentistas*. In: *Floema Especial*-Ano II, n. 2 A. p. 85-109 out 2006. Segundo o crítico, “os processos da *inventio* e da *elocutio* fundamentam não uma estética, que pressupõe a psicologia [...], mas uma técnica” [...], isto é, “procedimentos técnicos e efeitos verossímeis e decorosos específica da racionalidade não-psicológica da *mimese* aristotélica reciclada neo-escolasticamente”.

consideração por Antonio Candido em sua análise da poesia de Cláudio Manuel da Costa.

A partir deste período, em consonância com os usos das técnicas de ornamentação retórica do discurso poético, não vigorará a interpretação alegórica medieval dos textos, a qual tornava impossibilitada a determinação pessoal dos juízos, mas estará em voga “o reconhecimento da instância subjetiva, precisa, pontual e particularizada [...], irreduzível a qualquer alegorese” (LIMA, 1994, p. 103). No entanto, tendo em vista a permanência da retórica na poética dos escritores do século XVIII ibérico, é preciso delinear o modo pelo qual os quadros de descrição da natureza eram estabelecidos. Por isso a necessidade de ressaltar a diferença entre a poética de Cláudio Manuel da Costa e a poesia dominada pelo reconhecimento dessa “instância subjetiva” (LIMA, 1994), erigida no romantismo.

1.1 O anacronismo na construção da categoria da rusticidade

Segundo Ernest Roberts Curtius (1957, p. 201) “tanto a eloquência forense como a política foram superados, no fim da antiguidade pela epidítica: mas o seu sistema sobreviveu”. Nesse sentido, segundo o mesmo, “a descrição da paisagem também comportava a teoria dos argumentos retóricos do discurso epidítico. O tema principal desse gênero de discursos é o elogio. E entre as coisas a serem louvadas, incluem-se as localidades” (1957, p. 201). Desse modo, vale analisar a poesia de Cláudio Manuel da Costa enquanto atualização de tópicos retóricos motivadas pela técnica da “*descriptio*”, sobretudo as que se referem à descrição da natureza.

Para isso, aponta-se para a operação anacrônica presente, a nosso ver, na utilização de critérios descritivos e analíticos, como o conceito de subjetividade, por exemplo, para ajuizar sobre práticas letradas extemporâneas ao contexto em que emerge a reavaliação moderna do conceito de gênio, decisivo para perceber rupturas e permanências entre os modos de regulação das práticas letradas e o conceito moderno de literatura a partir de fins do século XVIII. Evidencia-se a extemporaneidade do conceito de subjetividade para determinar a consciência local, já presente segundo Candido, em Cláudio Manuel da Costa e Silva Alvarenga, para legitimar a história da literatura brasileira como “a síntese de tendências localistas e universalistas” (CANDIDO, 1981, p. 9). É nesse sentido que, segundo o mesmo, “a rusticidade do berço e a civilização da pátria intelectual de Cláudio Manoel da Costa”

(2006, p, 214) vão ser caracterizadas como afetação de brasilidade. Assim, foi realizada uma análise do soneto “Destes penhascos fez a natureza” (CANDIDO, 1975, p. 89) de Cláudio Manoel da Costa, para verificar a impossibilidade de defini-lo como enunciação que exprime uma “lei geral” relativa a uma ordem racional presente na natureza brasileira, sobretudo para repensá-lo nos próprios termos candidianos, cuja hipótese defende que:

a atividade do espírito obedece, portanto, a uma lei geral, que é a própria razão do universo, e não se destaca da natureza, como implicava o dualismo racionalista de Descartes. Uma nova razão, pois, unida à natureza por vínculo muito poderoso, inelutável na sua força unificadora (CANDIDO, 1981, p, 54).

Discute-se o par natureza e arte, cujos termos estarão submetidos na interpretação de Candido (1981) à valorização estética da rusticidade como valor moderno extemporâneo à poesia árcade do século XVIII, configurada na América Portuguesa. Vale perceber a diferenciação artística que deve ser levada em consideração para discutir a técnica artística da natureza em escritores do arcadismo e do romantismo. Nesse sentido, objetivamos observar os procedimentos de criação e legitimação do lugar comum da tópica árcade no soneto supracitado, estabelecendo correlações e contrapontos críticos às interpretações sociológicas do crítico Antônio Candido (1981), sobretudo às quais definem que “a valorização da rusticidade serviu admiravelmente à situação do intelectual de cultura europeia num país semibárbaro, permitindo-lhes justificar de certo modo o seu papel” (CANDIDO, 1981, p. 65).

1.2 A retórica na descrição da paisagem

Partimos da idéia de que a natureza representa, para os árcades, o lugar comum no qual é possível manifestar a condição de pastor, que os distinguem frente aos espíritos inaptos a concordarem com os códigos sociais estabelecidos e representados pelo corpo dos ilustrados, pois “a descrição da natureza podia ligar-se à tópica do discurso laudatório, aos *topoi* de lugar e aos de tempo” (CURTIUS, 1957, p. 201). Ela não deve ser tratada positivamente, tomando-a como objeto a ser transfigurado pela imaginação do poeta, ou como fato objetivo ou expressão

subjetiva⁶. Vale ressaltar a representação da natureza enquanto *topos*, cujo aspecto desproporcional pode, na matéria do poema, tanto afetar a moral das paixões que levam ao excesso quanto fazer nascer a excelência. Este último caractere caracteriza a virtude a ser devidamente enaltecida pelos círculos dos melhores no âmbito da hierarquia de tal sociedade.

Destes penhascos fez a natureza
O berço em que nasci: oh! quem cuidara
Que entre penhas tão duras se criara
Uma alma terna, um peito sem dureza!

O *topos* da relação entre natureza e alma terna não representa a natureza como fonte de inspiração de uma subjetividade autônoma, uma vez que a idéia de sujeito criador ainda não tinha sido construída pela tradição poética e filosófica do ocidente. Antes aponta para um uso convencional do discurso, regrado pelas autoridades da tradição. Para Curtius (1957, p. 194), “a poesia pastoril foi o gênero poético que, depois da epopéia, exerceu mais influência, por várias razões. Em todas as épocas encontramos vida pastoril. É um modo fundamental da existência humana”.

Aqui, temos uma tópica da natureza rústica que pode tanto favorecer a convenção pastoral quanto elevar as paixões dos tipos incivis. A formação é de uma disposição de caráter, de um tipo, cuja “racionalidade não é psicológica” (HANSEN, 2006, p. 99) e não de sujeitos conscientes. A causa eficiente do tipo é o *tópos* de duras penhas, caracterizando-se por ser rústico e selvagem. Não obstante se perceba uma relação entre pastor e a expressão dos grandes penhascos, é perceptível a ênfase no caráter distintivo da possibilidade da criação de “uma alma terna, de um peito sem dureza”, numa natureza propícia ao desenvolvimento da irracionalidade e dos vícios. No entanto, inversamente, segundo as prescrições do modelo, a racionalidade e a prudência podem materializar-se no lugar comum⁷, nas

⁶VALLE, Ricardo. *Revista Usp*/coordenadoria de comunicação social, Universidade de São Paulo. – N.1 (Mar.Mai. 1989). São Paulo: Usp, CCS, 1989, p. 111. Segundo Ricardo, “o engenho e a fantasia poética dessas letras constituem essencialmente não-fatos, porque a experiência objetiva e a expressão subjetiva não foram causas eficientes da poesia em todos os tempos”.

⁷ Segundo Ernest Robert Curtius (1957, p. 202), “o *lócus amoenus* (lugar ameno), a que agora passamos, até hoje ainda não foi reconhecido em sua essência retórico-poética. E, no entanto, desde a época imperial até ao século XVI, constitui o motivo principal de toda descrição da natureza”.

“penhas tão duras que pouco cuidara ser o local de sossego” e, portanto, favorável à manifestação do racional em contraposição ao espaço urbano da civilização.

Amor, que vence os tigres, por empresa
Tomou logo render-me; ele declara
Contra meu coração guerra tão rara
Que não me foi bastante a fortaleza

Por mais que eu mesmo conhecesse o dano
A que dava ocasião a minha brandura,
Nunca pude fugir ao cego engano;

Vós que ostentais a condição mais dura,
Temei, penhas, temei: que amor tirano
Onde há mais resistência mais se apura

Obter a qualificação de prudente significava saber conter os sentimentos desvairados, manter o equilíbrio e a proporção para justificar a sua “alma terna”, o seu “peito sem dureza”, sobretudo se o mesmo conhecesse “o dano a que dava ocasião a sua brandura”; era preciso não “fugir ao cego engano” e enfrentar esse amor que poderia comprometer a tranqüilidade e a ordem proporcionada pelo *lócus amoenus*⁸. Por conseguinte, “a vida pastoril está ligada à natureza a ao amor” (CURTIUS, 1957, p. 195). Diante disso, analisar a poesia de Cláudio Manuel da Costa significa verificar de que modo “a poesia pastoril se tornou sólido remanescente da tradição ocidental” (CURTIUS, 1957, p. 197). Nesse sentido, era necessário renunciar “ao amor tirano”, aquele que pode tornar selvagem e rude a fineza e a prudência dos civilizados, dos homens da corte, uma vez que ele corresponde a uma disposição de caráter que pode levar ao prazer desenfreado. Segundo Aristóteles, no livro II da *Ética a nicômaco*, “somente a arte e a virtude se orientam para o mais difícil, sendo capazes de controlar essas paixões, já que é mais difícil lutar contra o prazer do que contra a dor” (1979, p. 70).

⁸LAUSBERG, Heinrich. *Elementos de retórica literária*. 5 edição. Fundação Calouste Gulbenhian. Av. de Berna/Lisboa, 2004. Na definição de Lausberg, “o *topos lócus amoenus* teria, talvez, com fins didáticos, a seguinte formulação infinita: uma cena de paisagem, que consiste numa árvore ou em várias árvores, num prado, num riacho corrente ou sussurrante, onde se ouve o canto dos passarinhos e onde sopra ligeiramente a brisa”. No poema aqui discutido, é preciso levar em consideração as adaptações realizadas pelo poeta, já que esta penha alegoriza a dureza e dignifica aquele cuja alma terna é mais temperante em relação aos que nasceram numa penha mais amena. Conforme Ricardo Valle (2005), o poeta tinha em vista constituir-se como autoridade poética, emulando outra, e outras. Nessa perspectiva, a tópica é rearticulada segundo o referencial de lugar e do tempo correspondente ao do poeta.

No poema aqui analisado, são poucos⁹ os que realizam o mais difícil e os que alcançam um espírito terno, do mesmo modo que são muitos os que praticam o excesso ou a carência. Nele, a rusticidade possui um sentido completamente diverso ao que foi instituído por Candido, pois “é uma espécie de rústico o caractere agente que mostra deficiência e cuja disposição é a rusticidade” (ARISTÓTELES, 1979). A convenção moral dos árcades preconiza a pessoa intermediária, pois o meio-termo identifica os com espírito, enquanto a rusticidade da natureza tende a afetar as paixões viciosas. “Não se trata, pois, de idealização do homem do campo a encenação arcádica” (VALLE, 2005, p. 74). Pelo contrário:

a poesia pastoril é prática polida e polimento das práticas civis: por um lado, a vida rústica que a bucólica encena exclui a grossaria dos maus hábitos dos pastores do século; por outro, seja pela representação da hierarquia política, seja pela representação de afetos e potências da alma, a vida rústica encenada refina os “hábitos” do círculo dos melhores que produzem e recebem essa poesia (VALLE, 2005, p. 74).

Novamente conforme Aristóteles, “as virtudes e os vícios são modalidade de escolhas ou envolvem escolhas. Por isso, elas devem ser ensinadas com o auxílio da arte” (1979, p. 71). Percebe-se, então, o teor moralizante e pedagógico de tal poesia, a qual fornece as regras de conduta socialmente partilhadas para as novas gerações, com o abuso de uma memória das disposições de caráter dos “peitos sem dureza”, pois os “poetas cumpriam muito bem esse papel pelo fato de reter, seja por intermédio da memória, seja da escrita, os feitos (as disposições de caráter) dos grandes homens que, sem o seu concurso, cairiam no esquecimento” (VENTURA, 2001, p. 36).

A natureza é rústica, ou seja, dura, sendo assim, ela pode se tornar um *topos* de promoção da incivilidade. As penhas representam um *locus amoenus* somente para os pastores ternos, para “os peitos sem dureza”. Desse modo, é possível evidenciar a exaltação da condição de pastor, apto para usufruir o cotidiano simples, a vida campestre num lugar comum primitivo. Aliás, a representação é alegórica, o pastor precisa temer o amor tirano (rude), vaidoso e desenfreado, o qual se apura na

⁹Segundo Ricardo Martins Valle (2005, p. 72), “o lugar ameno é, pois, lugar político, mas não no sentido que o nacionalismo supôs e supõe na paisagem referida [...]. Numa constituição hierárquica não-maquievélica que doutrina a si como entelequia da potência divina, como representação da virtude e como sujeição natural de homens distribuídos em estados desiguais, a poesia bucólica é uma instituição que encena o “estado dos melhores” e codifica uma política moral e uma moral política”.

medida em que a rusticidade dos penhascos pode desequilibrar a convenção pastoral. Portanto, a “natureza” evocada constitui-se como o lugar comum dos tipos racionais incorporados na hierarquia funcional da civilização de corte no século XVIII, os únicos com destreza para praticar a convenção e encenarem a vida bucólica. Esses tipos não efetuam uma crítica à ordem vigente, pois vale ressaltar a definição jurídica de sujeito nestes estados imperiais. Segundo Hansen:

é preciso lembrar que, no antigo regime ibérico, o poder real se divide em poder ordinário, cujos limites são o direito privado, a lei comum e o interesse particular dos súditos, determinados num contrato, e poder absoluto, que visa o bem comum, determinando meios e fins da razão de Estado soberana (HANSEN, 2004, p. 130).

Estes limites determinam a moral política reguladora da vida civil nos estados imperiais, sobretudo na América portuguesa. Nesse sentido, o fundamento da soberania real não fora contestado por este tipo de encenação poética, na medida em que, em Portugal, “a centralização absolutista recicla a escolástica como doutrina teológica-política do Estado, principalmente na teoria do “pacto de sujeição” em que o corpo político se aliena do poder transferindo-o ao rei” (HANSEN, 1996, p. 87). Pensando nestes pressupostos políticos e poéticos do século XVIII ibérico, não seria possível definir a poesia pastoril de Cláudio Manuel da Costa enquanto uma prática de encenação do sentimento de brasilidade, configurando uma vontade de autonomia política e literária, uma vez que ainda não haviam sido delineadas as condições para a formação de um “império da liberdade” nestes antigos estados. Segundo Anthony Pagden (2005), neste período, ainda era *necessary to think of an “empire” as a unity_ an “immense body”, to use tacitu’s phrase_ that would embrace all its subjects under a single sovereign*¹⁰. Conforme o teórico, apenas *“by the end of the eighteenth century it had become possible, in this way, to speak of “empire so of liberty” that would operate for the ultimate benefit of all their citizens*¹¹.

¹⁰ [HTTP://www.jstor.org/stable/3590856](http://www.jstor.org/stable/3590856). PADGEN, Anthony. *Fellow citizens and imperial subjects: Conquest and sovereignty in Europe’s Overseas empires. Source: History and theory*, vol. 44, N°. 4, Themelssue 44: *Theorizing Empire* (Dec, 2005, p, 28) (necessário pensar em um império como uma unidade- um imenso corpo, para usar uma frase de tacitu- que poderia abraçar todos os seus sujeitos sob o signo da soberania, tradução nossa).

¹¹ (Pelo fim do século XVIII tem se tornado possível, desse modo, falar em império da liberdade, o qual poderia ser operado para o benefício de todos os seus cidadãos, tradução nossa). Este autor considera a possibilidade de sugerir uma periodização para pensar na história dos impérios dos Estados europeus nos quais *“there has long been a disputed division between Europe’s “first” empires- mainly those in the Americas, Which all came to an end between 1776 and 1830, and the “second” empires, which began in the late- eighteenth or early-nineteenth century and continued until*

Desse modo, a codificação retórica da poesia pastoril não supõe a constituição de tipos e afetos que refletem uma instância subjetiva insatisfeita e contestadora da moral política reinante, isto é, daquela moral que reivindica as categorias epidícticas para a composição de um discurso poético laudatório favorável às paisagens que compõem a soberania do império. Pelo contrário, ela é fundamento e condição de possibilidade para a constituição de tipos e afetos que encenam “o Estado dos melhores” que produzem e recebem essa poesia. Não estamos de acordo com Antonio Candido quando ele afirma que “a poesia pastoril, como tema, [...] transforma o campo num bem perdido, que encarna facilmente os sentimentos de frustração, muito menos na afirmação de que a sua evocação equilibra a angústia de viver” (CANDIDO, 1981, p. 62).

Assim sendo, defendemos ser um impasse sustentar a tese de que houve a nacionalização da tópica árcade no XVIII, visto que não existia a categoria do sujeito criador dotado de subjetividade autônoma para promover a estetização abasileirada de “nossa” natureza rústica. “Pré-hegelianos e pré-românticos, os códicos de representação do período setecentista não cogitam o sublime como inefável individual ou representação do sujeito” (VALLE, 2005). Por conseguinte, é contestável a hipótese a qual considera que “o ideal de naturalidade (desta poesia pastoril) conduziu ao de espontaneidade, que abriu as portas ao sentimentalismo-negação gritante da racionalidade” (CANDIDO, 1981, p. 62).

A categoria do sujeito se mostrará presente na crítica do Juízo kantiana, a qual servirá de base para a filosofia da arte do romantismo no período oitocentista. Assim, vale o questionamento: “Como ler a descrição antiga fora do anacronismo dos quadros estéticos do idealismo alemão das histórias literárias da arte e da desistorização pós-moderna?” (HANSEN, 2006, p. 89). Como pode ser percebida, esta leitura pode ser feita por meio da recuperação das categorias epidícticas aplicadas nos textos enquanto procedimentos retóricos autorizados pela *mímese* aristotélica.

Por isso, esta leitura não deve ser a análise “correta”, “mais verdadeira ou verdadeira”, mas outra, cuja particularidade é a de propor os poemas conforme regras discursivas de seu tempo e, simultaneamente, a de criticar

the middle of the twentieth (2005, p. 29). (Existe há muito tempo uma disputada divisão entre o primeiro império da Europa- principalmente aqueles situados nas Américas, os quais chegaram ao fim entre 1776 e 1830, e o “segundo” império, os quais iniciaram no fim do século XVIII ou início do século XIX e continuaram até a metade do século XX, tradução nossa).

posições críticas “expressivas e representativas, que obliteram a historicidade dessas práticas, quando as efetuam como exterior à sua própria história, ora como reflexo realista (rusticidade da natureza brasileira), ora como sentimento nativista” (brasilidade), (abrasileiramento da tópica árcade) (HANSEN, 2004, p. 32).

Desse modo, é preciso reconhecer a funcionalidade dos códigos retóricos que orientam a invenção e a elocução desses discursos, uma vez que “o conjunto de classificações, prescrições, regras, convenções e procedimentos, tais como vêm expostos nos principais textos da retórica antiga, fazem os discursos caudatários da *mimese*” (HANSEN, 2006, p. 44). Estas considerações tornam possível o nosso entendimento da descrição da natureza, no soneto de Cláudio Manuel da Costa, enquanto uma descrição retórica, não como uma descrição realista dos quadros da natureza “rústica brasileira”. A técnica da “*descriptio*”, utilizada nestes discursos, está de acordo com as convenções do gênero epidítico da poesia pastoril, na medida em que, “até a segunda metade do século XVIII, enquanto a instituição retórica teve vigência, a descrição integrou-se à narração como técnica amplificadora” (HANSEN, 2006, p. 90). Não havia sido ainda construído o conceito de originalidade, o que torna incoerente a idéia de que “a poesia bucólica deve ser uma idealização da vida campestre segundo as normas do bom gosto” (CANDIDO, 1981, p. 63). Por isso a necessidade de entendermos quando este foi construído, sobretudo a partir dos escritos filosóficos sobre a arte de Emmanuel Kant.

1.3 A rusticidade e a noção de gênio kantiana

Na construção do sistema filosófico de Kant, para a elaboração dos fundamentos que possibilitam o conhecimento sobre os fenômenos da natureza, percebemos um princípio de divisão geral estabelecido entre filosofia teórica e prática. Para Kant (1995, p. 262) “ambas apresentam convergências na medida em que nelas o equilíbrio é sustentado por uma causalidade que está situada no sujeito”. Na sua acepção, a natureza é passível de conhecimento conforme leis transcendentais elaboradas por um juízo (KANT, 1995). Desse modo, é na possibilidade de síntese das mais variadas formas apresentadas pela natureza que a crítica do juízo, a qual é transcendental, poderá refletir sobre uma técnica artística da natureza, pois, segundo o filósofo, somente é possível alcançar a unidade da natureza no tempo e no espaço e a unidade da experiência, por meio de uma

pressuposição transcendental subjetivamente necessária¹². Nessa proposição, a natureza é tal qual a arte e não obedece a nenhum modelo de prescrição poética.

Segundo o filósofo (1995), “a arte se distingue da natureza, como o fazer (*facere*) do agir ou atuar em geral (*agere*), e o produto, ou a conseqüência da primeira, como obra (*opus*), da segunda como efeito (*effectus*) (1995, p. 337)”. Kant estabelece as bases filosóficas para a reflexão sobre o poder fazer caracterizante da obra de arte. A seu ver, somente a produção por liberdade fundada numa reflexão racional própria pode constituir um produto denominado de arte. A natureza possui, em contrapartida, as regras próprias, na medida em que o seu produto não se pauta em nenhuma reflexão racional, pois sendo instintiva “ela só pode ser tomada como obra de arte em virtude da analogia com esta última, tendo como pano de fundo o seu criador” (KANT, 1995, p. 342). No entanto, para o filósofo, não há conceitos que dão forma a esses produtos, pois os produtos da arte e da natureza são constituídos “livres de toda coação de regras” (KANT, 1995). Em sua perspectiva, “em um produto da bela-arte é preciso tomar consciência de que é arte, e não natureza; mas, no entanto “a finalidade na forma do mesmo tem de parecer tão livre de toda coação de regras arbitrárias, como se fossem um produto da mera natureza” (KANT, 1995).

Como pode ser percebido, Kant (1995) destaca a forma do produto da obra de arte e a sua relação com a liberdade que define os produtos da natureza, pois importa uma produção livre e não sujeita aos preceitos preconizados pela *imitatio*, uma vez que “dever-se-ia chamar de arte somente a produção mediante liberdade, isto é, mediante um arbítrio que põe a razão como fundamento de suas ações”. O procedimento mimético da crítica Kantiana supõe a intervenção do gênio, cujo “talento (dom natural) dá à arte a regra” (1995, p. 340).

¹² (KANT, 1992, Edited by Paul Guyew) Entendendo a importância da obra *Crítica da faculdade do juízo*, vale considerar que “There are, broadly speaking, two main ways of approaching the *Critique of Judgment*. One stresses the unity of the work and insists that what Kant has to say in its first part on aesthetic judgments illuminates something important about a more general problem. Those who take this approach consider the two parts of the *Critique of Judgment* to unite aesthetic and teleological judgments in a reasoned progression of thought; they also see the third critique as a kind of bridge between the Critique of **Pure Reason** and the **Critique of Practical Reason**”. (Existem são, geralmente falando, dois modos centrais de pesquisar a crítica do juízo. Uma enfatiza a unidade do trabalho e insiste que o que Kant teve que dizer, em sua primeira parte sobre o julgamento estético, ilumina alguma coisa importante a respeito de um problema mais geral. Aqueles os quais tomam este enfoque, consideram as duas partes da crítica do juízo para a formação de uma unidade entre o julgamento estético e teleológico numa progressão racionalizada do pensamento; eles também vêem a terceira crítica como um tipo de ponte entre a crítica da razão pura e a crítica da razão prática, tradução nossa).

O gênio é o produto da natureza responsável pelo “*facere*”. Ele é a regra que fornece as regras, pois estas devem ser inteiramente opostas “ao espírito de imitação” (KANT, 1995, p. 341). “O gênio é a disposição natural inata e, portanto, “a natureza que dá à arte a regra”. O gênio Kantiano está liberto das *autorictas* e dos modelos prescritivos do passado, já que ele mesmo não pode descrever ou indicar cientificamente como institui seu passado, “mas que é como natureza que ele dá a regra”. Nesse sentido, a natureza possui uma regra, ou seja, uma técnica artística que baliza a atividade poética. E essa técnica funda as condições possíveis para a produção da arte, uma vez que a arte vai reproduzir os instintos técnicos da mesma. Para Kant (1995, p. 340), “a natureza era bela, se ao mesmo tempo aparecia como arte”; e a arte só pode ser denominada bela se “temos consciência de que ela seja arte e, contudo, ela nos aparece como natureza”. O belo é definido pela condição da natureza aparecer como arte e pela sua possibilidade de ser o efeito mimético provocado pela última.

Portanto, a natureza deve ser tal qual a arte e a arte tal qual a natureza para ambas serem ajuizadas como belas. Esta proposição recupera a antiga relação aristotélica entre *physis* e *tékhné*, isto é, natureza e arte. Reproposta modernamente, ela vai ser objeto de reflexão para o filósofo Philippe Lacoue-Labarthe (2002) em sua interpretação do livro *A origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens* do filósofo Rousseau, no qual o homem é definido em seu “*savoir-faire*”, enquanto “*une être de tékhné*”. Segundo o autor de *Poétique de L’histoire*, “*dans as plus grande généralité, La loi qu’établit Rousseau énonce que La physis est, paradoxe absolu, La condition de possibilite de La tékhné*”¹³. Nessas condições, uma poética da história fundada na natureza pode ser constituída pelo “*savoir-faire*” do gênio, dotado de uma técnica artística capaz de fornecer sentido a uma cultura em “*défaut*” de identidade, além de poder ser afetado pelos instintos técnicos da natureza. Tal proposição moderna da noção de gênio e da relação entre natureza e arte impossibilita os usos e abusos da categoria da rusticidade candiana enquanto afetação local mediadora das letras luso-brasileiras, sobretudo porque a idéia de rusticidade supõe uma noção de sentimento pela qual o crítico Antonio Candido realiza o seu julgamento da poética de Cláudio Manuel da Costa, entendendo-a enquanto uma literatura que expressa a subjetividade do homem

¹³ (LABARTHE, 2002). (Em meio a sua grande generalidade, a lei estabelecida por Rousseau enuncia que a *physis* é, paradoxo absoluto, a condição de possibilidade da *tekhné*, tradução nossa).

brasileiro preocupado em descrever a sua terra. Não observamos sustentabilidade científica na afirmação de que “os sonetos camonianos de Cláudio eram tão nativistas quanto o caramuru” (CANDIDO, 1981, p, 24).

Segundo Kant (1995), “já que o dom natural tem de dar à arte a regra, esta não pode, contida em nenhuma fórmula, servir de prescrição, pois senão o juízo sobre o belo seria determinável segundo conceitos” (1995, p. 342), o que produziria um juízo determinante, noutras palavras, um juízo de gosto sobre o belo da forma final da arte em que predominaria um juízo interessado, um juízo contrário a uma moral do gosto. Em um artigo publicado pela revista *JSTOR*, o filósofo Jacques Derrida (1981, p. 4) demonstrou o propósito kantiano a partir do qual “*the superiority of natural beauty had been justified from a moral point of view and by recourse to an analogy between judgments of taste and moral judgments*¹⁴”. De acordo com essa perspectiva, seria possível pensar numa espécie de oposição e ao mesmo tempo de continuidade entre uma arte mediada por uma finalidade determinada e uma arte mediada pelo jogo da imaginação; oposição no sentido de que na arte mediada pelo jogo da imaginação, isto é, na “*liberal art*”, *its production must not enter the economic circle of commerce, of offer and demand*¹⁵, fundada numa causa utilitária, o que seria característico, segundo Jacques Derrida (1981), da “*mercenary art*”; continuidade no sentido já exposto relativo ao que Kant define que a natureza fornece regras à arte, denotando a superioridade da beleza da natureza por meio de uma moralidade fundada no julgamento desinteressado, desprovido de um valor utilitário (*economic value*).

Por conseguinte, nos interessa perceber as diferenças e as convergências entre as artes pautadas em modelos e as artes mediadas pelo jogo livre da imaginação para, primeiramente, evidenciar o uso anacrônico das noções de gênio, originalidade e subjetividade feito por Antonio Candido para ler as práticas letradas regidas por modelos, o uso indeterminado do seu juízo de gosto¹⁶ para realizar este

¹⁴ (DERRIDA, 1981) (a superioridade da beleza natural tem sido justificada a partir de um ponto de vista moral e pelo recurso a uma analogia entre os julgamentos de gosto e os julgamentos morais, tradução nossa).

¹⁵ (DERRIDA, 1981) (Na arte liberal, sua produção não deve entrar no círculo do comércio, da oferta e da demanda, tradução nossa).

¹⁶ (KANT, 1992, Edited by Paul Guyew) Tendo em vista que Antonio Candido determina o sentimento de nação presente na poética de Cláudio Manuel da Costa, vale considerar o que Kant entende por subjetividade neste tipo de julgamento. Kant “analyzed the judgment of taste as a subjective judgment whose peculiar claim to validity differentiates it from mere avowals. What sets the judgment of taste apart from all other kinds of judgment is, according to Kant, that it is the feeling of pleasure alone that

anacronismo; segundo, para perceber de que forma esta nova moralidade da arte, mediada pelo jogo livre da imaginação, pressupõe um julgamento teleológico da mesma, uma idéia de sublime enquanto inefável individual, enquanto um prazer encontrado por um sujeito no uso livre de suas faculdades e que tem por finalidade final o supra-sensível, a esfera transcendental do belo.

É sabido que Kant opõe, para a arte mecânica, a arte estética. “*the latter has its immediate end in pleasure*¹⁷” (DERRIDA, 1981, p. 8). Em virtude dessa prerrogativa, o “*pure pleasure, without empirical enjoyment, therefore belongs to judgment and reflection must be without concept, for the reasons already recognized*¹⁸” (DERRIDA, 1981, p. 8). Dessa forma, “o pure pleasure” encontra-se no trabalho das belas artes, a qual deve ter a aparência de natureza “*and precisely in so far as they are production of freedom*¹⁹” (DERRIDA, 1981, p. 9). O caráter específico dessa *mimese* reclama uma ação humana em proximidade com uma atividade natural, pois:

*The value of play defines pure productivity. With the beautiful and art both proceeding from the imagination, it was necessary to distinguish between the reproductive imagination and the productive imagination that is spontaneous, free, and playful*²⁰ (DERRIDA, 1981, p. 6).

Para Kant, segundo Jacques Derrida (1981), a arte livre é mais humana que o trabalho remunerado. Esta premissa supõe uma bela arte produzida por um “*artist-god*”, cuja *mimese* exibi a identificação das ações humanas com as ações divinas-da liberdade de uma com a liberdade da outra (DERRIDA, 1981). É nesse sentido que, para Derrida (1981) este tipo de *mimese* empreende a condenação da imitação, a qual é sempre caracterizada como sendo servil. Partindo dessas considerações,

determines it. The most subjective and private of human capacities, that of feeling, far from being mute and inchoate, could, Kant now thought, yield the determining ground of the aesthetic judgment”. (Kant analisou o juízo de gosto como um juízo subjetivo cuja forma peculiar reivindica validade diferenciada da mera confissão. O que estabelece o juízo de gosto a parte de todos os outros tipos de julgamento é, de acordo com Kant, aquele seu sentimento de prazer pelo qual ele é determinado. A mais subjetiva e privada das capacidades humanas, aquela do sentimento, distante de ser muda e imperfeita, poderia, Kant agora pensa, produzir a base determinante do juízo estético, tradução nossa).

¹⁷ (DERRIDA, 1981) (O último teve seu fim imediato no prazer, tradução nossa)

¹⁸ (DERRIDA, 1981) (O prazer puro, sem apreciação empírica, por conseguinte, o qual pertence ao julgamento e à reflexão é desprovido de conceitos, pelas razões já reconhecidas, tradução nossa)

¹⁹ (DERRIDA, 1981) (e precisamente na medida em que elas são produções da liberdade, tradução nossa)

²⁰ (DERRIDA, 1981) (O valor do jogo define a produtividade pura. Com o belo e a arte procedendo da imaginação, era necessário distinguir entre a imaginação reprodutiva e a imaginação produtiva a qual é espontânea, livre, e prazerosa, tradução nossa)

busca-se entender como essa passagem da *mímese* que se convencionou a denominar de clássica para uma *mímese* moderna fundada nas noções de gênio, subjetividade e originalidade suscitam uma finalidade teleológica para o entendimento e julgamento dos quadros de produção e representação da bela arte. Vale colocar em pauta uma afirmação derridiana, segundo a qual:

*As the first effect of this anthropo-theological mimesis, a divine teleology secures the political economy of the Fine-arts, the hierarchical opposition of free art and mercenary art. Economimesis puts everything in its place, starting with the instinctual work of animals without language and ending with God, passing by way of the mechanical arts, mercenary art, liberal arts, aesthetic arts and the Fine-Arts*²¹ (DERRIDA, 1981, p. 9).

Seguindo esta lógica, vale o questionamento: poderíamos entender a noção de gênio kantiana enquanto uma noção que torna possível percebermos a produção da bela arte e o seu ajuizamento como um procedimento cuja finalidade é teleológica? Desse modo, Kant não estaria unindo novamente a idéia de belo com uma finalidade, reproduzindo assim, na arte, aquilo que ele critica enquanto julgamento interessado sobre a mesma? Tendo em vista essa possibilidade, as noções de gênio, originalidade e de subjetividade no trabalho de Antonio Candido não seriam utilizadas para a legitimação de uma síntese final da literatura brasileira entendida enquanto bela? Kant define o gênio enquanto criador da obra de arte em oposição às regras normativas as quais orientavam o espírito de imitação dos artistas clássicos. Sob essas condições, evidencia-se um tipo de produção e ajuizamento sobre a arte que se centraliza no sujeito criador, sobretudo quando o filósofo questiona as bases de sustentação das práticas de representação pautadas em modelos. Fica claro que o gênio criador e o juízo sobre o belo não são “determináveis segundo conceitos” (KANT, 1995).

Portanto, existe uma diferença considerável entre a técnica utilizada pelos poetas seiscentistas e setecentistas e a técnica artística mediadora da atividade do gênio. A bela arte deste último “tem de ser considerada como natureza, ainda que se tenha consciência dela como arte” (KANT, 1995, p. 339). Nesse sentido, a técnica da natureza orienta o gênio, cujo talento consegue produzir a arte sem transparecer

²¹ (DERRIDA, 1981) (Como primeiro efeito dessa *mímese* antropo-teleológica, uma teleologia divina assegura a economia política das belas artes, a oposição hierárquica das artes livres e das artes mercenárias. Enonomimesis coloca tudo em seu lugar, começando com o trabalho instintivo dos animais sem a linguagem e finalizando com Deus, passando pela forma das artes mecânicas, artes mercenárias, artes liberais e belas artes, tradução nossa)

“um vestígio de que a regra esteve diante dos olhos do artista e impôs cadeias aos seus poderes-da-mente” (KANT, 1995, p. 340). Por conseguinte, esses poderes da mente não visam à reprodução dos códigos normativos e conceituais balizadores das práticas de representação das letras ibéricas, pois não havia uma técnica artística da natureza fornecedora de regras para essas práticas.

A categoria da rusticidade candidiana não estava presente na *memória* desses poetas. Atribuir uma consciência da rusticidade da natureza de Minas a esses poetas implica operar com os imperativos categóricos kantianos defensores dos poderes-da-mente, e de uma idéia de sujeito autônomo “livre de toda coação de regras arbitrárias” (KANT, 1995). Tal atitude crítica constitui, ao operar dessa forma, um sistema de categorias e conceitos de compreensibilidade as quais possibilitam uma hermenêutica transistórica das práticas de representação analisadas. A rusticidade enquanto categoria que produz inteligibilidade sobre essas letras só existe como um *a priori* a-crítico e dedutivo de legitimação da autonomia da experiência estética e fornecido pelos poderes-da-mente de quem a formula. Nessa lógica, é preciso indagar em quais condições históricas foi possível eleger essa formulação.

Para Costa Lima (1993, p. 127), “Kant foi o responsável pela legitimação da autonomia da experiência estética; legitimação tanto mais intrigante por assinalar uma área que, dotado de um princípio universal (subjetivo) é incompatível com a objetividade de normas”. É na inadequação e pelo combate a essas normas que o “sublime enquanto inefável individual” entra em cena sob a égide do reconhecimento da importância decisiva da subjetividade. A partir desse momento, a criação e a reflexão sobre a literatura vão implicar uma renúncia à pragmatização dos códigos normativos das práticas de representação setecentista para se constituírem sob o império da fusão entre o entendimento, a imaginação e a lei do juízo reflexionante. Dessa forma, vale discutir o momento em que essa idéia de gênio aparece na historiografia literária brasileira, visto que esta noção torna possível a formação da idéia de sujeito criador e da originalidade para a produção de inteligibilidade das letras mediadas pelas técnicas retóricas das categorias epidícticas.

1.4 A noção de gênio na historiografia literária brasileira

Em um ensaio escrito sobre a história da literatura do Brasil, Gonçalves de Magalhães enuncia as bases para o nosso nacionalismo literário. Neste seu texto, chama atenção o modo pelo qual ele define “as felizes disposições da natureza do Brasil” (MAGALHAES, 1978, p. 155). Primeiramente, ele relata que a literatura de um povo é o desenvolvimento do que ele tem de mais sublime nas idéias e, principalmente, “de mais bello na natureza, pois este é o quadro animado de suas virtudes, e de suas paixões” (MAGALHÃES, 1978, p. 132).

De forma semelhante ao que preconiza Kant, o autor valoriza, em poesia, “invenção, gênio, e nuvidade”. Segundo o precursor do chamado romantismo brasileiro, “repetidas imitações o espírito embrutecem, como a muita arte, e preceitos tolhem e sufoca o gênio”²². No entanto, para Magalhães (1978), “existe no homem um instinto oculto que, a despeito dos cálculos da educação, o dirige”. Nesse sentido, o homem é tal como uma natureza assim como possui, a despeito dos cálculos da educação, “um poder fazer (*facere*) que em seus atos imprime certo caráter de necessidade, o que nós chamamos ordem, ou natureza das cousas” (MAGALHÃES, 1978). O instinto da natureza guia os homens:

de tal modo este instinto aguilha o homem. O homem colocado diante de um vasto mar, ou no cume de uma alta montanha, ou no meio de uma virgem e emaranhada floresta, certo, não poderá ter os mesmos pensamentos, as mesmas inspirações, como se elle assistisse aos olympicos jogos, ou na pacífica Arcádia habitasse (MAGALHAES, 1978, p 148).

Estas “felizes disposições da natureza” devem alimentar o instinto oculto do homem brasileiro, pois elas “necessariamente inspirar deveras seus primeiros habitantes”. Para Gonçalves de Magalhães (1978), é preciso oferecer um caráter inteiramente novo e particular a nossa poesia. A grande poesia é aquela que consegue reproduzir os instintos técnicos da natureza do país. E se existe nos homens este instinto oculto, logo, “nas obras de gênio o único guia deve ser o gênio, uma vez que mais vale um vôo arrojado deste, que a marcha reflectiva e regular da

²² MAGALHÃES, Gonçalves. *Sobre a história da literatura do Brasil*. Biblioteca Academia Paulista de Letras. Niterói, Revista brasiliense. Ciências, Letras e Artes. Introdução de Plínio Doyle. Apresentação crítica de Antônio Soares Amora, 1978.

servil imitação” (MAGALHÃES, 1978, p. 142). O gênio é a subjetividade orientada pelas “felizes disposições da natureza”. Analisando a história da literatura brasileira a partir de Gonçalves de Magalhães, percebemos que ele foi o grande fornecedor das bases metafóricas para o nosso ideal de nacionalidade literária. Desse modo, percebemos que a categoria da rusticidade candidiana possui raízes neste instinto oculto, nestas “felizes disposições da natureza” designadas por Magalhães. A noção de gênio torna-se, nessa lógica, o critério dedutivo do procedimento anacrônico do crítico, o qual sedimenta o abasileiramento da convenção árcade pela rusticidade das rochas de Minas. Esta rusticidade representa, na visão exposta, as disposições físicas da natureza a partir das quais o gênio dos árcades manifesta o seu instinto, isto é, o espírito de “nossa” brasilidade.

Em FLB, a imitação de modelos é posta em plano secundário, da mesma forma as leis reguladoras dessas práticas. Se para Magalhães “cada povo tem sua literatura, como cada árvore o seu fruto” (1978, p. 133), não deve ser refutável, em FLB, a categoria da rusticidade enquanto formadora da consciência local dos poetas árcades. Segundo Candido, pelo contrário:

a convenção pastoral facilitou esse processo, porque pressupunha a dignificação do pastor, isto é, o homem rústico, o homem apartado da civilização urbana. Ora, sendo Minas Gerais em particular, o Brasil em geral, lugares rústicos e atrasados, a convenção pastoral permitia transformar a falha em mérito, valorizando esteticamente a rusticidade (CANDIDO, 1995, p. 227).

Desse modo, há convergências entre a teoria de Candido e as proposta de Magalhães, uma vez que, assim como este considera que “cada povo tem a sua literatura”, o primeiro defende a valorização estética da rusticidade e a convenção pastoral enquanto “fatores de consciência e afirmação social” (CANDIDO, 1995). Vale evidenciar o grau de amplificação retórica ao qual chega a categoria da rusticidade. Ela gera compreensibilidade para a *inventio*, a *dispositio* e a *elocutio* utilizadas por esses poetas nas afirmações destacadas. O esquecimento das preceituações poéticas e retóricas é condição de sobrevivência e lembrança da “idéia de rusticidade” como metáfora positiva a justificar o tipo de literatura graças ao qual “o brasileiro equiparava ao europeu”. Para Candido (1995), ela também pode funcionar como “desmascaramento alegórico de uma realidade a ser transformada

pelo progresso” (1995, p. 227). Tais concepções colocam a rusticidade no centro da produção letrada daqueles poetas, além de torná-la representante do lugar-comum de “nossa originalidade”, sobretudo porque, para Candido (1995), “essa originalidade aparece inclusive no que se poderia chamar a nacionalização dos tópicos” (1995, p. 226).

1.5 A rusticidade enquanto epítome da dialética do local e do universal do trabalho de Antonio Candido.

Em uma coletânea de ensaios escritos na década de 90, Candido reafirma, numa palestra cujo título denomina-se “Os ultramarinhos”, a sua posição intelectual em relação à relevância da sociabilidade dos escritores e dos intelectuais árcades na constituição de concepções literárias que favoreceram a articulação da literatura com o momento histórico. Para tal empreendimento, os escritores de Minas “estavam ligados por um vínculo de grande importância”. Conforme o sociólogo, “uma espécie de rede” foi definida por uma realidade histórica e estética atuante, mediada pelo significado e atitudes literárias desses poetas.

Tomados no conjunto eles formam um grupo impressionante e representam uma vida literária articulada, com força suficiente para dar nascimento a uma tradição que influiu nas gerações posteriores, construindo uma continuidade que assegurou teor novo à literatura brasileira (CANDIDO, 1995, p. 216).

Esses poetas estabeleceram “um galho brasileiro” do tronco literário do ocidente; eles eram árcades e participavam da Arcádia Romana, uma vez que havia sido instalada oficialmente aqui “uma sucursal americana”. Nessa proposta, segundo o autor, o nascimento de uma tradição se deu pelo fato de que ser membro da Arcádia Romana significava ser reconhecido como participante em pé de igualdade da alta cultura do ocidente, isto é, a cultura de que participava também o colonizador. Portanto, ser árcade “era participar de um poderoso ritual de iniciação e incorporação cultural” (CANDIDO, 1995, P. 223).

Conforme a análise, consideramos que Candido se utiliza do conceito moderno de subjetividade, sobretudo aquele, relativo ao qual, “o gênio é a originalidade exemplar do dom natural de um sujeito no uso livre de suas faculdades

de conhecimento” (KANT, 1995, p. 163), para determinar a consciência local dos poetas árcades e para legitimar a sua tese da literatura brasileira enquanto “síntese das tendências localistas e universalistas” (1981, p. 9). É nesse sentido que a rusticidade do berço e a civilização da pátria intelectual de Cláudio Manoel da Costa vão ser caracterizadas como afetação de brasilidade:

Com efeito, o contraste natureza-cultura, que norteia os sucessos do bucolismo literário, era uma linha adequada à expressão de tais sentimentos, em que o poeta se colocava, não de modo convencional, mas vital, entre a rusticidade do seu berço e a civilização da sua pátria intelectual. [...] O tema do contraste rústico-civilizado exprime a condição de brasileiro (CANDIDO, 1981, p. 91).

Na realidade, o traço rústico das duras penhas da natureza tratada é aquele que traduz a disposição de caráter dos tipos incivis. Por conseguinte, essa natureza não corresponde a um “sentimento nativista de celebração da pátria, o que caracterizaria a penha por excelência de sua imaginação rochosa” (CANDIDO, 1981, p. 101).

Consideramos que seja mais coerente pensar essa natureza não como uma tentativa de exprimir a realidade local, mas como um artifício técnico que visa à produção de uma convenção que se apresenta como retórica e não como um conhecimento da “certeza de que há sem dúvida mais que retórica se o poeta escreve” (CANDIDO, 1981, p. 87). Ao contrário do romantismo, em que a arte vai buscar o encontro com a finalidade natural dos fenômenos da natureza e estes representarão uma possibilidade de pensar questões relativas ao ser nacional, às suas raízes longínquas, à sua origem e identidade.

Em termos objetivos, não é possível estabelecer uma analogia entre arte e natureza, sobretudo pelo fato de que a ordem do discurso não traduz a ordem do real. Pensar em uma cena da natureza como um fator que vai definindo lentamente a nossa originalidade é possível, em termos literários, no paradigma romântico da nacionalidade, em que a disposição íntima da natureza é elevada à categoria de arte. Não é possível criar expressões “transfundidas de cor local e sensibilidade brasileira” (CANDIDO, 1981, p. 17) no XVIII, uma vez que essa perspectiva supõe uma objetivação da realidade nacional por meio dos códigos de representação de escritores que estavam à deriva dos ideais correspondentes ao processo de emancipação do que viria a constituir o nosso Estado-nação.

A analogia entre arte e natureza pode ser feita sob a vigência de uma técnica artística que faz uso de metáforas, metonímias e antropomorfismos, os quais ficcionalizam o real. E no romantismo, essa analogia será responsável pela figuração da origem e da identidade das nações recém emancipadas. No Brasil, cujo estado inculto e primitivo suscita dificuldades para o seu processo histórico de reconhecimento político frente às outras nações, a natureza representa a fonte de nossa história, o lugar de apropriação e reconhecimento de nossas raízes. Não obstante Candido considerar que, no romantismo brasileiro, o romance vai se caracterizar pela ânsia de apalpar topograficamente o espaço geográfico, nas letras coloniais, a rusticidade não pode definir a originalidade de escritores como Cláudio Manuel da Costa, Basílio da Gama e Silva Alvarenga, pois segundo Hansen (2005, p. 16), “essas letras são irredutíveis às categorias da estética Kantiana e Hegeliana”. Nesse sentido, o esquecimento dessas técnicas retóricas mediadoras do discurso poético no século XVIII promove também o esquecimento de tópicos como as da eternidade²³.

Portanto, a lógica de sentido configurada na tese do local e do universal referente às práticas poéticas do arcadismo no “Brasil” implica uma lógica de seleção e organização de lembranças que dissimulam as preceptivas retóricas e poéticas necessárias ao seu entendimento, uma vez que ela desconsidera que, nessas práticas, “a doutrina que as fundamenta pressupõe a existência de modelos autorizados e tidos como realizações excelentes dos vários gêneros poéticos lembrados pelo poeta no ato da invenção” (HANSEN, 2002, p. 49). Retórica no sentido de que essa poesia visava o convencimento do público por meio dos ensinamentos das “excelentes disposições de caráter” a serem apreendidas. Poéticas no sentido de que existia um modelo e uma verossimilhança ligados a um referencial de tempo e lugar específico responsável pela sua produção. A memória destes modelos poéticos da tradição não é entendida por Antonio Candido como um instrumento que torna possível a atualização de lugares-comuns na poética de Cláudio Manuel da Costa, antes aponta para a dialética constitutiva de sua tese do local e do universal.

²³Segundo Francisco Achcar (1994, p.158), “a poesia não só encanta a alegria da vitória e é fonte de mais alívio do que a água tépida que faz relaxarem-se os músculos do atleta, mas, além de sua função presente, é garantia de fama futura, já que a palavra vive mais tempo que os feitos. À celebração do vencedor superpõe-se, pois, o elogio da palavra inspirada, que pereniza as ações dignas de memória”.

A adoção de uma personalidade poética convencionalmente rústica, mas proposta na tradição clássica, permitia a situação de contraste cultural, valorizando ao mesmo tempo a componente local- que aspirava á expressão literária- e os cânones da Europa, matriz e forma da civilização a que o intelectual brasileiro pertencia, e a cujo patrimônio desejava incorporar a vida espiritual do seu país (CANDIDO, 1981, p. 65).

2- A brasilidade e os abusos de memória da teleologia nacionalista de Antonio Candido

Neste capítulo, discute-se a categoria da brasilidade construída pela interpretação empreendida por Antonio Candido sobre as práticas letradas luso-brasileiras que abrangem o período do arcadismo e do romantismo. Evidencia-se a formação de uma teleologia naquilo que o autor vai denominar de “literatura interessada”, a partir da qual se define a história da literatura brasileira enquanto “síntese das tendências do nacionalismo e do universalismo (CANDIDO, 1981, p 23)”. Refletimos criticamente sobre essa categoria, pois colocamos em questão a afirmação de que, na obra de Cláudio, “a convenção arcádica vai corresponder a algo mais fundo que a escolha de uma norma literária”, na medida em que “os seus pastores encarnam, frequentemente, o drama do artista brasileiro, situado entre duas realidades, quase diríamos duas fidelidades” (CANDIDO, 1981, p, 91). Na nossa hipótese, pelo contrário, a obra poética de Cláudio Manuel da Costa é composta por técnicas retóricas de amplificação do discurso poético cuja *mimese* se pauta na “racionalidade não-psicológica da poesia clássica” (HANSEN, 2006, p. 99), o que denega categorias sociológicas sustentadoras de uma consciência local e de uma identidade literária nacional para a interpretação dessas letras.

Visa-se, então, perceber tanto os abusos de esquecimento²⁴ das técnicas retóricas utilizadas como matrizes para a formulação da *descriptio* de tais poemas, como os abusos de memória da idéia de brasilidade na leitura que Antonio Candido faz do conjunto de textos literários os quais formam, na sua visão, uma unidade de sentido para o entendimento da fortuna literária nacional. É preciso esclarecer que, ao nos referimos à noção de memória neste trabalho, estamos considerando que “os fenômenos de memória, tão próximos do que somos, opõem, mais que outros, a mais obstinada resistência à *hubris* da reflexão total” (RICOUER, 2007, p. 43). Portanto, mais do que qualquer outra categoria que sirva de instrumento e critério

²⁴RICOUER, Paul. *A memória, a história e o esquecimento*. Tradução: Alain François [et al]. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007, p. 94. Estamos tomando o conceito de abuso de esquecimento naquilo que este hermeneuta vai denominar de memória manipulada, segundo a qual, nos usos públicos da memória assim mobilizada a serviço da busca, da reivindicação da identidade podem ocorrer derivações que resultam do “excesso de memória, em tal região do mundo, portanto, abuso de memória- insuficiência de memória, em outra, portanto, abuso de esquecimento”, uma vez que, “é na problemática da identidade que se deve buscar a causa de fragilidade da memória assim manipulada”.

para a produção do nosso entendimento sobre o passado histórico, a memória se legitima, antes de tudo, pela sua natureza indeterminada.

Observamos, no primeiro capítulo, que o autor de *Vários escritos* desconsidera as técnicas retóricas enquanto condição de criação poética das práticas letradas coloniais em nome de uma “literatura interessada”, do sentimento de brasilidade na literatura, sobretudo aquele o qual é definido primeiramente como sentimento local pelos primeiros historiadores literários do império luso-brasileiro.

A idéia de que a literatura brasileira deve ser interessada (no sentido exposto) foi expressa por toda a nossa crítica tradicional, desde Ferdinand Denis e Almeida Garret, a partir dos quais tomou-se a brasilidade, isto é, a presença de elementos descritivos locais, como traço diferencial e critério de valor (CANDIDO, 1981, p. 28).

Propõe-se, então, analisar os usos e abusos das categorias da rusticidade e brasilidade enquanto proposições reinventadas teleologicamente pela força da noção de gênio, a qual se delimita no âmbito da *Crítica do Juízo* do filósofo Kant. Na referida obra, Kant define que “o gênio é a originalidade exemplar do dom natural de um sujeito no uso livre de suas faculdades de conhecimento” (1995, p. 163). *A crítica do juízo* nos interessa para a compreensão do modo como o conceito de subjetividade importa para a definição de originalidade, reclamada por Candido, na afirmação de que os poetas Cláudio Manuel da Costa e Silva Alvarenga representam o ponto de partida de nossa consciência estética fortalecida pelo abraqueiramento das tópicas árcades.

Diante disso, observamos uma política de memória na proposição de que devemos amar a nossa literatura, não obstante ela sendo “pobre e fraca” e “galho secundário da literatura portuguesa, por sua vez arbusto de segunda ordem no jardim das musas” (CANDIDO, 1981, p. 10). Durante a discussão dessa política de memória no trabalho analisado, faz-se uma abordagem do modo pelo qual a concepção teleológica da brasilidade literária ganha força nessa política, bem como na figura de Machado de Assis enquanto eixo constituinte dessa concepção e síntese do processo formativo da literatura brasileira, simbolizando o gênio no pressuposto da dialética do local e do universal e no princípio evolutivo dessas letras.

2.1 A teoria da formação e o processo da história

Ao discutir esse princípio evolutivo da literatura brasileira presente na teoria da formação, percebemos o quanto Candido sistematiza uma historiografia literária cuja estrutura se pauta na “disposição historicizante do tempo” (NIETZSCHE, 2003), na razão ontológica da própria história, isto é, na história como processo. Vale confrontar as idéias do filósofo Nietzsche relativas ao seu conceito de força plástica, desenvolvidas, sobretudo, na obra *Segundas considerações intempestivas: as vantagens e desvantagens da história para a vida*, com o pensamento que se esboça em Candido sobre a história de nossa literatura no período que compreende o século XVIII e XIX. Realiza-se uma reflexão sobre a teleologia científica do Mestre. Essa discussão será dirigida sob orientação dos pressupostos filosóficos do Nietzsche, relativos aos de força plástica e vontade de potência, os quais constituirão um fundamento crítico para pensarmos o processo da história imanente no *télos* das categorias de rusticidade e brasilidade candidianas. Dessa forma, é relevante ressaltar o que o autor de FLB entende por “formação da continuidade literária”:

espécie de transmissão da tocha entre corredores, que assegura no tempo o movimento conjunto, definindo os lineamentos de um todo. É uma tradição, no sentido completo do termo, isto é, transmissão de algo entre os homens, e o conjunto de elementos transmitidos, formando padrões que se impõem ao pensamento ou ao comportamento, e aos quais somos obrigados a nos referir para aceitar ou rejeitar. Sem essa tradição não há literatura, como fenômeno de civilização (CANDIDO, 1981, p, 24).

Segundo o escritor de *Literatura e Sociedade*, a continuidade literária supõe a transmissão da tocha entre corredores, ou melhor, a existência de um “Machado de Assis que pressupõe a existência de seus predecessores” (CANDIDO, 2006, 117), um final que justifica o processo formativo dessa literatura, bem como “uma linha evolutiva” de um escritor capaz de catalisar, “na tradição”, as contribuições de seus antecessores “na orientação de Macedo para a descrição de costumes, no realismo sadio e colorido de Manuel Antônio, na vocação analítica de José de Alencar” (CANDIDO, 2006, p, 117). A tradição é a condição de possibilidade de uma teleologia, mas também é a construção de sentido para a própria história.

Esse é o significado último da “transmissão da tocha entre corredores”, a razão de ser do nosso passado, da literatura interessada dos nossos primeiros historiadores literários do romantismo. Dessa forma, é contra a entrega total da “personalidade ao processo do mundo” (2003, p. 76) que nos serve o ensaio referido acima escrito por Nietzsche, intitulado de *Segundas considerações intempestivas: as vantagens e desvantagens da história para a vida*, sobretudo pelo fato deste último tecer uma crítica contundente àqueles que entendem a história em um sentido teleológico. Por conseguinte, vale questionar “a transmissão dessa tocha entre corredores”, mais precisamente, esse sistema de premonições, no qual os escritores vão se sucedendo e renunciando outros, no processo de delimitação de uma forma orgânica para a literatura brasileira, no interior da história como processo. Portanto, observa-se a configuração de um modelo nacional teleológico da literatura brasileira, sustentado por uma política de memória da formação de um cânone e de uma tradição literária.

2.2 A fragilidade na construção da categoria da brasilidade

É nesse ponto que a brasilidade proclamada por Candido apresenta a sua fragilidade²⁵. Consideramos que o crítico literário Antonio Candido elabora um impasse ao defender, no nosso entendimento, uma política de memória na proposição de que, como já foi dito, “devemos amar a nossa literatura sob pena de ela cair no esquecimento” (CANDIDO, 1981, p. 10). Desse modo, “amar a nossa literatura” significa reconhecê-la como “nossa”, entendê-la enquanto uma prática cultural que vai definindo lentamente a “nossa” originalidade. Segundo Paul Ricoeur (2007, p. 94), “o cerne do problema é a mobilização da memória a serviço da busca, da demanda, da reivindicação de identidade”. Na nossa hipótese, o autor de *Introdução à literatura brasileira* efetua um abuso de memória e de esquecimento ao reivindicar a brasilidade e a rusticidade enquanto categorias definidoras da leitura e do caráter nacional das letras de Cláudio Manuel da Costa, Silva Alvarenga e

²⁵RICOUER, Paul. *A memória, a história e o esquecimento*. Tradução: Alain François [et al]. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007, p. 94. Segundo este autor, “como causa primeira da fragilidade da identidade é preciso mencionar sua relação difícil com o tempo; dificuldade primária que, precisamente, justifica o recurso à memória, enquanto componente temporal da identidade, juntamente com a avaliação do presente e a projeção do futuro”.

Machado de Assis²⁶, uma vez que “é na problemática da identidade que se deve agora buscar a causa da fragilidade da memória assim manipulada” (RICOUER, 2007, p. 94).

É preciso indagar qual a relação entre o processo de reivindicação de um caráter nacional para as práticas de representação do século XVIII e a mobilização de uma memória para essa demanda. Mais precisamente, de que lugar e quais valores e interesses sociais motivaram essas leituras anacrônicas do nosso passado literário. É relevante tomar emprestadas as categorias formuladas pelo filósofo Paul Ricouer de abuso de memória, insuficiência de memória e abuso de esquecimento, para questionar se houve realmente “excesso de memória em tal empreendimento, ou se houve abuso, de outro modo, se houve insuficiência de memória ou abuso de esquecimento” (RICOUER, 2007, p. 94). O que representa FLB neste processo de reivindicação de uma unidade social para esse sistema literário? Qual fator interfere no plano da formação dessa identidade?

Desse modo, vale questionar esse processo por meio de uma reflexão sobre a natureza do fenômeno ideológico. De acordo com Paul Ricouer (2007, p. 95) “as manipulações da memória [...] devem-se à intervenção de um fator inquietante e multiforme que se intercala entre a reivindicação de identidade e as expressões públicas da memória”. Entendemos que as manipulações da memória, observadas no trabalho candidiano, são motivadas pela natureza ideológica do seu discurso. Novamente segundo Paul Ricouer (2007, p. 95) “é mesmo enquanto fator de integração que a ideologia pode ser tida como guardiã da identidade, na medida em que ela oferece uma réplica simbólica às causas de fragilidade dessa identidade”. Assim, vale o questionamento: “o que significa permanecer o mesmo através do tempo” (RICOUER, 2007, p. 94)? Desse modo, como é possível determinar a brasilidade enquanto categoria explicativa do processo de formação, consolidação e síntese final da literatura brasileira enquanto brasileira através da temporalidade substancializada por Paul Ricouer? Para tanto, vale trazer à tona uma passagem do

²⁶ Idem, 2007, p. 83. O autor se refere “a formas concertadas de manipulação ou de instrumentalização da memória, que dependem de uma crítica das ideologias. É nesse nível mediano que as noções de abuso de memória e, acrescentaremos de imediato, de abuso de esquecimento, são as mais pertinentes”. Segundo o escritor de *A metáfora viva*, “é nesse plano que se pode mais legitimamente falar em abusos de memória que são também abusos de esquecimento”. Novamente seguindo a sua explicação, “por causa da função mediadora da narrativa, os abusos de memória tornam-se abusos de esquecimento, pois, antes do abuso, há o uso, a saber, o caráter inelutavelmente seletivo da narrativa”.

prefácio da segunda edição, a qual exprime a vocação histórica do movimento arcádico.

Parece-me que o Arcadismo foi importante porque plantou de vez a literatura do ocidente no Brasil, graças aos padrões universais por que se regia, e que permitiram articular a nossa atividade literária com o sistema expressivo da civilização a que pertencemos e dentro da qual fomos definindo lentamente a nossa originalidade. Note-se que os árcades contribuíram ativamente para essa definição, ao contrário do que se costuma dizer. Fizeram, com a seriedade dos artistas conscientes, uma poesia civilizada, inteligível aos homens de cultura, que eram então os destinatários das obras. E enquanto quiseram exprimir as particularidades do nosso universo, conseguiram elevá-las à categoria dos melhores modelos. Assim fez Basílio da Gama, assim fez Silva Alvarenga, para criar uma das expressões mais transfundidas de cor local e de sensibilidade brasileira de que há notícia²⁷.

O verbo plantar supõe uma atividade exercida de cima para baixo, o homem que semeia a terra, de fora para dentro. À maneira de um gesto de fundação, ele também supõe uma transferência de identidade, de imposição cultural, dado os trâmites que regiam o sistema de colonização aqui instituído²⁸. Sendo assim, ao plantar uma literatura no Brasil, o arcadismo foi ao mesmo tempo um modelo e um instrumento que foi “definindo lentamente a nossa originalidade” (CANDIDO, 1981, p. 17), uma vez que a planta implica também no nascimento e no desenvolvimento dos galhos. Essa metáfora de base é formulada para a unificação de uma idéia de amadurecimento e progresso da literatura brasileira, o que denota a sua natureza ideológica, pois:

sem idéia do modo como a metáfora, a analogia, a ironia, a ambigüidade, o jogo de palavras [...] e todos os outros elementos do que chamamos

²⁷CANDIDO, Antônio. *Formação da literatura brasileira*. São Paulo: Momentos decisivos. Itatiaia, 1981. p. 17.

²⁸ SCHWARZ, Roberto. *Nacional por subtração*. In: Que horas são? : ensaios/Roberto Schwarz. – São Paulo: Companhia das Letras, 1987. Segundo este crítico, “nós brasileiros e latinos-americanos fazemos constantemente a experiência do caráter postiço, inautêntico, imitado da vida cultural que levamos”. O autor coloca em questão o conceito de autenticidade e imitação cultural ao analisar a estrutura política e cultural brasileira do século XIX. Para ele, o problema não está investido nas noções de cópia e de originalidade, pois “a idéia de cópia opõe o nacional ao estrangeiro e o original ao imitado, oposições que são irreais e não permitem ver a parte do estrangeiro no próprio, a parte do imitado no original, e também a parte original no imitado”. Schwarz centra o problema na permanência dos valores da ordem colonial nesta sociedade, principalmente pelo fato de que, segundo o mesmo, “o passo da colônia ao estado autônomo acarretava a colaboração assídua entre as formas de vida característica da opressão colonial e as inovações do progresso burguês”.

inadequadamente de estilo funcionam [...] na projeção das atitudes pessoais em sua forma pública, não podemos analisar a importância das asserções ideológicas (GEERTZ *apud* RICOUER, 2007, p. 95).

O binômio imitação e original, de Roberto Schwarz, se articula com a idéia de formação, de modo que ele também funciona como um substituto para o problema da origem, uma vez que este surge em função da adaptação do exemplo do ocidente. A imitação se dissipa quando ocorre a “transusão”, no entanto, ela é a condição pela qual conhecemos o nosso ponto de partida e, desse modo, atribuímos uma lógica para a proposta do livro FLB. Mais precisamente, a funcionalidade do galho anula a aporia suscitada pela cópia e pela origem, pois nossa originalidade vai se definindo no desenvolvimento de nossos galhos. Do ponto de vista literário, a transferência é favorável para Candido em virtude da contribuição dos padrões universais da cultura do ocidente.

Há também leituras que associam este verbo a um processo de naturalização do destino histórico que determina o curso de nossa literatura²⁹. Desse modo, estamos de acordo com ambos os sentidos, pois ora ele denota o efeito das expressões utilizadas pelo autor, ora nos revela o caráter contingente e, portanto, cultural do processo. Assim, também é possível pensar o galho enquanto expressão metafórica que suscita uma solução cômoda para o imperativo político e romântico de escrutinação de nossas raízes.

Utilizar como apoio a distância temporal que caracteriza o século XX em relação ao XVIII para a interpretação das letras deste último, significa eleger, no arcadismo, “a seriedade dos artistas conscientes em exprimir as particularidades do nosso universo” (CANDIDO, 1981, p. 17), em função do apagamento de uma memória coletiva³⁰ do tempo coetâneo ao do poeta de Minas. Apagamento este que desconsidera um ponto de vista relativo concernente à história de “nosso” passado

²⁹BAPTISTA, Abel de Barros. O cânone como formação: a teoria da literatura brasileira de Antonio Candido. In: *O livro agreste*. Campinas: Editora Unicamp, 2005, p. 41 a 80. Na concepção de Abel Barros Baptista, em Antônio Candido, “a literatura brasileira forma-se adaptando, integrando, até atingir o *télos* inscrito no processo de maturação”. Segundo este autor, “a figura do galho naturaliza a formação”. Fica claro, nessas declarações, que o crítico entende a teoria da formação candidiana como base epistemológica constitutiva de um processo teleológico.

³⁰RICOUER, Paul. *Tempo e narrativa*. Tradução Claudia Berliner; revisão da tradução Márcia Valéria Martinez de Aguiar. – São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010, p. 202. Segundo este Hermeneuta, “embora a noção de memória coletiva deva ser considerada uma noção difícil, destituída de qualquer evidência própria, sua rejeição anunciaria, no final de contas, o suicídio da história”. Seguindo esta perspectiva, tomamos aqui a memória coletiva enquanto conceito que orienta o modo pelo qual uma sociedade organiza o tempo da história por meio da sequência de gerações: contemporâneos, predecessores e sucessores.

literário, pois intenta se erigir como a memória a ser legitimada. Assim sendo, temos também um excesso de memória, forjada por critérios de cientificidade que pretendem encorpar o processo formativo de nossa literatura por intermédio de idéias e imagens que exprimem a sua visão “das expressões mais transfundidas de cor local e de sensibilidade brasileira de que já tem notícia” (CANDIDO, 1981, p.17).

2.3 Os abusos de memória na configuração de uma identidade literária para a literatura brasileira

O movimento árcade ganha em notoriedade e reconhecimento na passagem discutida, a qual suplanta, em certa medida e segundo a ótica do crítico, o movimento romântico. Arcadismo passa a ser sinônimo de brasilidade, sobretudo enquanto “fator de integração e diferenciação, de incorporação do geral (no caso, a mentalidade e as normas da Europa) para obter a expressão particular”, isto é, os aspectos novos que iam surgindo no processo de amadurecimento do país (Candido, 2006, p. 216). Processo formativo e processo de amadurecimento supõem a continuidade de algo, de uma história cíclica submetida ao crivo da memória.

Na formação, a memória funciona como apoio de tais acontecimentos sujeitos a uma historicização. A autorização de um processo formativo de amadurecimento de nossa literatura é suplantada, no caso específico aqui relatado, pela celebração de acontecimentos fundadores que refletem o uso de um excesso de memória e de um abuso de esquecimento, pois não é esta a reivindicação feita por Antonio Candido para amarmos a nossa literatura? Enquanto proposta de formação de nossas letras, FLB não discorre sobre fatos literários passíveis de serem lembrados e celebrados pelos seus leitores? Conforme Ricouer (2007, p. 95) o que celebramos com o nome de acontecimentos fundadores, são essencialmente atos violentos legitimados posteriormente por um Estado de direito precário, legitimados, no limite, por sua própria antiguidade, por sua vetustez³¹. Noutras palavras, o que celebramos como literatura brasileira não seria legitimada pelo que se presume da ideologia, a qual “advém precisamente na brecha entre a demanda de legitimidade que emana

³¹RICOUER, Paul. *A memória, a história e o esquecimento*. Tradução: Alain François [et al]. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007, p. 96. Segundo o escritor de *Tempo e narrativa*, “apenas em sociedades sem estrutura política hierárquica, e nesse sentido sem poder, se poderia encontrar o fenômeno nu da ideologia como estrutura integrativa de algum modo inocente”.

de um sistema de autoridade e nossa resposta em termos de crença”? (RICOUER, 2007, p. 96).

Percebemos um excesso no uso de categorias que determinam a lógica do integralismo árcade e da diferenciação romântica como representativa tanto da poesia do XVIII quanto do processo formativo de amadurecimento de uma literatura autêntica. Dada essa premissa, seria necessária uma voz universal representativa desse estado de direito para evocar uma memória para esses eventos que consagrasse a nossa literatura, uma vez que:

comparada às grandes, ela é pobre e fraca”. Mas é ela, não outra, que nos exprime. Se não for amada, não revelará a sua mensagem; e se não a amarmos, ninguém o fará por nós. Se não lermos as obras que a compõem, ninguém as tomará do esquecimento, descaso e incompreensão (CANDIDO, 1981, p, 10).

Não obstante o seu estado precário de minoridade, proclamada pelo crítico, ela precisa ser celebrada, “pois é ela, não outra, que nos exprime”. A nossa literatura, nesta visão, já nasce pobre e fraca e a comparação de sua produção com a produção europeia é a condição essencial pela qual podemos entender o seu processo de constituição. Este é realizado sob bases europeias e não locais. No entanto, é preciso “valorizá-las e entendê-las sob pena de deixá-las cair no esquecimento, descaso ou incompreensão”. O nosso processo literário é “galho secundário da portuguesa, por sua vez arbusto de segunda ordem no jardim das musas” (CANDIDO, 1981, p. 9).

Na lógica candidiana, o que existe é um componente natural neste processo formativo, em que as fases vão se sucedendo até alcançar um estágio final. Daí tem “as raízes, os galhos primários e secundários até a liquidação das primeiras” (CANDIDO, 2007, p. 139). A liquidação de nossas raízes é aqui referida pelo autor em relação à trajetória do nosso desenvolvimento sócio-histórico debatido por Sérgio Buarque de Holanda em seu livro *Raízes do Brasil*. Liquidar as nossas raízes significava construir um sistema de idéias próprio, cujos princípios fossem capazes de romper paulatinamente com os nossos traços ibéricos. Nunca tínhamos tido, até então, um caráter nacional individualizado, pois “o certo é que todo o fruto de nosso trabalho ou de nossa preguiça parece participar de um sistema de evolução próprio de outro clima e de outra paisagem” (HOLANDA, 2010, p. 31). O historiador Sérgio

Buarque de Holanda enuncia as condições históricas e sociais pelas quais se forjou um ideal de civilização no Brasil. Para ele, “a tentativa de implantação de cultura européia em extenso território é, na origem da sociedade brasileira, o fato dominante e mais rico em conseqüências” (HOLANDA, 2001, p. 31).

Vindo de longe, de terras estranhas, a cultura milenar instalada no Brasil representa a consolidação de um projeto global, criado e intensificado pelos interesses imperialistas dos países da Europa ocidental. O movimento desta civilização se caracteriza, nesse sentido, pela formação de um conjunto de relações de forças e guerras travadas por outras nações. “Nossas formas de convívio, instituições e idéias” foram herdadas através de uma entre outras nações em conflito: a nação Ibérica. O tronco de nossa identidade somente deve ser definido pelo estudo dessas formas de convívio de tais instituições e pensamentos, uma vez que, segundo Sérgio Buarque de Holanda (2010, p. 41), “somos Ibéricos”. E sendo um fato dominante, a sua conseqüência foi a de nos tornar “uns desterrados em nossa terra” (HOLANDA, 2010, p. 31).

Nesse sentido, as condições históricas e sociais relativas ao sentido da colonização que deram impulso a nossa fundação também resultaram de atos de violências, sobretudo contra os povos aqui instalados. A nossa identidade só pode ser pensada sob a trama das fraturas, das dispersões e das relações de força que a edificaram. A instituição de um código linguístico culto que pudesse dar forma a nossa literatura foi realizada sob bases não locais. Por isso, “a expressão de que a nossa literatura é galho secundário da portuguesa, por sua vez arbusto de segunda ordem no jardim das Musas” (CANDIDO, 1981, p. 3). A existência de um galho suprime as relações de luta subjacentes a esses atos de instituição. O galho supõe, como já foi dito por Barros Baptista, um processo natural, em que os acontecimentos são tomados como um dado e não como resultado de ações culturais. A política de Antônio Candido é mais incisiva, pois é preciso “amar essa literatura, sob pena de ela cair no esquecimento”. Não tivemos um Sérgio Buarque de Holanda, um Caio Prado Junior e nem um Antônio Candido em nossa fundação. Segundo Candido, “o nosso foi um século das luzes predominantemente beato, escolástico, inquisitorial” (CANDIDO, 1981, p.63).

A nossa “tentação identitária”, nessa lógica, deveria ser o oposto do que propugnava a escolástica e a inquisição, pois deveria se pautar no esclarecimento, no reconhecimento de nossa civilidade enquanto participante em pé de igualdade

dos códigos políticos, sociais e literários constituídos pela metrópole. Como já vem sendo dito, é o local e o universal que devem localizar a nossa identidade nacional. De fato, aqui não temos ainda uma ruptura derivada por parte do projeto de Antônio Candido em relação ao projeto de “raízes do Brasil.” Pelo contrário, observamos uma continuidade, na medida em que Sérgio Buarque de Holanda é aquele que reconhece a nossa “identidade Ibérica” e a participação dessa identidade em nossas idéias e em nossas formas de convívio:

no caso brasileiro, a verdade, por menos sedutora que possa parecer a alguns dos nossos patriotas, é que ainda nos associa à península Ibérica, a Portugal especialmente, uma tradição longa e viva, bastante viva para nutrir até hoje, uma alma comum, a despeito de tudo quanto nos separa. Podemos dizer que de lá nos veio a forma atual de nossa cultura: o resto foi matéria que se sujeitou mal ou bem a essa forma.(HOLANDA, 2010, p.40).

Conforme Sérgio Buarque de Holanda, “uma tradição longa e viva” nos identifica com a península Ibérica, especialmente com Portugal. Para ele, herdamos a “cultura da personalidade desse povo, do mérito pessoal”, e sua “vontade de mandar e a disposição para cumprir ordens”. Segundo o autor, “as ditaduras e o Santo Ofício parecem construir formas tão típicas de seu caráter como a inclinação à anarquia e à desordem” (HOLANDA, 2010, p.39). Essas características justificam o nosso século das luzes ser predominante escolástico e inquisitorial, pois, de acordo com Sérgio Buarque de Holanda (2010, p. 40), possuímos “uma alma comum, a despeito de tudo quanto nos separa” . Todavia, segundo Dante Moreira Leite (1983, p. 323), realizar uma “descrição psicológica do brasileiro- só poderia sustentar-se, coerentemente, se as características fossem consideradas como permanentes e válidas para todas as classes sociais”.

Essa questão novamente nos remete à reflexão, já utilizada anteriormente: “como é possível permanecer o mesmo através do tempo” (RICOUER, 2007, p. 94)? Sérgio Buarque de Holanda sustenta, nessa visão, uma ideologia do caráter nacional da literatura e do ser social brasileiro, uma vez que, segundo o mesmo, “a forma atual de nossa cultura possui uma alma comum a da península Ibérica” (HOLANDA, 2010, p. 40). Conforme Dante Moreira Leite (1983, p. 324), “Sérgio Buarque de Holanda percebe as transformações na vida social, mas, apesar disso, continua preso à idéia de características nacionais, de um passado que determina o presente”. Nesse sentido, se há uma continuidade do trabalho de Antonio Candido

em relação ao trabalho de Sérgio Buarque de Holanda, o primeiro também não estaria preso à idéia de brasilidade na literatura, de um passado que determina o presente? Segundo o autor de *O albatroz e o chinês*:

a certa altura da vida, vai ficando possível dar balanço no passado sem cair em autocomplacência, porque o nosso testemunho se torna registro da experiência de muitos, de todos que, pertencendo ao que se chama uma geração, julgam-se a princípio diferentes uns dos outros, mas vão aos poucos ficando tão iguais que acabam desaparecendo como indivíduos para se dissolverem nas características gerais da sua época (CANDIDO, 2006, p. 125).

Retirado de um ensaio que o autor escreve sobre *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, esta citação testemunha a defesa candidiana sobre a unidade de pensamento político no país, numa memória coletiva de muitos que “vão ficando tão iguais, no cenário intelectual da geração de 30, que acabam desaparecendo como indivíduos para se dissolverem nas características gerais de sua época” (CANDIDO, 2006, p. 125).

Não obstante o escrúpulo de “não cair em autocomplacência”, o seu balanço do passado não elimina a caça de organizações e sociabilidades intelectuais que dão forma ao seu sistema literário e, por conseqüência, social. Ecoa em seus ensaios uma voz universal que enuncia a hora de nosso esclarecimento, pois “certos momentos do passado podem servir de pretexto ou estímulo para refletir sobre o presente” (CANDIDO, 2006, p. 99), de modo que os homens dos decênios de 30 e 40 “aprenderam a refletir e a se interessar pelo Brasil, sobretudo em termos de passado e em função de três livros: *Casa Grande e Senzala*, *Formação do Brasil Contemporâneo* e *Raízes do Brasil*.

2.4 A liquidação das raízes e a relevância do escritor Machado de Assis

É em vista deste panorama que Antonio Candido vai definir a vocação histórica do Romantismo como posição do espírito e da sensibilidade. Para Candido, além de ser fator de diferenciação, o romantismo “é, ao mesmo tempo, prolongamento da atitude setecentista de promoção das luzes” (CANDIDO, 1981, p.289). Sob essa perspectiva, é possível pensar no *télos* científico do trabalho analisado, sobretudo quando se tem em vista a fundação de uma identidade para a literatura brasileira. Nessa lógica, pode-se indagar em que medida esse ideal de

liquidação de nossas raízes pode ser elucidativo da descrição sobre o estágio final da história literária nacional enquanto liquidação de nossas raízes ibéricas. Vale investigar as convergências e as diferenças entre ambos no que se refere à discussão da problemática da origem, levando em conta que uma abordagem se ocupa da história e a outra da literatura.

Consideramos que, do ponto de vista em que o conceito de história é tomado, no sentido cumulativo e finalista, temos o estágio final de nossa literatura exemplificado na figura de Machado de Assis, este que teria sido pressagiado “por Manuel Antônio de Almeida e se tornado entre nós o fenômeno de consciência literária, realizando a obra mais discretamente máscula da ficção romântica” (CANDIDO, 1981, p, 220), uma vez que, em meio à ânsia topográfica dos românticos de apalpar todo o país, ele conseguiu dar ênfase “à densidade espiritual dos nossos valores locais”, em detrimento de sua rarefação na preocupação exclusiva com “o espaço geográfico e social” dos outros escritores. Por conseguinte, essa tese sustenta um Machado de Assis como símbolo constituinte de nossa “*Aufklärung*”, ou seja, de nosso *onto-télos*, dando forma por assim dizer, “a superposição progressiva de camadas, que iam consolidando o terreno para a sua sondagem profunda” (CANDIDO, 1981, p. 114).

A proposta científica dessa abordagem não deixa de ser metafísica, cuja estrutura e unidade se justificam “na pesquisa dos valores espirituais, num plano universal, o conhecimento do homem e da sociedade locais” (CANDIDO, 1981, p. 221). Esse princípio de continuidade é o motor de sua tese sobre o local e o universal, na medida em que a superação da fome de espaço geográfico e social pelo tratamento do “simplesmente humano, que os engloba e transcende”, corresponde ao ultimato de nosso amadurecimento. A proposta romântica de redescoberta do país se converte em condição de leitura do passado e com ela é produzido um conjunto de lembranças para a compreensão dos acontecimentos literários. O final justifica o processo formativo dessa literatura. É em função dele e da tese analisada que o galho secundário se configura em primário e fornece as condições de possibilidade para a sua liquidação. Também nessa ótica, Machado de Assis representa a fonte constitutiva de inteligibilidade dos seus predecessores, pois, segundo Candido, “a sua linha evolutiva mostra o escritor altamente consciente, que compreendeu o que havia de certo, de definitivo, na orientação de

Macedo para a descrição de costumes, no realismo sadio e colorido de Manuel Antônio, na vocação analítica de José de Alencar” (CANDIDO, 1975, p. 117).

Machado representa a essência da síntese da literatura brasileira enquanto brasileira, por isso, em sua visão, “é o escritor mais brasileiro que jamais houve, e certamente o maior” (CANDIDO, 1981, p. 118). Ao ser entendido como um catalisador das contribuições de seus antecessores, ele fixou e sublimou os achados modestos desses últimos, mostrando-se como se faz literatura universal pelo aprofundamento das sugestões locais. Desse modo, convertido em eixo constituinte da teleologia nacionalista e em síntese da dialética do local e universal pela proposta da FLB, ele “pressupõe a existência dos predecessores” (CANDIDO, 1981, p. 117).

Machado de Assis é a apoteose do princípio evolutivo de nossa literatura. Nele, tanto está embutida a memória de nossa tradição letrada quanto uma memória a partir da qual é possível edificar uma gnosiologia de nossa história literária. Nesse sentido, defendemos que o procedimento constitutivo da escrita da historiografia literária candidiana não supõe uma genealogia no sentido nietzschiano, na medida em que, segundo Etori Finazzi Agro (2001, p. 173), “ele recusa o papel tradicional de historiador, enquanto investigador da origem e defensor da continuidade entre passado e presente”.

2.5 Antonio Candido *versus* o combate de Nietzsche frente à disposição historicizante da temporalidade

A nosso ver, Candido estabelece uma política da memória ao reivindicar, como dito acima, a lembrança de nossas obras. A continuidade entre passado e presente de tal processo formativo implica no reconhecimento e na lembrança do passado como um lugar que deve ser venerado e preservado, uma vez que não devemos deixá-lo cair no esquecimento, concepção muito mais próxima daquilo que Nietzsche vai chamar de história antiquária, na qual se ossifica o passado histórico para legitimar “as idéias e as imagens que exprimem a visão do esqueleto objetivamente estabelecido” pelo autor da FLB (CANDIDO, 1981, p. 39).

Candido não discute o problema da origem, no entanto, ele parte do fim para nos fornecer as condições para uma hermenêutica do início. Na nossa hipótese, é esse excesso de memória da sobrevivência da utopia romântica de redescoberta do Brasil nos anos 20 e 30 do século XX que petrifica os cânones de nosso passado.

Desse modo, a atitude crítica candidiana realiza justamente o contrário do que afirma Finazzi Agro. Sob essas condições, é preciso que recuperemos Nietzsche (CANDIDO, 2008, p. 87), a fim de entendermos a sua filosofia da memória. Assim sendo, não vamos considerar o texto “O portador” escrito por Candido sobre o filósofo, visto que, na nossa acepção, o procedimento de escrita adotado pelo autor, na discussão de sua obra, realiza o oposto das propostas analisadas e enaltecidas em tal ensaio.

Na observação a ser realizada, visa-se repensar as afirmações de Etori Finazzi Agro, além de evidenciar o modo pelo qual o excesso de memória de FLB forma um bloco monolítico que homogeneiza a reflexão historiográfica e impõe obstáculos para uma escrita genealógica, pois acreditamos que a política de memória executada pelo crítico fixa um modo unívoco de pensamento sobre as letras do XVIII e XIX, apesar de considerar, no prefácio da 2ª edição, que a sua proposta “de modo algum importa no exclusivismo de afirmar que só assim é possível estudá-las” (CANDIDO, 1981, p. 25).

Defendemos também que não há compatibilidade teórica e filosófica entre os escritos de Nietzsche e a FLB, sobretudo quando se põe em questão a problemática da memória. Nietzsche é um exímio combatente das convenções e normas sociais que condicionam a atividade reflexiva; “ele é notório por castigar o rebanho e por celebrar a besta presa” (HATAB, 2010, p. 19); ele “emprega discussões quase históricas e genealógicas para subverter a confiança nos sistemas de crenças tradicionais (não para refutá-los)” (HATAB, 2010, p. 43); o seu ataque contra os preceitos e padrões morais ocidentais não defende valores e propostas de investigação e definição de uma identidade coletiva, sobretudo trabalhos cujos esquematismos estabelecem limites para a reflexão da arte, pois “genealogia é uma estratégia para crítica em face de convicções enraizadas e uma preparação para algo novo” (NIETZSCHE *apud* HATAB, 2010, p. 44).

Nietzsche se mostra extremamente insatisfeito, nas segundas considerações intempestivas, com o excesso de história, o qual mutila a vida do homem no mundo moderno. Logo de início, ele condena todo o saber que não “potencializa e vivifica a sua atividade” (NIETZSCHE, 2003, p. 5). No seu conceito, o homem sente inveja do animal pelo fato deste conseguir viver anistoricamente, pois o “homem aprende logo cedo a faculdade de lembrar” (NIETZSCHE, 2003, p. 8). O animal esquece e vive o presente sem o peso de ter que carregar o passado. O animal está sempre atento

ao presente, preso às necessidades deste, por isso ele é mais feliz que o homem. Porém Nietzsche não condena o saber sedimentado na memória. A memória possui um estoque de saber histórico a partir do qual é possível eliminar os inconvenientes da história monumental, aquela que toma os antigos heróis do passado como modelo para os indivíduos do presente, prejudicando a saúde e a vontade de potência e renovação de um povo. Não obstante não trabalhar com a dialética, os seus escritos relativos aos inconvenientes e vantagens da história para a vida nos permite pensar em uma dialética do lembrar e do esquecer, na medida em que o filósofo defende a força plástica enquanto uma força que representa a coesão entre a cultura histórica e a a-histórica, a lembrança e o esquecimento, potencializando a nossa vontade de potência, de criação e de afirmação da vida. Tomando a memória na dialética entre o lembrar e o esquecer, ela vai ser sempre útil, já que também é preciso lembrar para esquecer a história antiquária, a qual torna substancial a idéia de conservação e veneração do passado.

A defesa do anistórico não significa a supressão do elemento histórico, cuja proposta era evidente no que ele denominou de história crítica, mas significa a ênfase no presente, na ação com base nas necessidades suscitadas por este. A bandeira que se ergue com as considerações deste filósofo alemão é a bandeira de uma força equilibrada dos processos da lembrança e do esquecimento, já que “o elemento histórico e o elemento não histórico são igualmente necessários à saúde de um indivíduo, de um povo, de uma civilização” (NIETZSCHE, 2003, p.). Essa força equilibrada é a que é denominada de força plástica, isto é, o poder criativo da memória implica na harmonia do equilíbrio entre os processos de lembranças e esquecimentos, mais precisamente, quando é possível que “se saiba tão bem esquecer no tempo certo quanto lembrar no tempo certo; que se pressinta com um poderoso instinto quando é necessário sentir de modo histórico, quanto de modo à-histórico” (NIETZSCHE, 2003, p, 11).

Em Nietzsche, a memória aparece como faculdade que deve está a serviço da vida. Ele enfatiza a ação como pressuposta da faculdade do esquecimento: “a todo agir liga-se um esquecimento” (NIETZSCHE, 2003, p. 9). Sendo assim, é a memória da cultura histórica que impede esse esquecimento, o qual nos conduz à ação. Nesse sentido, para o filósofo, “nossa cultura moderna não é nada viva, ela não é nenhuma cultura efetiva, mas apenas uma espécie de saber em torno da cultura” (NIETZSCHE, 2003, p. 33). O autor visa à desconstrução do mito da teleologia

científica, seu ataque também é contra a interiorização da cultura que compromete a experiência de um saber que pode ser dominado pela cultura efetiva, mais precisamente, aquela que consegue dominar o arsenal de cultura enciclopédica que se impõe de maneira superabundante. Para ele, nós somos as “enciclopédias ambulantes”, representamos “um mundo da uniformidade exterior”, cujo “filosofar é político e policialesco, limitado à aparência erudita pelos governos e pela pusilaminidade dos homens” (NIETZSCHE, 2003, p. 44).

A teologia científica é o substituto, na cultura moderna, da religião. O homem se deixou levar pela força do efeito que essa cultura histórica exerceu sobre a vida e a ação. O domínio da ciência sobre a vida caracteriza “a fraqueza da personalidade moderna”. É sob essas condições que ele questiona se “os homens ainda são homens- ou talvez somente máquinas de pensar, de escrever e falar”. Não há saída para o homem moderno a não ser quando a memória da cultura histórica seja condição para a formação do elemento novo, em detrimento de sua condição de dominador e condutor da corrente da vida humana:

A cultura histórica só é efetivamente algo salutar e frutífero para o futuro em consequência de uma nova e poderosa corrente de vida, do vir a ser de uma nova cultura, por exemplo; portanto, só se ela é dominada e conduzida por uma força mais elevada e não quando ela mesma domina e conduz (NIETZSCHE, 2003, p.17).

O que se mostra necessário é conter o avanço da memória da cultura histórica enquanto condutora da vida, ela deve ser “dominada e conduzida por uma força mais elevada, sob pena de se tornar “uma febre histórica” e de se edificar numa teologia disfarçada” (NIETZSCHE, 2003, p. 69). Não podemos proclamar a vitória da ciência sobre a vida, esse é o postulado Nietzscheano. Do ponto de vista da memória, esse seria o maior malefício causado pela promessa, isto é, promessa para um futuro que se encaixa racionalmente na história como processo, tal como preconiza Hegel naquilo que Nietzsche vai chamar de “disposição historicizante do tempo”. Nesse sentido, a memória para a vida deve funcionar com o auxílio da “força plástica”, a qual representa a equação equilibrada dos processos de lembrança e esquecimento e que propõe um combate rigoroso frente “à entrega total da personalidade ao processo do mundo” (NIETZSCHE, 2003, p. 76). A força plástica

pode ser um fio condutor de um processo que reconhece a memória enquanto um fenômeno dispersivo, novo e diferencial. Ela é a saúde do homem moderno, a fonte pela qual a vontade de potência se realiza na personalidade enquanto individualidade histórica. No entanto, não há lugar ou acontecimento histórico, na perspectiva Nietzscheana, de onde ela pode ser observada.

Nietzsche é um pensador que não busca encontrar justificativas transcendentais para a sua atividade reflexiva e solapa qualquer possibilidade de encontrar os fundamentos de definição de uma origem para o conhecimento. A força plástica, nessa lógica, pode ser pensada sob a ótica de um tempo vazio de acontecimentos, o que abre uma lacuna para a sua reflexão filosófica sobre a memória. Mais precisamente, Nietzsche não se indaga sob quais condições históricas e sociais é possível dar vida a essa força plástica da memória. Partindo dessas considerações, defendemos que Candido metamorfoseia esse conceito em nome de um pressuposto transcendental que transitoriciza as categorias de rusticidade e de brasilidade para o entendimento de nossa literatura. Ele acredita no processo do mundo, naquilo que Nietzsche vai criticar como disposição historicizante do tempo; sua pena procura encontrar o sentido oculto da literatura que se revelará no futuro. De acordo com o escritor de *Genealogia da moral*, “estes homens históricos acreditam que o sentido da existência se iluminará no decorrer de um processo” (2003, p, 15). Não seria esta a procura de um “sentido histórico apropriado” para a “formação de uma continuidade literária”- “espécie de tocha carregada entre corredores”? Se Candido define o sentido histórico da literatura brasileira enquanto “galho secundário da portuguesa, por sua vez arbusto de segunda ordem no jardim das musas”, não seria este um postulado para um sentido histórico fundado na disposição historicizante do tempo?

O contentamento da árvore com as suas raízes, a felicidade de não se saber totalmente arbitrário e casual, mas de crescer a partir de um passado como a sua herança, o seu florescimento e fruto, sendo através daí desculpado, sim, mesmo justificado em sua existência- é isto que se designa agora propriamente como o sentido histórico apropriado (Nietzsche, 2003, p. 27).

“O contentamento das árvores com as suas raízes” não supõe uma investigação das origens, muito menos a busca pela “utilidade final” do “florescimento” dos seus galhos. Em *Genealogia da moral*, Nietzsche discute “o

princípio mais importante para toda ciência histórica”, aquele cuja “gênese de uma coisa e a sua utilidade, a sua efetiva utilização e inserção em um sistema de finalidades, diferem Toto coelo [totalmente] (1998, p. 65)”.

Nietzsche é um pensador que enxerga lógica na dispersão, na não seqüencialidade do “devir histórico”. Para o mesmo, “todo acontecimento do mundo orgânico é um subjugar e assenhorear-se, e todo subjugar e assenhorear-se é uma nova interpretação, um ajuste, no qual o sentido e a finalidade anteriores são necessariamente obscurecidos ou obliterados” (NIETZSCHE, 1998, p. 66). A razão histórica não se apresenta no estabelecimento de nexos causais entre fenômenos do “mundo orgânico”. Nesse sentido, “o contentamento das árvores com as suas raízes” significa que “a árvore sente as suas raízes mais do que vê-las (Nietzsche, 2003, p. 27)”. Diante disso, a procura por continuidades no âmago do princípio da “história como processo” somente se revela possível no esforço arbitrário de encontrar a “causa da gênese” ou a “utilidade final” dos “acontecimentos do mundo orgânico”. Assim sendo, se a busca da continuidade literária candidiana não implica no esforço de definição da “causa de sua gênese”, de sua origem, apenas o esforço de encontrar a sua finalidade final pode justificar “a linha evolutiva” de sua história literária? A idéia de origem não poderia sustentar a sua teoria da formação, uma vez que:

a busca do princípio e a tentativa de instituir uma continuidade e uma comunidade a partir dele, se concretizam apenas numa disseminação memorial, num percurso caótico e emaranhado que se reflete e encontra a sua possível razão de ser apenas num discurso novo e outro, oblíquo em relação a qualquer lógica historicista, suspenso [...] entre a memória e o esquecimento (FINAZZI, 2001, p. 180).

Desse modo, a escrita historiográfica da literatura brasileira de Antonio Candido não se caracteriza pelo esforço de mobilizar uma memória para a finalidade final do princípio formativo desta história por meio da força da “história enquanto processo”? Não seria esta uma ideologização da memória³² ou uma justificativa ideológica para a não preocupação com os estudos de “nossas raízes”, isto é, com a

³²RICOUER, Paul. *A memória, a história e o esquecimento*. Tradução: Alain François [et al]. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007, p. 455. Segundo ele, “a ideologização da memória é possibilitada pelos recursos de variação que o trabalho de configuração da narrativa oferece. As estratégias do esquecimento enxertam-se diretamente nesse trabalho de configuração”

literatura portuguesa³³? E sendo a literatura portuguesa excluída do projeto da formação, esta não representaria a segunda causa da fragilidade da identidade proclamada pelo autor em seu trabalho, na medida em que “a segunda causa de fragilidade é o confronto com outrem, percebido como uma ameaça” (RICOUER, 2007, p. 94)? De acordo com o filósofo Paul Ricoeur (2007, p. 94) “é um fato que o outro, por ser outro, passa a ser percebido como um perigo para a identidade própria, tanto a do nós como a do eu”. Nesse sentido, a análise e conseqüente inclusão da literatura portuguesa no projeto de FLB comprometeriam a unidade de sentido da rusticidade e da brasilidade poéticas do caráter nacional dos “nossos” escritores literários.

Todavia, para o crítico Antonio Candido, Nietzsche é um portador de valores, cuja busca de “ângulos novos e posições inexploradas impediu sempre as suas tentativas de amarrar as idéias em sistemas amplos e fechados” (CANDIDO, 2008, p. 83). Tais características do pensamento do filósofo enaltecidas pelo crítico não o isenta de amarrar as suas idéias em sistemas amplos e fechados. Ao entender a literatura como um sistema formado pela tríade indissolúvel entre autor-obra-público e definir a brasilidade como fonte de formação da mesma, o autor não constrói uma armadura teórica, na medida em que “a idéia de sistema literário implica que só se pode falar em literatura nacional quando as obras aí produzidas são também aí recebidas e fecundadas” (LIMA, p. 160)?.

2.6 O anacronismo da brasilidade candidiana

Por outro lado, seguindo a idéia da força plástica, notamos que Candido a utiliza para constatar a plasticidade dos poetas árcades, os quais teriam sido capazes de mimetizar a ordem da natureza rústica brasileira. A suprema força do presente candidiano não o leva a questionar as condições históricas e sociais sob as quais escreveram esses poetas. A sua força plástica é partidária de um abuso de esquecimento que subjuga o passado em função de uma “disposição historicizante do tempo”, de uma brasilidade que denega a individualidade das situações nas quais foram produzidas as belas letras do XVIII. Da mesma forma que ela supõe um

³³BAPTISTA. Abel de Barros. O cânone como formação: a teoria da literatura brasileira de Antonio Candido. In: **O livro agreste**. Campinas: Editora Unicamp, 2005, p. 41 a 80. Este crítico trata da exclusão da literatura portuguesa do livro *Formação da literatura brasileira* de Antonio Candido.

Machado de Assis como o pressuposto determinante de nossa brasilidade literária. Sendo assim, a sua tese realiza o oposto da proposta da força plástica da memória Nietzscheana, já que ora ela ativa um abuso de esquecimento, ora ela suscita um abuso de memória, sem um efetivo equilíbrio entre ambos. É possível indagar sob quais condições históricas e sociais foi possível se inscrever esse conceito de brasilidade no trabalho da FLB, em que medida esse conceito se constitui como elemento de inteligibilidade dessas práticas de representação e quais motivações políticas e simbólicas contribuíram para a produção desse cânone. Questionamentos esses os quais serão discutidos no próximo capítulo denominado de *A forma genealógica e a teleologia: a ideologização da memória na formação da literatura brasileira*.

A imaginação do crítico não se aparta dos valores transcendentais. Ao longo do seu trabalho, é possível notar tentativas de substancialização de uma narrativa dos estilos e dos valores de letrados coloniais que figuram uma consciência original. Estes, segundo Antonio Candido, ultrapassam o meramente contingente das convenções arcádicas, pois como pode ser percebido:

nos poemas de Cláudio há vultosa proporção de montes e vales, mostrando que a imaginação não se apartava da terra natal e, nele, a emoção poética possuía raízes autênticas, ao contrário do que dizem frequentemente os críticos, inclinados a considerá-lo mero artífice (CANDIDO, 2006, p. 85).

A convenção árcade foi “abrasileirada”. O Brasil está para além do “mero artífice”. As nossas raízes autênticas são os fundamentos dessa escritura poética. Os elementos exteriores à estrutura do texto ditam os mesmos, de modo que “a convenção árcade vai corresponder a algo mais fundo que a escolha de uma norma literária” (CANDIDO, 2006, p. 87). Existe uma realidade maior, irreduzível a esse mero artífice, a qual expressa o drama do artista brasileiro, uma vez que os pastores de Cláudio exprimem “a ambivalência de colonial Bairrista, crescido entre os duros penhascos de Minas, e de intelectual formado na disciplina mental metropolitana” (CANDIDO, 2006, p. 87). Nessa lógica, essas duas realidades representam a dialética que informa a condição de existência dessa literatura, sobretudo para formar a realidade maior, a qual transcende esse relativo dilaceramento interior de Cláudio: a síntese da teleologia nacionalista que compreende a história de nossa

literatura. Desse modo, a dialética do universal e local que constitui a tese do livro FLB é subsumida sob a égide das categorias rusticidade e brasilidade, as quais formam, para Candido, a síntese final da literatura brasileira enquanto brasileira nos trabalhos de Cláudio Manuel da Costa e Machado de Assis.

Nessa ordem de idéias, é justificável, em tal proposta historiográfica, a procura de passagens temporais que são suscetíveis de serem integradas num encadeamento seqüencial, pois “vale procurar vestígios da passagem do humanismo para o individualismo, da natureza naturada que supera a natureza naturante, preparando a sua interiorização sentimental pelo romantismo” (CANDIDO, 1981, p, 198). Assim, “Cláudio Manoel da Costa também simboliza a ponte entre a herança cultista e os desígnios neoclássicos” (CANDIDO, 1975, p. 83). O processo formativo da literatura implica, desse modo, na transmissão recorrente de heranças e de memórias preenchidas com o estoque de saberes que garantem a continuidade da tradição.

A conjunção homogeneizante dos valores sociais circulados nas obras compõe “um vasto sistema de influências recíprocas” e dão forma a uma tradição. Interessa a Candido esses processos de interdependência os quais ocorrem na literatura entre escritor, a obra e o público. Para ele, esses processos tornam viável essa “projeção do nosso desejo de descobrir continuidades e atribuir significados à maneira de quem vaticina a posteriori” (CANDIDO, 2006, p. 184). Para a defesa desta, Candido vai operar com pares binários, os quais não se excluem: rústico e civilizado, local e universal, romântico e clássico, norma e espírito. Tanto pode ser observado dessa forma que Gonçalves Dias, escritor na fase romântica, é tratado nos mesmos princípios definidores do arcáde Cláudio, já que, no seu entendimento, ele foi “a continuação da posição arcádica de integrar as manifestações da nossa inteligência e sensibilidade na tradição ocidental” (CANDIDO, 1975, p. 78).

Portanto, temos um sistema de premonições, no qual os escritores vão se sucedendo e renunciando outros e constituindo uma forma orgânica para a literatura brasileira em seu processo de autonomização. A política de memória do crítico é uma política de identidade que funde o movimento de integração neoclássico com o movimento de diferenciação dos românticos, para eleger uma visão monolítica da literatura no sentido de uma tendência histórica tomada como natural. Não obstante asseverar que a literatura não tem um fator que a determine, seu discurso nos guia para uma concepção sociologizante e a-crítica da *mimese*

literária, principalmente quando parte do conceito de brasilidade para produzir inteligibilidade sobre o tipo de cultura literária aqui exercida.

Sendo assim, considerar a rusticidade como uma categoria que determina o sentimento local de Cláudio e dos seus demais contemporâneos caracteriza anacronismo de análise; localizar em Machado o sentido cumulativo e finalista de uma autonomia estética pode comprometer “o entendimento do contraditório nos períodos e nos autores, como o próprio nervo da vida” (CANDIDO, 1975, p. 31). Da mesma forma que constituir um *télos* nacionalista científico em sua obra pode dissimular o seu caráter de contingência e as condições de possibilidade de inscrição de “suas idéias e imagens que exprimem a sua visão e formam o esqueleto de seu conhecimento objetivamente estabelecido” (CANDIDO, 1981, p. 39).

2.7 A rusticidade, a brasilidade e a teleologia da teoria da formação

No final desta jornada, temos “a liquidação de nossas raízes”. Segundo Barros Baptista, “o galho da literatura brasileira em Antônio Candido pressupõe sempre a forma final e completa do arbusto ou da árvore, forma que é, a um tempo, aquilo para que o processo naturalmente tende é aquilo que o dirige nessa tendência” (BAPTISTA, 2005, p. 61). Entendendo dessa forma, “a formação é a impossibilidade da origem”. Todavia, ao contrário do que afirma este crítico sobre o pensamento do mestre, que, para o qual, a literatura brasileira não nasce nem começa, mas forma-se, pudemos perceber que a palavra nascimento aparece no seu projeto, especificamente no texto “Os ultramarinhos” para designar o papel dos poetas mineiros cuja força foi “suficiente para dar nascimento a uma tradição”.

Assim, preferimos considerar este dar nascimento em relação com a idéia da força formativa promovida pelo suposto gênio e, ao mesmo tempo, tomando emprestado o termo nietzschiano, pela plasticidade dos poetas de Minas, pois entendemos que esta força plástica, defendida por Candido pela capacidade destes escritores de “abrasileirar a convenção arcádica”, se apresenta destituída, em FLB, do equilíbrio entre os processos de lembranças e esquecimento defendidos pelo filósofo. Essa força plástica atribuída aos retratados por Candido é antiquária e entende como digno de louvor e veneração “uma estética do lugar comum da rusticidade” (CANDIDO, 1995, p. 225).

Voltando para a teoria da formação, Barros Baptista considera que “a unidade do galho, produto da formação, é ao mesmo tempo memória e exclusão da árvore de onde proveio” (BAPTISTA, 2005, p. 67). Segundo ele, “Candido elabora a teoria brasileira bem sucedida desse não-esquecimento, ou esquecimento sem esquecimento, ou ainda esquecimento com memória do esquecido” (2005, p. 67). O crítico se refere à exclusão da literatura portuguesa do projeto modernista e, conseqüentemente, da teoria da formação. Nesse sentido, o processo da formação tende a suprimir o elemento português em função de uma nova identidade. Em relação às formas culturais e artísticas do ocidente para a afirmação de nossa individualidade no âmago das letras, esse “esquecimento sem esquecimento” é fundamento da força plástica candidiana.

Para a defesa de uma nova identidade é válido, na idéia proposta, a manipulação da força da memória, seja do ponto de vista de um equilíbrio entre lembranças e esquecimentos, para a institucionalização política de uma memória do cânone enquanto formação, ou do ponto de vista de um desequilíbrio entre esses processos para emular os poetas de Minas como os arautos de nossa nacionalidade.

Portanto, a manipulação da memória caracteriza o cerne dessa teoria da literatura brasileira, sua formulação justapõe rusticidade e brasilidade, universalidade e particularidade, galho primário e secundário, retórica e subjetividade, formação e teleologia. Em tais correlações, observamos uma política da memória que se utiliza do parâmetro da objetividade científica para efetuar classificações, divisões e unificações sociais e nas letras para legitimar a brasilidade enquanto modelo constitutivo de inteligibilidade de “nossas” práticas de representação.

Em uma tese de doutoramento sobre o método crítico de Sílvio Romero, ele critica a intervenção de condicionamentos externos para a investigação do fenômeno literário. Em sua opinião, “a teoria literária de Sílvio Romero era determinista” (2006, p. 174), pois ele “desconhece ou despreza a especificidade do fenômeno literário considerando-o sublimação de fenômenos de outra natureza: físicos, biológicos, sociais” (CANDIDO, 2006, p. 175). Com base nesses pressupostos, o autor defende que a crítica deve ser literária. Ao discriminar e subdividir as funções específicas pelas quais cada disciplina deve seguir o seu caminho, sobretudo ao evidenciar problemas no procedimento crítico de Sílvio Romero, entendido no sentido de “crítica cultural”, ele lança mão de uma teoria da

literatura que deve ser compreendida “enquanto um conjunto de obras, não de fatores, nem de autores” (CANDIDO, 2006, p. 178).

Neste caminho delineado, a crítica efetuada contra Sílvio Romero justifica a sua teoria da formação. Nela, poderíamos entender também o modo em que essa formação se daria na crítica. Desse modo, caberia a pergunta: Sílvio Romero seria a condição de possibilidade de aparecimento do Candido, assim como Candido pressuporia a sua existência? No sentido proposto, pode-se perceber um contínuo nessa pretenciosa idéia da formação, pois, do ponto de vista da história literária, Candido põe em evidência um conjunto de obras literárias subsumidas numa categoria universal e esquemática na eleição da brasilidade como condição de inteligibilidade dessa história. Nesse sentido, teríamos em Candido uma continuidade que se dispersa, sobremodo pelo fato desta categoria se converter em um fator determinante. O meio, a raça e o momento histórico são repensados, questionados e sintetizados pela fórmula da brasilidade. Pretendemos, então, investigar as condições de possibilidade de inscrição de tal conceito e em que medida a memória dessas condições é fator determinante nessa idéia de história literária.

Há outras perspectivas possíveis para se rastrear tal atividade crítica. O princípio motor de sua ação preconiza, na nossa hipótese, um tipo de relação entre literatura e sociedade em que o aspecto da diferença é solapado em nome de uma unidade, de uma interpretação homogênea dos processos históricos e literários os quais dão forma ao nosso cânone.

A sua política de memória subtende um princípio moral de reconhecimento que reclama por lembranças conjuntas, por valores que sejam capazes de nos formar literariamente, pois, como dito acima, se não a amarmos e lermos [a literatura], ninguém as tomará do esquecimento. Todavia, não executaremos essa tarefa solitariamente. A sua história tem sentido, pois existe um caminho a ser traçado e este já foi realizado pelo autor. Para tanto, temos como guia *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*, “a obra singular”, “o cânone”. O ponto de partida, nesse caso, já foi delineado, isto é, ler os árcades para depois alcançar os românticos, sempre tomando como premissa a função estética e histórica de ambos. Além disso, nessa lógica, também já é possível conhecer o lugar onde iremos chegar: Machado de Assis, a síntese final das tendências nacionalistas e universalistas, o mais brasileiro de todos. E o século XX? Como definir a literatura

brasileira neste período? O que vem depois de Machado ou o sintetiza? Na esteira do pensamento literário de meados do século XX, em um ensaio intitulado *A nova narrativa*, o crítico enuncia Guimarães Rosa como o nosso maior escritor e ainda escreve:

O mundo rústico do sertão ainda existe no Brasil, e ignorá-lo é um artifício. Por isso ele se impõe à consciência do artista, como à do político e do revolucionário. Rosa aceitou o desafio e fez dele matéria, não de regionalismo, mas de ficção pluridimensional, acima de seu ponto de partida contingente... Com todos esses recursos na mão, talvez tenha sido o primeiro que fez a síntese final das obsessões constitutivas de nossa ficção, até ali dissociadas; a sede do particular como justificativa e como identificação; o desejo do geral como aspiração ao mundo dos valores inteligíveis à comunidade dos homens (2006, p. 251).

3- A forma genealógica e a teleologia: a ideologização da memória na formação da literatura brasileira

A presente hipótese visa buscar entender como a forma genealógica³⁴ de pensamento que dominou a literatura romântica no Brasil, marcada pela investigação das cenas de origem, se tornou constitutiva do procedimento teleológico da teoria nacionalista da literatura brasileira de Antonio Candido. Observa-se, então, a origem enquanto uma questão filosófica da metafísica³⁵ que se apresenta na base do pensamento ocidental. Nesse sentido, observamos que entender a origem enquanto uma questão filosófica da metafísica significa se conciliar “até mesmo com a mecânica absurdidade de todo acontecer, do que com a teoria de uma vontade de poder operante em todo acontecer” (NIETZSCHE, 1998, p. 67). O ensaio de Nietzsche, intitulado de *Sobre verdade e mentira*, nos serve para questionarmos o problema da metafísica subjacente aos princípios de investigação da origem da literatura brasileira reivindicada pelos primeiros historiadores do romantismo, tornando possível a nossa compreensão das categorias da rusticidade e da brasilidade discutidas em FLB enquanto construções culturais³⁶.

Por conseguinte, compreender “a utilidade de uma determinada forma nas artes” não significa ter compreendido algo acerca de sua gênese, pois “de há muito se acreditava perceber no fim demonstrável, na utilidade de uma coisa, uma forma, uma instituição, também a razão de sua gênese” (NIETZSCHE, 1998, p. 66).

Dessa forma, propomos uma reflexão acerca das idéias do crítico Antônio Candido as quais avultam a “transusão”, utilizando um vocábulo usado pelo mesmo,

³⁴Estamos pensando nos termos de uma genealogia do pensamento romântico, cujo método genético remonta para a figuração da natureza enquanto condição de criação poética. A categoria das cenas vegetais, utilizada pela professora Lúcia Ricotta, orienta a presente compreensão da metáfora das cenas de origem da paisagem americana. “O interior da natureza também será figurado como modelo fecundo da criação artística. O apelo vegetal tem força de fundação em nossa sensibilização crítica e historiográfica literária” (RICOTTA, 2011). A presente autora fala sobre um rendimento específico da metáfora vegetal como modelo de fundação e de constituição do fenômeno literário no Brasil.

³⁵ Philippe Lacoue-Labarthe (2002, P. 30) orienta o nosso entendimento da origem enquanto uma questão filosófica advinda do pensamento transcendental da filosofia do ocidente: La penseé de L´origine est à L´origineet de La penseé de La transcendental (ausensKantien).

³⁶ NIETZSCHE, Friedrich. *Sobre verdade e mentira*. Tradução e organização de Fernando de Moraes Barros. – São Paulo: Hedra, 2008 (Estudos libertários) p. 30. Nietzsche realiza o seguinte questionamento: “o que é uma palavra? Para ele, significa a reprodução de um estímulo nervoso em sons. Mas deduzir do estímulo nervoso uma causa fora de nós já é o resultado de uma aplicação falsa e injustificada do princípio de razão”. Na visão deste filósofo, “como gênio da construção, o homem eleva-se muito acima da abelha na seguinte medida: esta última constrói a partir da cera, que ela recolhe da natureza, ao passo que o primeiro a partir da matéria muito mais delicada dos conceitos, que precisa fabricar a partir de si mesmo”.

da investigação de “um sentido de origem e fundação da literatura brasileira” para um sentido metafísico-teleológico de seu fim. Nessa lógica, entendemos que Antonio Candido procura definir a utilidade final da formação da literatura brasileira para elucidar a razão de ser de sua gênese. Para esta finalidade, ele faz uso da funcionalidade ideológica da metáfora relativa à “literatura brasileira enquanto galho secundário da portuguesa” (CANDIDO, 1981, p. 3).

Pretendemos observar a presença, na nossa crítica literária, de uma proposta de formação de nossa nacionalidade, do abasileiramento paisagístico e temático aqui prescrito, sobretudo para analisar em que medida o conceito moderno de gênio, discutido por Gonçalves de Magalhães em seu ensaio sobre a história da literatura do Brasil, deixa esboçada as condições de possibilidade de aparecimento de uma leitura anacrônica de nossas letras coloniais, ao mesmo tempo em que fundamenta a teleologia da categoria de brasilidade de Candido. Nesse sentido, é relevante verificar a produção intelectual de um programa estético e político ligado a “uma repetida figuração de cenas de descoberta, de origens, de momentos míticos de fundação da nacionalidade” (SUSSEKIND, 1994, p, 453). Portanto, busca-se verificar o uso de uma tradição hermenêutica romântica que entende o grupo de escritores de Minas enquanto “uma realidade histórica e estética atuante, que definiu uma espécie de rede (CANDIDO, 1995, p, 216), a qual embasa o processo formativo da literatura brasileira”.

Tendo em vista os usos e abusos do programa estético de investigação das origens da literatura nacional feito por nossos críticos e escritores do romantismo para constituir uma memória nacional de uma tradição literária, nota-se os abusos de memória destes momentos de fundação da nacionalidade, no período oitocentista, com vistas ao entendimento de seu impacto na teoria da formação do crítico. Desse modo, investiga-se o rastro temático e ideológico que dirige o sistema³⁷ literário do mestre, a fim de perceber o modo pelo qual a sua política de memória³⁸ busca definir uma teleologia da brasilidade poética tomando enquanto princípio o discurso dos primeiros historiadores e críticos de nosso romantismo. O

³⁷CANDIDO, Antônio. *Formação da literatura brasileira*. São Paulo: Momentos decisivos. Itatiaia, 1975. Na sua definição de sistema, “as obras não podem, sendo um livro escrito do pondo de vista histórico, aparecer em si, na autonomia que manifestam. Elas aparecem, por força da perspectiva escolhida, integrando em dado momento um sistema articulado e, ao influir sobre a elaboração de outras, formando, no tempo, uma tradição”.

³⁸ Este termo é utilizado com vistas à produção de inteligibilidade do apelo de Candido para “amarmos a nossa literatura, mesmo ela sendo pobre e fraca, sob pena de ela cair no esquecimento”.

próprio autor afirma averiguar a “validade histórica” das idéias dos críticos românticos, os quais “conceberam, na sua acepção, a literatura como expressão do Brasil e, ao mesmo tempo, elemento positivo na construção nacional” (CANDIDO, 1981, p, 26).

Nessa lógica, observar-se-á a malha discursiva responsável pela construção do edifício intelectual candidiano. A discussão visa elucidar os caminhos possíveis de serem tomados na reflexão sobre a correlação entre literatura e sociedade defendida pelo crítico em seu sistema. Para tanto, será relevante notar de que forma a categoria brasilidade torna-se um instrumento constitutivo de inteligibilidade de tal correlação, sobretudo quando o crítico o considera enquanto passível de objetivação.

Vale apontar para a funcionalidade deste programa estético-político na sustentação da idéia da história da literatura enquanto síntese das tendências do nacionalismo e do universalismo; para o modo pelo qual a temática paisagística destes primeiros críticos brasileiros deu forma à categoria da rusticidade de Antonio Candido; e rever em que medida esse programa se ergue enquanto critério absoluto para o entendimento da teoria da formação do mestre. Notaremos que o procedimento anacrônico de sua análise da história literária brasileira possui raízes na hermenêutica definida por tais historiadores. É dessa forma que, para Candido, é “com os chamados árcades Mineiros, as últimas academias e certos intelectuais ilustrados, que surgem homens de letras formando conjuntos orgânicos”, mais precisamente, o que ele vai chamar de “literatura enquanto sistema”, “manifestando em graus variáveis a vontade de fazer literatura brasileira” (CANDIDO, 1993, p, 25).

Ao partirmos do seu projeto como prolongamento desse programa, evidencia-se uma ideologização da memória³⁹, a qual torna possível o crítico construir o seu modelo sistêmico de literatura e sociedade. Identificamos a presença de uma relação entre o procedimento constitutivo de seu modelo nacional teleológico e o programa estético e político desses primeiros historiadores literários. Então, é relevante observar quais usos e abusos são feitos de uma memória para a

³⁹RICOUER, Paul. *A memória, a história e o esquecimento*. Tradução: Alain François [et al]. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007. Conforme o filósofo, “o esquecimento continua a ser a inquietante ameaça no plano de fundo da fenomenologia da memória e da epistemologia da história” (p, 423). No trabalho de Candido, buscamos perceber um abuso de memória que promove a exclusão de escritores e técnicas retóricas e poéticas características das letras coloniais para pensar a nossa história literária.

institucionalização do nosso cânone⁴⁰ literário e historiográfico; analisar se a institucionalização dessa brasilidade e rusticidade representa a institucionalização de uma ideologização da memória e, por conseqüência, de um esquecimento⁴¹.

3.1 A figuração da natureza nos trabalhos dos primeiros historiadores literários do império luso-brasileiro

Tendo em vista a intenção do projeto que visava à construção de uma literatura própria, notamos um excessivo apreço por parte dos estudiosos europeus pelo deslocamento dos modos de produção artística para o retrato do ambiente local e, conseqüentemente, para a evocação de imagens de cada contexto social específico, visto que até aquele momento a literatura tendia para a representação cultural de um modelo literário universal.

Ferdinand Denis (1998, p.36), em as Considerações gerais sobre o caráter que a poesia deve assumir no novo mundo, coloca que “o Brasil experimenta já a necessidade de ir beber inspirações poéticas a uma fonte que verdadeiramente lhe pertença”; o mesmo autor acrescenta: “nessas belas paragens, tão favorecidas pela natureza, o pensamento deve alargar-se como o espetáculo que se lhes oferece”, e finaliza que “a América deve ser livre tanto na sua poesia quanto no seu governo”. Observamos, nesse sentido, o início de uma produção historiográfica fundada num preceito poético o qual se torna político em favor de um Estado livre, cujo pensamento se encontra preparado para o confronto com o espetáculo da natureza que se lhes oferece. A junção entre pensamento e natureza deve, nessa definição, fornecer um quadro brasileiro de suas cenas de origem.

Uma hermenêutica com base nesses procedimentos tende a supor uma representação da *tekhné* artística da natureza apresentada enquanto condição de liberdade poética e, por conseguinte, política. “Há uma espécie de imaginação geográfica todo-poderosa na escrita dos românticos brasileiros” (SUSSEKIND, 1994, p, 457). “A imaginação rochosa” ou, tal como foi analisado no primeiro capítulo e dito

⁴⁰ O uso desta noção é aqui orientado pelos estudos de Abel Barros Baptista, o qual trata de analisar a exclusão da literatura portuguesa do âmbito da perspectiva da “*Formação da literatura brasileira*”. Para ele, Candido trata-se, sendo decerto um grande crítico, de “um grande crítico para quem a literatura portuguesa se tornou assunto do passado. Como se a teoria da “*Formação da literatura brasileira*”, constituindo-se, removesse a literatura portuguesa do campo da sua atividade, exclusão pacífica e tranqüila, sem necessidade de mais argumento ou justificação”.

⁴¹ RICOUER, 2007, p, 455. De acordo com ele, “a narrativa comporta necessariamente uma dimensão seletiva”.

por Flora Sussekind (1994, 458), as serras, montes, rochas e rochedos que esboçam um cenário de pedra, isto é, um vocabulário de pedra atribuído por Candido ao Cláudio Manoel da Costa, na representação de Minas Gerais, não se dissocia do procedimento de escrita analisado. Pelo contrário, a rusticidade enquanto categoria figuradora da identidade poética desses escritores de Minas é o resultado da força plástica de uma hermenêutica cujo procedimento anacrônico utiliza a noção de local que fundamenta a *mimese* desses primeiros historiadores literários do império, isto é, a *mímesis* dessas “belas paragens, tão favorecidas pela natureza”.

Esse foi o vezo ideológico utilizado pela crítica para atribuir originalidade às produções culturais constituídas no Brasil, possuir ou não um sentimento de brasilidade, uma vez que “há um livro brasileiro da natureza que se deve citar necessariamente a todo o momento”. “Um poema sobre a melancolia de um cair de tarde se deixa invadir por arapongas, coqueiros, marrecas e se converter num crepúsculo sertanejo” (SUSSEKIND, 1994, p. 456), sobretudo para figurar a terra, descobrir a alma nacional nos ambientes mais remotos, escondidos e iluminados pelo espetáculo natural que se nos oferece.

Almeida Garret critica os poetas brasileiros, os quais não se inspiraram em nossa vastíssima natureza, estando, assim, desprovidos do sentimento nacional; “certo é que as majestosas e novas cenas da natureza naquela região deviam ter dado a seus poetas mais originalidade; a educação européia apagou-lhes o espírito nacional” (1978, p.90). O que está evidente é uma espécie de reivindicação feita para a inserção de novas imagens, de diferentes expressões na tentativa de implementar uma reação contra o excessivo uso de imagens e elementos da Arcádia nas poesias locais, uma vez que “o principal atrativo desses poemas é ainda a sua cor local, as imagens sugeridas pelas árvores, pelas borboletas, pelas serpentes da América” (SISMONDI, 1978, p.26). O pressuposto ligado à representação da geografia natural brasileira obedecia a um imperativo político, arbitrário, de ordem institucional, não natural. Conforme Flora Sussekind, este pressuposto possuía as suas razões culturais:

para que, à falta de um sentimento espontâneo de nacionalidade, coisa que as rebeliões provinciais deixavam patente, se fortalecesse cartográfica, literária ou paisagisticamente a idéia de uma comunidade imaginária delimitada nacionalmente (1994, p, 457).

O objetivo era fomentar uma cultura intelectual e literária cujo abasileiramento paisagístico e temático pudesse afirmar a nossa unidade política de Estado-nação que se formava, além de afirmar a literatura brasileira perante a portuguesa. Nessa lógica, a preocupação com o nacionalismo e o universalismo norteou os trabalhos dos principais críticos brasileiros do século XIX. Segundo Candido (1975, p, 28), a “idéia de que a literatura brasileira deve ser interessada (no sentido exposto) foi expressa por toda a nossa crítica tradicional, desde Ferdinand Denis e Almeida Garret, a partir dos quais tomou-se a *brasildade*”. O autor anuncia a historicidade da categoria que sustenta a sua tese. A brasildade foi tomada da idéia de uma literatura interessada forjada pelos primeiros românticos, representando “a presença de elementos descritivos locais, como traço diferencial e critério de valor” (CANDIDO, 1993, p, 28).

3.2 O abrolhar da idéia da formação

Para dar continuidade ao desejo de definir o conceito de literatura brasileira e ajudar na construção de um conceito de nacionalismo, que estava sendo almejado pelos críticos da cultura e da literatura do século XIX, José Veríssimo aponta que a história da literatura brasileira é [...] “a história do que da nossa atividade literária sobrevive na nossa memória coletiva de nação” (1907, p.98). No trabalho de legitimação do cânone literário e historiográfico brasileiro de José Veríssimo temos um conceito de memória coletiva que compreende o todo geográfico do território nacional, mas que não leva em consideração que há tantas memórias quantos grupos existem; que ela é, por natureza, “múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada” (HALBWACHS, 2006). Nesse sentido, é relevante o questionamento: será que “o signo brasildade se refere à totalidade dos temas, das regras poéticas e retóricas, das memórias constitutivas dos representantes da comunidade de Minas? “Que tipo de acesso ele nos permite a essa realidade” (HUCHEON, 1991)?

Segundo José Veríssimo (1981, p, 24), “existe uma regra geral da nossa evolução literária no período colonial”. Partindo deste pressuposto, ele acha possível perceber duas únicas divisões que legitimamente se podem fazer no desenvolvimento da literatura brasileira: “período colonial e período nacional”

(VERÍSSIMO, 1981, p, 25). Este autor delinea a fase que vai se caracterizar pelo da formação de nossa nacionalidade. Os seus escritos contribuem para formar a base do sistema literário candidiano. É de Veríssimo (1981, p, 25) a afirmação de que “entre os dois períodos pode marcar-se um momento, um estágio de transição, ocupado pelos poetas da plêiade Mineira” (1769-1795). E sabemos que é essa fase a qual fornece os fundamentos para o que vai ser denominado de literatura propriamente dita pelo escritor do Método crítico de Sílvio Romero. Para o crítico José Veríssimo essa divisão meramente didática e cronológica não deve ser arbitrária, ela ajuda a descobrir não mais que algum levíssimo indício de desenvolvimento autônomo de nossa literatura. Nesse sentido, podemos observar esse escritor como uma figura chave do processo de entendimento e de configuração da idéia de formação do sistema de Candido:

ela (a literatura) é em todo esse período (colonial) inteira e estritamente conjunta à portuguesa. Nas condições de evolução da sociedade que aqui se formava, seria milagre que assim não fosse. De desenvolvimento e portanto de formação, pois que desenvolvimento implica formação e vice-versa, é todo o período colonial da nossa literatura (VERÍSSIMO, 1981, p, 25).

A hermenêutica da história literária de Candido se funda no pressuposto de “desenvolvimento e, portanto formação”, o qual abrange “todo o período colonial da nossa literatura”. Daí se forma o escritor de FLB, pois é este um dos paradigmas de sustentação de sua brasilidade literária. Segundo este último, foi a História da literatura brasileira a grande obra, “provavelmente a melhor e, ainda hoje, mais viva de quantas se escreveram”; “a influência deste crítico, naqueles tempos em que se formam as impressões básicas, recebi-a através das várias séries dos Estudos de literatura” (CANDIDO, 1981, P, 11).

Ao observarmos essas considerações e a proposta de FLB, notamos uma excessiva identificação de Candido pelos escritos de José Veríssimo. Desse modo, a sua teoria da formação atualiza o lugar comum do desenvolvimento autônomo de nossa literatura, isto é, “do desenvolvimento que implica formação e vice-versa”. Veríssimo também é um dos historiadores que vai contribuir para “a consolidação de uma vocação hermenêutica e teleológica da crítica brasileira iniciada com Denis e Garret” (TEIXEIRA, 2003, p, 151). Também nele, o livro brasileiro da natureza foi citado enquanto fonte e lugar fundacional de nossa nacionalidade:

Certo é que na segunda metade do século XVII e princípio do XVIII, poetas brasileiros (não foram aliás mais de três), ocasionalmente, sem intenção nem insistência mostraram-se impressionados pela sua terra, cantaram-lhe as excelências naturais com exagero de apreço e entusiasmo em que é lícito perceber o abrolhar do sentimento nacional (VERÍSSIMO, 1981, p, 26).

O ponto de vista histórico desconsidera a insignificância dos aspectos estéticos, das preceptivas retóricas e poéticas, mas nunca deixa de perceber “o abrolhar do sentimento nacional”. Sendo, naquele período de formação, “a mais insignificante sob o aspecto estético, mas não a menos importante do ponto de vista histórico” (VERÍSSIMO, 1981, p, 32), essa “literatura” brasileira pode “manter a tradição literária da raça” (Idem, p, 32). É nesse sentido que mais tarde os períodos do arcadismo e do romantismo vão ser entendidos numa “solidariedade estreita”, “pois se a atitude estética os separa radicalmente, a vocação histórica os aproxima, constituindo ambos um largo movimento, depois do qual se pode falar em literatura plenamente constituída” (CANDIDO, 1993, p, 16).

Na obra *História da literatura brasileira*, observa-se a causa final do processo que vai definir o “desenvolvimento autonômico” dessa literatura. O lugar comum dessa formação se ratifica na síntese do nacional e do universal, “na última fase da nossa evolução literária” (VERÍSSIMO, 1981, p, 29), em conseqüência da qual, alguns de nossos principais escritores são representantes, “sem prejuízo do seu abraqueamento de raiz, cosmopolita e universal” (Idem, p, 29). São eles Castro Alves, Tobias Barreto, Machado de Assis, Joaquim Nabuco e Eduardo Prado. Em nome deste processo, desconsideravam-se as regras constitutivas de práticas letradas de cada período para unificá-las indistintamente. Por isso é relevante situar historicamente os vocábulos e as categorias que se edificam em favor de uma ideologização da memória de nossa história literária.

Outro que representa uma espécie de epítome desse processo de formação da literatura brasileira é Gonçalves de Magalhães. Em seu ensaio sobre a história da literatura do Brasil, ele constrói a metáfora de base de nossa brasilidade literária. Ao anunciar “o quadro animado das virtudes, das paixões, o despertar da glória e o reflexo progressivo da intelligencia de um povo, a literatura possibilita a sobrevivência da geração a partir da qual ela foi produzida. Conforme Magalhães, “a literatura só escapa aos rigores do tempo para anunciar às gerações futuras qual fora o carácter do povo” (MAGALHÃES, 1978, p, 132). Este crítico delineia qual papel é exercido pela literatura no plano da formação e da constituição dos Estados-

nações. Discutimos, na primeira parte, sobre os instintos técnicos da natureza mimetizados pelo gênio. A partir de agora, percebemos também que os caracteres e paixões de um povo a serem mimetizados na literatura, segundo este autor, resultam do desenvolvimento de suas virtudes e do que eles possuem de mais filosófico no pensamento, pois, “a literatura de um povo é o desenvolvimento do que elle tem de mais sublime nas idéias, de mais philosophico no pensamento, de mais heróico na moral, e de mais bello na natureza” (MAGALHÃES, 1978, p, 132).

O historiador enfatiza o quadro animado das paixões e das virtudes de um povo em seu estágio de desenvolvimento. Ele valoriza um instinto técnico que esteja mais distante do seu estado de natureza, um instinto em conformidade com o que há de mais filosófico no pensamento, o qual possa imitar as “felizes disposições da natureza”, e o que há de mais heróico na moral; um instinto que ultrapassa os limites do caráter de um homem, uma vez que “cada povo tem sua literatura, como cada homem o seu caráter, cada árvore o seu fruto” (MAGALHÃES, 1978, p, 132). É possível notar, nestes escritos, uma fase de transição da natureza para a cultura, pois, para ele, a natureza é a condição de possibilidade da cultura. Assim, ele vai definindo o caráter da literatura de um povo, mais precisamente, a metáfora de base da categoria da brasilidade literária.

Na sua acepção, os povos primitivos assumiram, por contingência natural, um comportamento mimético frente às paixões e caracteres de uma outra civilização. Para ele, a civilização constituída pelos povos primitivos “apenas é um reflexo da civilização de outro povo” (MAGALHÃES, 1978, p, 133). Ele vai entender este processo enquanto um processo natural, resultante da natureza mimética e reprodutiva dos povos.

Então semelhante as árvores enxertadas, vem-se pender dos galhos de um mesmo tronco fructos de diversas espécies, e posto que não degenerem aqueles, que do enxerto brotaram, contudo algumas qualidades adquirem, dependentes da natureza do tronco, que lhes dá o nutrimento, as quais os distinguem dos outros fructos de sua mesma espécie (MAGALHÃES, 1978, p, 133).

Nesta lógica, é a natureza do tronco que dá nutrimento à literatura do Brasil, tronco que nasce em outra civilização, mas que vai dando forma aos fructos os quais se “distinguem dos outros fructos de sua mesma espécie”. Sendo assim, essa é a condição do desenvolvimento autônomo de nossa literatura, da formação da

literatura brasileira, cujo “galho é secundário da portuguesa, por sua vez arbusto de segunda ordem no jardim das musas” (CANDIDO, 1993, p, 9). O autor de *Suspiros poéticos e saudade* reconhece que as duas “literaturas (brasileira e francesa) marcham a par, e conhecer-se pode qual a indígena, qual a estrangeira” (MAGALHÃES, 1978, p, 133), a despeito das diferenças constitutivas da primeira em relação à segunda. No entanto, ele também reconhece que “a literatura é variável como são os séculos, semelhante ao termómetro, que sobe ou desce segundo o estado da atmosfera” (MAGALHÃES, 1978, p, 134). Na presente discussão, essa sua condição delimita as possibilidades do “galho secundário” produzir frutos os quais “se distinguem dos outros frutos de sua mesma espécie”. De modo mais preciso, essa sua condição anuncia o abrolhar do sentimento nacional, a sua formação e o seu desenvolvimento, e torna possível o aparecimento do livro brasileiro da brasilidade da história literária de Antônio Candido.

Nessa perspectiva, citamos Magalhães, por ser variável como são os séculos, os novos frutos produzirão uma nova literatura cujos valores, crenças, paixões e costumes vão tender para o mesmo fim. Segundo Magalhães (1978, p, 134), “por uma espécie de contágio, uma idéia lavra entre os homens de uma epocha; reune-os todos n’uma mesma crença; seus pensamentos se harmonizam, e para um só fim tendem”. Gonçalves de Magalhães está preocupado com a questão da origem. Ele indaga em seu *Ensaio sobre a história da literatura do Brasil* sobre “qual é a origem de sua literatura”, “qual seu progresso, seu carácter, que frases tem tido” (1978, p, 133). Ao contrário de Antonio Candido, o qual busca investigar as condições históricas capazes de enunciar o abrolhar de uma finalidade final para a nossa literatura, sobretudo quando ele entende “a literatura enquanto fatos eminentemente associativos”, sendo capaz de sedimentar a formação de “uma linha evolutiva” na literatura brasileira.

Desse modo, para Candido, o fim é o Brasil expresso nos quadros animados de nossa literatura, o processo “natural” que leva a rusticidade das disposições de carácter dos poetas mineiros a formarem a identidade nacional do nosso povo e das nossas letras. O fim é configurado pela força do gênio na representação do nosso carácter nacional, isto é, “o espírito desse povo, uma sombra viva do que elle foi” (MAGALHÃES, 1978, p, 132), pois, segundo o próprio Magalhães, “nós pertencemos ao futuro, como o passado nos pertence” (1978, p. 137). Para ele, “precisamos

esperar o aparecimento de um grande homem, “aquele que é semelhante a uma jóia preciosa”, como “o ouro nas entranhas da terra” (MAGALHÃES, 1978, p. 138).

Dando continuidade a essa proposta, Candido aponta o surgimento deste grande homem, do gênio, como vimos no primeiro capítulo. Considerando Machado de Assis o epítome do amadurecimento da literatura brasileira, o escritor de FLB o entende como o mais brasileiro de todos, “semelhante a uma jóia preciosa”. A formação da literatura brasileira implica o aparecimento destes gênios, uma vez que “a recompensa do gênio é a glória” (MAGALHÃES, 1978, p, 138). A função do historiador literário era exprimir, seguindo a lógica de Magalhães, que “os gênios dos incultos sertões da América podiam dilatar seu vôo até as margens do Tejo, e emparelhar com as tagides no canto” (1978. p, 152), e que de fato conseguiram tal façanha.

Esta concepção de história literária reivindica um conhecimento profundo do passado “para tirarmos úteis lições para o presente” (1978, p, 159). Ela se vincula ao pressuposto Ciceroniano da história como mestra da vida. A afirmação de Gonçalves de Magalhães, vinda deste ensaio, é a seguinte: “estudar o passado, é ver melhor o presente, é saber como se deve marchar” (1978, p, 145). O seu objetivo romântico era construir uma história em consonância com os ideais e os ensinamentos da França, pois “olhando para a França”, o Brasil “não retrogradará, tomando esta grande mestra por guia. Esta política indica sua aversão ao lusitanismo, ela marca a sua diferença em relação ao que vai caracterizar o nosso pensamento crítico do século XX. Nesse sentido, Candido deixa clara a sua visão, baseada na idéia da dependência da literatura brasileira às letras ibéricas, uma vez que, segundo ele, “nossa literatura é gerada no seio da portuguesa e depende da influência de mais duas ou três para se constituir” (CANDIDO, 1981, p. 11). A teoria da formação da literatura brasileira de Candido rompe com o paradigma genético das raízes de Gonçalves de Magalhães:

o nosso fim não é traçar a biografia cronológica dos auctores brasileiros, mas sim a história da literatura do Brasil, que toda a história, como todo o drama, supõe lugar de scena, actores, paixões, um factio progressivo, que se desenvolve, que tem razão, como tem uma causa, e um fim. Sem estas condições nem há história, nem drama (1978, p, 142).

Não obstante apontar, primordialmente, para o estudo do passado da história da literatura do Brasil, podemos considerar que Gonçalves de Magalhães fornece as

condições de possibilidade de aparecimento da finalidade final da brasilidade literária do escritor do livro *Os parceiros do rio bonito*, na medida em que à falta de um começo sucede uma pesquisa deslocada para um fim. Candido busca tornar concreta as especulações filosóficas do escritor deste ensaio, ele concebe uma realidade figurativa para a constituição de um princípio teleológico das cenas de origem do drama literário brasileiro.

3.3 Os impasses da interpretação historiográfica literária candidiana

O procedimento hermenêutico de Antonio Candido se insere, salvo as diferenças constitutivas, na tradição hermenêutica romântica de interpretação e acomodação do passado aos interesses do entendimento da causa final do processo de nossa história literária. Tal prática promove, possibilitada pela dimensão seletiva da narratividade, uma política de memória marcada pelos abusos de esquecimento das regras específicas constitutivas das letras coloniais.

O conhecimento do fim pressupõe o entendimento do começo, sem um preciso trabalho de crítica histórica para uma efetiva análise dos procedimentos retóricos, políticos e poéticos constitutivos das práticas letradas de representação do século XVIII. Nesse sentido, a reflexão sobre o termo literatura para designar as práticas letradas do XVIII deve acompanhar nosso trabalho de crítica, pois ele é invenção do século XIX⁴². Esta expressão está fundada “na tradição da hermenêutica romântica”, a qual procura “homogeneizar o passado para ajustá-lo aos olhos do presente” (TEIXEIRA, 1994, p, 138). Segundo o mesmo, desconsiderando o sentido histórico do vocábulo, “os estudiosos do nascente império brasileiro unificaram indistintamente aquilo que os séculos XVI, XVII e XVIII concebiam como diferentes manifestações das letras” (TEIXEIRA, 1994, p, 139).

Em função destes procedimentos interpretativos, resultou que “os súditos da coroa portuguesa nascidos no Brasil e geralmente formados em Coimbra foram, de um momento para outro, transformados em escritores brasileiros do período colonial” (TEIXEIRA, 1994, p. 140). A leitura proposta por Candido para a definição identitária dos escritores árcades acompanha este processo. Para ele, “é expressivo o fato de que mesmo os residentes em Portugal, incorporados à sua vida, timbravam em

⁴² Esta idéia está fundamentada nos escritos de Ivan Teixeira (1994), para o qual o termo literatura não existia no período histórico anterior ao século XIX.

qualificar-se como brasileiros” (1981, p, 26). A desconsideração das regras de produção textual do período setecentista provocou a sucessão de interpretações anacrônicas deste passado. Esta lógica justifica o entendimento de Cláudio Manoel da Costa como um brasileiro “cuja imaginação não se apartava da terra natal e cuja emoção poética possuía raízes autênticas” (CANDIDO, 1993, p, 85), além de exprimir “a ambivalência de Colonial bairrista, crescido entre os duros penhascos de Minas, e de intelectual formado na disciplina mental metropolitana” (CANDIDO, 1981, p. 87). Candido chegou a exprimir que os escritores mineiros produziram uma literatura cuja “originalidade aparece inclusive no que se poderia chamar a nacionalização dos tópicos” (1995, p, 226). Por conseguinte, como pode ser notado na nossa análise, Candido não foi o primeiro a manifestar essa prerrogativa, sobretudo pelo fato de que:

dominados pela idéia evolutiva de nação, os primeiros historiadores do império, identificados com a poética romântica, procuraram no passado uma anteposição que justificasse as conformações do ideário e das práticas sociais do presente, projetando na estrutura pretérita da América Portuguesa pressupostos do próprio tempo, com seu modo específico de compreender e organizar a realidade social, assim como de conceber a estruturação e a função da obra de arte (TEIXEIRA, 2003, p, 140).

O trabalho de investigar as “cenias de origem” de um passado nacional não é diferente do trabalho de procurar, no passado, “uma anteposição que justificasse as conformações do ideário e das práticas sociais do presente”. Numa perspectiva transistórica e semelhante ao dos nossos primeiros historiadores, a crítica de Almeida Garret aos poetas “brasileiros”, os quais não levaram em consideração “as majestosas e novas cenias de nossa natureza, foi convertida no par rusticidade e brasilidade constituída por Candido. A representação da realidade social e literária brasileira feita por esses historiadores e por Candido obedeceu ao critério de prescrição da “obra de arte verbal como espécie de sintoma ou metáfora do grande significado do mundo, dotado, por imanência, de verdade e de sentido auto-suficiente, que se manifestaria aos poucos e veladamente em cada sopro de criação artística” (TEIXEIRA, 2003, p, 140). Este tipo de prescrição também justifica a afirmação de que Basílio da Gama conseguiu “criar uma das expressões mais transfundidas de cor local de que há notícia” (CANDIDO, 1993, p, 17).

Os vocábulos literatura, rusticidade, brasilidade e transfusão vão configurando a “metáfora do grande significado do brasileiro e da literatura brasileira,

principalmente se considerarmos “o signo essencialmente como mediação entre um logos preestabelecido e sua cognição pelo leitor” (TEIXEIRA, 2003, p, 140). Tal procedimento caminha para a naturalização de uma verdade sobre essas letras, pois cada manifestação artística revelará, por imanência do sentido dos signos, “o livro brasileiro de nossa natureza”.

É preciso ressaltar que o livro brasileiro da natureza é possibilitado por uma “ficção das origens”, no sentido que Lacoue-Labarthe empresta aos escritos de Rousseau, o qual entende a origem como uma falta de natureza que somente pode ser suprida por uma indagação filosófica. Desse modo, “à défaut d’une déduction empirique dès commencements⁴³”, “une fiction dès origines” se apresenta, na literatura e na historiografia literária do romantismo brasileiro para encontrar na natureza o “nosso” sentido de origem e fundação (RICOTTA, 2011). Aqui já podemos falar numa tentativa, programada por Candido, de transpor a “*fiction des origines*” de “nossa” natureza para a formulação “*d’une déduction empirique*” de sua brasilidade. Na presente hipótese, é a formação de uma teleologia científica que supre a nossa “*défaut originel (originaire) de La nature* (LABARTHE, 2002, p, 40), isto é, a falta original de identidade do ser social do Brasil. A lógica transcendental do pensamento da origem somente poderia ser útil ao país quando “o esforço de territorializar paisagens e cenas de origem dá lugar à preocupação com o espaço geográfico como elemento constitutivo da experiência de forjar uma unidade histórica e espacial da nação” (RICOTTA, 2011). Por estas razões, o pensamento da origem não interessa ao Candido, ele enxerga com olhos negativos “a entrada aparatosa da geografia na crítica”.

Em sua concepção, é “a correlação muito mais fecunda, entre literatura e instituições sociais” que deve ser proposta. Nesse sentido, a lógica transcendental do seu pensamento se entrelaça de forma mais decisiva com a questão do sentido de nosso fim, lógica esta cuja “necessidade ideológica” não deixa de almejar “*une déduction empirique*” de orientação teleológica, sobretudo porque, segundo o mesmo, “o crítico junta a sua linguagem própria, as idéias e imagens que exprimem a sua visão, recobrando com elas o esqueleto do conhecimento objetivamente estabelecido” (CANDIDO, 1993, p. 35).

⁴³ (LABARTHE, 2002) (A falta de uma dedução empírica dos começos, tradução nossa)

3.4 Os abusos de memória e a categoria da brasilidade

Os abusos de uma memória da brasilidade configuram uma política de memória de investigação de nosso passado, de nossas cenas de origem, ao mesmo tempo que configura uma política de definição do conteúdo metafísico da causa final de nossa história. Dessa forma, é preciso investigar em que medida os abusos de memória praticados no trabalho de Candido implica nos abusos de esquecimento, isto é, de que modo o escritor de *O discurso e a cidade* realiza a empreitada dos abusos de memória e de esquecimento para legitimar as categorias de brasilidade e rusticidade em detrimento das diferenças constitutivas das letras do período colonial. Vale entender porque se tornou possível o uso de uma ideologização da memória no seu trabalho. Nesse sentido, é relevante entender por que a política de memória do Mestre não representa uma justa política.

O filósofo Paul Ricoeur condena os abusos de esquecimento enquanto práticas sociais de sedimentação e legitimação de uma forma de esquecimento institucional. Os abusos de esquecimento comprometem o uso de uma memória eqüitativa, uma vez que a “ideologização da memória é possibilitada pelos recursos de variação que o trabalho de configuração narrativa oferece” (RICOUER, 2007, p, 455). E, para o pensador, “as estratégias do esquecimento enxertam-se diretamente nesse trabalho de configuração” (RICOUER, 2007, p, 455). A narratividade pode exercer um papel importante neste processo, sobretudo pelo fato de que “a narrativa comporta necessariamente uma dimensão seletiva” (RICOUER, 2007, p, 455).

Ao trabalhar com as categorias da memória, da história e do esquecimento, ele não prescreve normativamente critérios de objetivação do passado, do presente e do futuro. A sua política de memória reclama uma objetividade que comporta a narratividade enquanto força capaz de possibilitar a unificação do paradoxo de nossas experiências na história. Segundo Paul Ricoeur (2007, p. 253) “de obstáculo à cientificidade da história, a narrativa se transforma em seu substituto”. Tendo em vista a sua relevância no processo de entendimento dos fundamentos epistemológicos da pesquisa histórica, preferimos compreender a memória enquanto categoria constitutiva do estatuto da verdade que acompanha as três fases da operação historiográfica discutidas pelo filósofo Paul Ricoeur. Seguindo a ótica do filósofo, compreendemos também que a memória deve ser entendida enquanto a

própria verdade dos procedimentos discursivos relativos ao plano da operação historiográfica.

A política da justa memória reclama o auxílio da crítica histórica que esteja pronta para corrigir, criticar, e até mesmo desmentir a memória de uma comunidade determinada. Não há uma justa memória sem essa memória eqüitativa que leve em conta as memórias das outras comunidades. Na presente hipótese, Candido não se utiliza da crítica histórica para corrigir os abusos de memória da noção de gênio utilizada pelos primeiros historiadores do império para atribuir originalidade às práticas de representação do século XVIII, desconsiderando as especificidades da memória dessa comunidade de Minas, sobretudo quando afirma que “os escritores neoclássicos são quase todos animados do desejo de construir uma literatura como prova de que os brasileiros eram tão capazes quanto os europeus” (1993, p, 26).

Nesse sentido, os abusos de memória das categorias de rusticidade e de brasilidade geram abusos de esquecimento dos preceitos normativos balizadores daquelas poéticas, uma vez que “os abusos de memória são, de saída, abusos de esquecimento” (RICOUER, 2007, p, 455). Assim, as estratégias da narrativa de FLB configuram essa prática de ideologização da memória, pois:

Por causa da função mediadora da narrativa, os abusos de memória tornam abusos de esquecimento. De fato, antes do abuso, há o uso, a saber, o caráter inelutavelmente seletivo da narrativa. Assim como é impossível lembrar-se de tudo, é impossível narrar tudo. A idéia de uma narração exhaustiva é uma idéia performativamente impossível (RICOUER, 2007, p, 455).

A política de memória de Paul Ricoeur possui uma natureza indeterminada, ela também desconsidera o conceito de história enquanto processo cujo télos funciona como princípio produtor de inteligibilidade do desenvolvimento do espírito racional no tempo⁴⁴. Segundo o mesmo (RICOUER, 2007, p. 349), “já não buscamos a fórmula a partir da qual a história do mundo poderia ser pensada como totalidade efetuada”. Nesse sentido, pudemos perceber as aporias suscitadas na concepção de tempo lógico e contínuo, sobremodo na linha evolutiva da história literária em FLB, pois, ao tomarmos a memória enquanto um componente temporal da

⁴⁴ RICOUER, Paul. *Tempo e narrativa*. Tradução Claudia Berliner; revisão da tradução Márcia Valéria Martinez de Aguiar. – São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010, p. 349. Segundo o hermenêuta, “voltando mais atrás no texto hegeliano, o que nos parece altamente problemático é o próprio projeto de compor uma história filosófica do mundo que seja definida pela efetuação do espírito na história”.

identidade, percebemos o quanto é problemático explicar empiricamente “como é possível permanecer o mesmo no tempo”, noutras palavras, como é possível estabelecer a síntese final da literatura brasileira sustentada pela permanência da brasilidade. Esta é a principal função de sua política da justa memória: a promoção do reconhecimento de uma memória eqüitativa, de processos de lembranças e esquecimentos inclinados ao entendimento e à compreensão da diversidade constitutiva das lembranças de outras comunidades históricas.

Discutindo sobre o fenômeno da ideologia, o filósofo afirma que é mesmo “enquanto fator de integração que a ideologia pode ser tida como guardiã da identidade, na mesma medida em que ela oferece uma réplica simbólica às causas de fragilidade dessa identidade” (2007, p. 95). Nesse nível, ainda não se pode falar de manipulação ou abuso de memória. Segundo Ricoeur, nessas condições, “apenas se pode falar da coerção silenciosa exercida sobre os costumes numa sociedade tradicional” (RICOUER, 2007, p. 96). E por ser silenciosa, essa coerção “torna a noção de ideologia praticamente inextirpável”. De qualquer forma, a noção de ideologia comporta uma noção de força, de valor e de crença no poder. Nessa lógica, ela funciona como instrumento “de justificativa de um sistema de ordem ou de poder”, isto é, “o que ele busca legitimar é a autoridade da ordem ou do poder” (RICOUER, 2007, p, 96). Segundo o filósofo:

Essa relação da ideologia com o processo de legitimação dos sistemas de autoridade parece-me constituir o eixo central em relação ao qual se distribuem, por um lado, o fenômeno mais radical de integração comunitária por meio das mediações simbólicas-até mesmo retóricas- da ação e, por outro lado, o fenômeno mais aparente e mais fácil de se deplorar e denunciar, a saber, o efeito de distorção sobre o qual Marx focalizou suas melhores análises em *A ideologia alemã* (2007, p, 97)⁴⁵.

Por conseguinte, “a relação da ideologia com os sistemas de autoridade” nos coloca as voltas com o processo de legitimação da noção do local enquanto condição de criação de nossa poesia, segundo a historiografia dos primeiros historiadores do império, da mesma maneira que a categoria da brasilidade se torna condição de inteligibilidade da história literária brasileira na versão de Candido.

⁴⁵Vale lembrar que a noção de ideologia que nos orienta neste trabalho não corresponde a que foi configurada nos escritos de Marx. A noção aqui utilizada é orientada pela idéia da dimensão seletiva da narrativa, a qual torna possível a formação das estratégias de memória e de esquecimento.

3.5 A retórica da brasilidade

À sugestão de textos retóricos e estritamente alegóricos para a representação da nossa natureza tropical dada pelos primeiros críticos literários atuantes no Brasil, sobrepõem-se a análise sistemática e crítica de Machado de Assis, o qual reflete sobre o caráter eminentemente documental⁴⁶ de nossa produção estética para reclamar por maior sentimento local; “o que se deve exigir do escritor, antes de tudo, é certo sentimento íntimo, que o torne homem do seu tempo e do seu país, ainda que trate de assuntos remotos no tempo e no espaço” (1957, p.135). Embora tenha criticado o retrato puro de paisagem nacional, o escritor não se desvinculou da idéia de elaborar uma literatura que pudesse dar autonomia a nossa realização artística. Segundo Machado (1957, p, 129), “interrogando a vida brasileira e a natureza americana, prosadores e poetas acharão ali farto manancial de inspiração e irão dando fisionomia própria ao pensamento nacional”.

Ao criticar a natureza documental e descritivista de nossa literatura, Machado de Assis avulta a pesquisa de nosso “instinto de nacionalidade”. Com o escritor de *Quincas Borba* temos a inserção da subjetividade em nossa crítica, ou seja, uma preocupação com a formação do ser social do Brasil. Nesse sentido, cabe a pergunta: se havia preceitos poéticos de regulação das práticas letradas dos escritores do XVIII, da mesma forma que tivemos uma *tékhné* artística fundamentando a mimese do “espetáculo de nossa natureza”, de que maneira é possível afirmar que “os refinados madrigais de Silva Alvarenga, ou os sonetos Camonianos de Cláudio, eram tão nativistas quanto o Caramuru” (CANDIDO, 1981, p, 26), além de entender “a presença de elementos descritivos locais” na literatura enquanto “expressão da realidade local”?

Na presente discussão, cremos que os tropos retóricos de base das letras coloniais também vão estar presentes na crítica do século XIX. É importante destacar o estudo do professor Marcello Moreira (2011, p, 200) sobre a descrição na literatura brasileira do século XIX, segundo o qual “as imagens produzidas por meio da técnica retórica da *descriptio* serviram de matrizes para a constituição de um

⁴⁶ O escritor vai dizer que “há também uma parte da poesia que, justamente preocupada com a cor local, cai muitas vezes numa funesca ilusão”. O crítico enuncia os aspectos negativos da natureza documental de nossos escritos poéticos, pois, para ele, um poeta não é nacional só porque insere nos seus versos muitos nomes de flores ou aves do país, o que pode dar uma nacionalidade de vocabulário e nada mais (ASSIS, 1957, p, 144).

imaginário nacional no Brasil há pouco independente”. Não há uma realidade imanente no uso destes “elementos descritivos locais”. O que há é uma amplificação retórica da topografia das terras brasílicas. Tal amplificação não agrega mais valia à crença na noção do local enquanto condição de criação poética, além de que a arte é tal qual a natureza, isto é, na sua *tekhné* artística⁴⁷? Observa-se a passagem em que Candido explicita que “ante a exuberância da natureza tropical” do Brasil, os homens de letras “sentiam como que a justificação dessa teoria do nacionalismo”. Seria o mesmo que dizer: *La physis est La condition de possibilité de La tekhné*, nos termos de Lacoue-Labarthe. Na proposta do romantismo, essa exuberância da natureza tropical do Brasil seria condição de nossa criação poética.

3.6 A ideologização da memória e a legitimação do cânone literário brasileiro

No século XIX, fundiram-se no Brasil as noções de progresso e nacionalismo cultural. Para Candido (1995, p, 227), a literatura colonial “era desmascaramento alegórico de uma realidade a ser transformada pelo progresso”. É nesse sentido que ele defende uma “linha evolutiva” de caracterização do progresso da literatura junto com o social. No âmbito da literatura, o estudo da historiografia e da crítica ganhou um status de uma ciência autônoma capaz de pesquisar e refletir sobre o passado da nação, para concatenar as manifestações simbólicas existentes e elucidar as causas e os efeitos “positivos” de uma pretensa organização literária coesa, florescente e em constante evolução:

nossa historiografia literária oitocentista é usualmente apresentada como uma unânime profissão de fé nacionalista, que só teria olhos para a grandiosidade do Brasil, cuja natureza privilegiada e história heróica seriam promessas e garantias de uma literatura rica e destinada à glória futura (SOUZA, 2007, p. 41).

Baseado no que foi citado acima, a idéia de local na literatura ganhou notoriedade em um contexto marcado pela independência política, então, é possível entender a crítica e a historiografia literária do século XIX como instâncias legitimadoras de seu poder, de uma política de memória para a sua promoção. “Nada que pudesse colocar em dúvida a caracterização de tal literatura como um

⁴⁷ Partimos da proposição apresentada pela professora Lúcia Ricotta, a qual presume “que a reinvenção poética da natureza, que abre uma das possibilidades do romantismo em geral, reelabora a antiga relação aristotélica entre *physis* e *tékhné*, ou, natureza e arte”.

processo contínuo e evolucionista de aperfeiçoamento ganharia ênfase” (SUSSEKIND, 1984, p, 33). Ao apresentar uma variedade de conceitos sobre a idéia do nacional, Dante Moreira Leite afirma que “o nacionalismo, entendido como força política, nunca pode ser apenas uma análise objetiva das características nacionais e, além disso, suporia sempre uma afirmação de poder e grandeza” (MOREIRA, 1983, p.11).

Como ideologia do “nosso” caráter literário e social, o nacionalismo apresentou-se como válvula de escape para a omissão dos homens de letras na análise detida das contradições desta história literária e de nossa formação cultural. Bastava estimular a edificação de uma imagem positiva do Brasil, isto é, de uma literatura enquanto “elemento positivo na construção nacional”; crê na sua constante ascensão, para colocar o país no mesmo rumo das potências européias. Nesse sentido, a crítica “pressupõe que existe uma realidade una, coesa e autônoma que deve captar integralmente. Não deixa que transpareçam as discontinuidades e os influxos externos que fraturam tal unidade” (SUSSEKIND, 1984, p. 39).

Assim sendo, vamos ter uma literatura que projeta uma realidade unívoca, com marcas de fratura, sobretudo em consequência da eliminação do discurso da alteridade, mas que em matéria de propaganda consegue exortar a elaboração de um modelo de literatura hegemônica. Por isso, vale lembrar que, na verdade, “o nacionalismo foi muitas vezes reivindicatório, caracterizando-se como tentativa de independência nacional para grupos englobados em antigos Estados” (MOREIRA, 1983, p.15). Como o discurso ideológico, o abuso de memória dessa categoria se caracteriza pelo ocultamento da divisão, da diferença e da contradição (SUSSEKIND, 1984, p, 39). Portanto, a brasilidade candidiana pode ser interpretada como um elemento de produção de uma corrente de pensamento que tende à unificação dos discursos os quais configuram nossa história literária, principalmente quando ele assevera que “os refinados madrigais de Silva Alvarenga, ou os sonetos camonianos de Cláudio, eram tão nativistas quanto o Caramuru” (1993, p, 26), ao mesmo tempo em que estabeleceu limites referenciais ao entendimento dessa realidade e, por consequência, ao processo de análise e interpretação de nossa história literária:

uma literatura que se atribui a missão de articular o projeto nacional, de fazer emergir os mitos fundadores de uma comunidade e de recuperar sua memória coletiva, passa a exercer somente a função sacralizante,

unificadora, tendendo ao mesmo, ao monologismo, ou seja, à construção de uma identidade do tipo etnocêntrico, que circunscreve a realidade a um único quadro de referências (BERND, 2003, p.19).

Nessa perspectiva, parece que houve no Brasil não somente a monologização da literatura, mas uma ideologização da memória da rusticidade e da brasilidade temática e paisagística da crítica e da historiografia literária, uma vez que a nossa ciência da literatura, para manter uma ordem vigente, trabalhou no sentido de abraçar as obras a partir das quais seria possível difundir os valores que fortaleciam a poder do Estado-nação, uma vez que essas “ideologias representam não uma autêntica tomada de consciência de um povo, mas apenas um obstáculo no processo pelo qual uma nação surge entre outras, ou pelo qual um povo livre surge na história” (MOREIRA, 1983, p. 365). Assim sendo, Candido expressa a importância do seu livro para o entendimento da “tomada de consciência dos autores quanto ao seu papel, e à intenção mais ou menos declarada de escrever para a sua terra, mesmo quando não a descreviam” (1993, p. 26). Portanto, há uma ideologia da rusticidade e da brasilidade que promove os abusos de esquecimento dos procedimentos específicos utilizados por esses escritores na descrição retórica da natureza.

Assim, um fato histórico, ou seja, o modelo nacional de literatura que se configurou no Brasil, não convém ser interpretado numa perspectiva positivista, dentro de uma lógica linear e evolucionista, mas como uma ideologia elaborada historicamente, sujeita tanto a uma continuidade quanto a uma descontinuidade no tempo, pois “originando-se dentro de um processo, a consciência histórica, por conseguinte, é sempre dimensionada pela posição do sujeito que a usufrui” (LIMA, 2002, p. 790).

Em resumo, é inquestionável o valor dos trabalhos de crítica e historiografia literária produzidos no Brasil a partir do século XIX, ainda que alguns dos seus respectivos autores, na maior parte das vezes, não reconheçam o caráter contingente e, portanto, superável de suas fórmulas e conceitos. Na perspectiva contemporânea, a historiografia passa a conceber conceitos, “origem, períodos e hierarquias axiológicas antes como construções contingentes e mais ou menos arbitrárias do que como entidades naturais” (SOUZA, 2007, p.143).

A crítica e a historiografia literária têm de repensar a literatura nas suas realizações e nas suas funções, uma vez que, “entendida como uma estrutura simbólica, ela apresenta tensão e assimetria quando pensa a cultura” (LIMA, 2002, p. 803). O reinado do gênio criador, que caracteriza a filosofia romântica, justamente por abolir as fronteiras do sujeito e o mundo, caro ao paradigma cartesiano, não foi suficiente no Brasil para desestabilizar a razão clássica de Descarte, cuja “lei, regra possibilitadora do conhecimento, orienta a maneira como os problemas humanos e literários serão pensados”. O objetivo central da crítica estava lançado: localizar o nacionalismo na literatura brasileira para evidenciar os “instintos de civilização” que simbolizam a evolução e o progresso do Estado, isto é, perspectivar “a formação da continuidade literária_ espécie de transmissão da tocha entre corredores, que assegura no tempo o movimento conjunto, definindo os delineamentos de um todo” (CANDIDO, 1981, p, 24).

Partindo dessas considerações, é possível apontar, tal como foi indicado por Costa Lima em seus trabalhos, para a funcionalização da literatura como retrato da história dos Estados-nação como “o principal modelo de pragmatização do controle do imaginário a partir do século XIX” (CHAGAS, 2005, p. 190). Esta prática impôs limites aos nossos juízos nos domínios das artes. Em *História da literatura brasileira*, o título do texto de Sílvio Romero é bem claro: “Da crítica a sua exata definição”. Nele, o critério analítico está delimitado e precisa ser absorvido como lei: raça e biografia. Para um pensador que bebia nas fontes de Taine, natural seria interpretar a “crítica não mais do que um simples controle das vistas alheias”. Em harmonia com esse controle na sua atividade de crítica e na “exata definição” da mesma, o seu “gênio hereditário” somente “logra fazer compreender e apreciar a obra literária, quando lhe procura o segredo na pessoa do autor [...], na análise, em suma, de seu caráter e na narrativa de seus destinos” (1980, p. 332).

No seu livro “Literatura e sociedade”, Candido não abdica de uma postura questionadora frente aos moldes de análise literária romerianos. Com efeito, não passa despercebido por Cândido aquilo que ele denomina de “reduções esquemáticas”, as quais instrumentalizam a interpretação do fato literário; “Daí-me o meio e a raça, eu vos direi a obra, ou: sendo o talento e o gênio formas especiais de desequilíbrio, a obra constitui essencialmente um sintoma” (CANDIDO, 2000, p.17). Os embates na crítica podem ser notados, nas enunciações dos respectivos autores, quanto ao processo de análise do texto. Na sua visão, a crítica precisa renunciar à

velha dicotomia dos fatores externos e internos para se aproximar de uma interpretação concisa e abrangente:

hoje sabemos que a integridade da obra não permite adotar nenhuma dessas visões dissociadas; e que só a podemos entender fundindo texto e contexto numa interpretação dialeticamente íntegra [...] no terreno da crítica somos levados a analisar a intimidade das obras, e o que interessa é averiguar que fatores atuam na organização interna, de maneira a constituir uma estrutura peculiar. Tomando o fator social, procuraríamos determinar se ele fornece apenas matéria (ambiente, traços grupais, idéias); ou se, além disso, é elemento que atua na constituição do que há de essencial na obra enquanto obra de arte (CANDIDO, 2000, p. 4).

O combate contra essas doutrinas sociológicas, na análise do fenômeno literário, constitui uma importante intervenção por parte do crítico. Porém, ele não se isenta da procura da “formação de uma continuidade literária no país. Já foi demonstrado por Paulo Arantes a relevância de Sílvio Romero para Antonio Candido definir o seu esquema da “continuidade social do vínculo das letras, estreitado pela progressiva articulação do sistema” (1997, p. 14). Segundo ele, “a falta de seriação nas idéias” e “a ausência de uma genética” no Brasil, em que o autor não procede de outro, apontada por Sílvio na descrição da filosofia no Brasil, fez com que Candido realizasse o seu intento de formar uma “vida cultural orgânica” em favor de uma “organização do influxo interno”. Era preciso contrapor ao influxo externo e saber filtrá-lo no âmbito da realidade brasileira para produzir sentido ao processo de formação intelectual e cultural do país. Nesse sentido, entendemos a noção de sistema literário analisado neste trabalho como uma apropriação teleológica da história literária brasileira “pelo raciocínio literário da idéia de formação” (ARANTES, 1997, p. 21).

Portanto, observa-se o princípio da formação como uma justificativa ideológica para a nossa falta de “seriação das idéias” e “ausência de uma genética” que pudesse dar sentido “a formação cultural defeituosa” do país. Candido reivindica uma memória de uma literatura articulada, promotora de uma “história do que da nossa atividade literária sobrevive na nossa memória coletiva de nação”, pois não é a idéia de formação que deve fortalecer o nosso vínculo com essa literatura, para “a amarmos, mesmo ela sendo pobre e fraca, sob pena de ela cair no esquecimento”? Dessa maneira, enquanto justificativa ideológica, esse esquema da formação não

constitui uma ideologização da memória, na medida em que ele caracteriza os abusos de memória das categorias de rusticidade e brasilidade na formação de uma história literária teleológica e os abusos de esquecimento das técnicas retóricas e poéticas constitutivas das letras coloniais?

3.7 A formação da literatura brasileira e a sua finalidade teleológica

Para defender a tese de que a literatura brasileira é formada por um sistema combinado por três elementos indissolúveis; autor, obra e público, Antônio Cândido estabelece substancialmente uma disjunção entre manifestações literárias e literatura propriamente dita. Para ele, as manifestações literárias, ocorridas nos séculos XVI e XVII, não obedeceram a essa tríade, sendo, na verdade, manifestações isoladas, pois não havia uma organização no objetivo de promover a circulação dos bens literários. Desse modo, a recepção era insuficiente para a concretização de uma comunicação, que pudesse dar continuidade a formação de uma tradição.

Para compreender em que sentido é tomada a palavra formação, e porque se qualificam de decisivos os momentos estudados, convém principiar distinguindo manifestações literárias, de literatura propriamente dita, considerada aqui um sistema de obras ligadas por denominadores comuns, que permitem as notas dominantes de uma fase (CANDIDO, 2006, p.12).

Ao notarmos essas considerações, verifica-se que o mestre elucida os propósitos de sua obra, isto é, “reconhecer as notas dominantes de uma fase”. A formação de uma hegemonia literária vai ser observada no seu trabalho. A sua história literária edifica-se numa tradição produtora “de uma unidade especular que enlaça vida (sociedade) e literatura” (SUSSEKIND, 1984, p. 30). Somente é possível ser incluído nessa história os textos que repetem a nacionalidade, uma vez que, “como passíveis de crítica se tornam todos que de alguma forma não deixam traços claros de brasilidade nos seus textos” (SUSSEKIND, 1984, p. 30). Tal intenção nos permite perceber o seu caráter monista, dado o objetivo científico de advogar a tese, ou seja, conceber uma interpretação da história da literatura brasileira, não obstante de considerar, no prefácio da primeira edição, que de “modo algum importa no exclusivismo de afirmar que só assim é possível estudá-la” (CANDIDO, 1981, p. 25).

Contudo, o mesmo autor diz que “a literatura é um conjunto de obras não de fatores nem de autores [...] e uma obra é uma realidade autônoma, cujo valor está na fórmula que obteve para plasmar elementos não-literários: impressões, paixões [...] que são a matéria prima do ato criador” (idem, 2006, p.35). No seu conceito, do ponto de vista histórico-social, nossa fortuna literária foi produzida por grupos, quando houve uma sociabilidade intelectual, mais precisamente, quando homens dotados de semelhantes ideais e valores se congregaram de um lugar e de um tempo para chegar a uma comunicação. Desse modo a “literatura é entendida como fatos eminentemente associativos; obras e atitudes que exprimem certas relações dos homens entre si, e que, tomadas em conjunto, representam uma socialização dos seus impulsos íntimos⁴⁸”.

A literatura como fato social, esse foi o vezo ideológico sustentado pelo crítico. Da mesma forma que foi produtiva a ironia proferida contra o exclusivismo do meio e da raça na interpretação do fenômeno literário, também é produtivo formular questões as quais visam problematizar as bases de uma pretensiosa tradição literária nacionalista, ou seja, quais condições sociais e históricas tornaram possível o crítico localizar “na fase arcádica o início da nossa verdadeira literatura” (CANDIDO, 1981, p, 25).

Como já foi dito acima, em FLB, a idéia da origem enquanto questão que delinearía o ponto exato da formação da literatura não é discutida pelo autor, embora seja perceptível que as tendências nacionalistas e universalistas das quais ele retrata obedecem a um passado que é tido como arquétipo, a partir do qual o seu processo evolutivo e racionalizante coincidem convergentemente com as convenções clássicas e inovações românticas. Se a literatura brasileira surge de um “galho da portuguesa”, onde estaria a origem? Portanto, é nesse sentido que esta concepção de história literária não leva em conta as dispersões, as discontinuidades do “processo da história”, nessa visão, pois não é entendida pelas mudanças que podem destituir essa disposição historicizante do tempo, a qual legitima o desenvolvimento progressivo da literatura nacional. De acordo com estes postulados, o tempo não consistiria na afirmação dos ideais da nacionalidade? Nietzsche, nas segundas considerações intempestivas, condena todo conhecimento que se fundamente na idéia de história como processo. Para ele, o excesso de

⁴⁸ Id. 2000. P. 139.

história é prejudicial ao indivíduo que necessita de realizar uma ação efetiva no presente, ou seja, de produzir uma história liberta dos cânones do passado, uma vez que o homem detentor somente do saber sobre a cultura, mais precisamente, do saber histórico, tende à:

Viver em uma disposição historicizante e como que noturna, seu temor de nada mais poder salvar, no futuro, de suas forças e esperanças juvenis. Aqui e ali, justifica-se o curso da história, sim, o desenvolvimento conjunto do mundo, totalmente apropriado ao uso do homem moderno, segundo o cânone cínico: as coisas devem acontecer exatamente como agora e o homem deve tornar-se como agora os homens são e não de outro modo, ninguém se pode insurgir contra este imperativo. (...) a entrega total da personalidade ao processo do mundo (NIETSCHE, 2003, p. 76).

Noutras palavras, ele toma como pólo de referência o seu saber acumulado para guiar a sua interpretação simbólica do tempo, tendo em vista o encadeamento de fases que se sucedem imerso numa teleologia da história, a qual alimenta uma estabilização ontológica de uma determinada estruturação social de mundo? No fenômeno aqui discutido, passado, presente e futuro de nossa vida literária são compartimentados, de modo a serem empiricamente analisados a partir da categoria brasilidade ou, dito de outra forma, “a meta” do nosso historiador literário se confunde com o de buscar “a natureza aperfeiçoada” de seu modelo nacional literário, independente dos processos de subjetivação que poderiam romper, na interpretação do processo formativo da literatura, com o seu sentido de organização na configuração do sistema. Candido coloca barreiras para o pensamento de uma história literária descontínua, pois o sistema representa, para ele, a “transmissão de algo entre os homens e o conjunto de elementos transmitidos, formando padrões que se impõem ao pensamento” (1981, p, 24). O novo, ou o moderno de nossa história literária deveria ser a continuação avançada da tradição.

É possível analisar as idéias de Antônio Candido que representam a história literária como uma reprodução das estruturas simbólicas refletoras do nosso Estado-nação. Tais propostas objetivam sempre a consolidação de um pensamento unitário, de um sistema de classificação “objetivo”, que torna homogêneo um modo de conceber o tempo e a realidade. Portanto, “a construção de uma história literária, como a de uma árvore genealógica, se faz com o ocultamento das diferenças e descontinuidades” (SUSSEKIND, 194, p, 33). Durante o trabalho, ao observarmos a

configuração de um modelo nacional literário, visto sob a epistemologia de uma filosofia evolucionista, pudemos repensar a crítica postulada por Antônio Cândido às idéias que representam a literatura como cópia e espelho do real, dado que ficou explícito em sua rejeição aos princípios do meio, da raça e das correntes do momento na interpretação do objeto artístico. No entanto, verificamos que, quando o mesmo insinua perspectivar o processo evolutivo de nossa formação literária, ele retorna as bases do pensamento que trata o “processo da história literária” como retrato e reprodução do princípio evolutivo do processo do mundo:

se, por um lado, podemos captar a evolução literária na mudança histórica de sistema e, de outro, a história pragmática no encadeamento processual de estados da sociedade, não deve então ser possível estabelecer uma relação entre “série literária” e a “série não literária” que contenha a relação entre história e literatura, sem obrigar a literatura a dissipar seu caráter de arte em uma mera função de cópia ou de ilustração (JAUSS, 1970 apud LIMA, 2002, p.20).

O tempo histórico, na proposta apresentada, é congelado por uma redução esquemática, na qual são desconsideradas as ações dos sujeitos que o dinamiza na sua práxis, de maneira múltipla, singular e individual. Nesse aspecto, o autor advoga uma finalidade final para a história da literatura brasileira, em que a religião do “racionalismo” é tomada como bandeira na formação estrutural dessa história literária. Assim, o signo nação torna-se a principal justificativa e a aporia do ordenamento linear e progressista do tempo na defesa de sua tese. A literatura, na tese apresentada, visaria sempre o paradigma da semelhança, a *doxa*, a *physis* da brasilidade como um processo natural da literatura brasileira, tendo o Brasil como a forma final das nossas práticas de representação.

Considerações finais

Na presente dissertação, buscamos defender a hipótese a qual critica os abusos de memória e os abusos de esquecimento das categorias de rusticidade e brasilidade e as noções de gênio, originalidade, sujeito criador e sentimento local na interpretação da poesia de Cláudio Manuel da Costa e na definição da identidade nacional do escritor Machado de Assis. Nela, foi possível perceber a íntima relação entre o projeto de construção de uma identidade para a literatura brasileira e a ideologização da memória na obra FLB. No âmbito da discussão sobre as categorias da rusticidade e da brasilidade atribuídas por Antonio Candido às práticas de representação luso-brasileiras nos séculos XVIII e XIX, observou-se o anacronismo da leitura efetuada pelo autor de *Literatura e sociedade* sobre a poesia de Cláudio Manuel da Costa. Realizamos, com o auxílio dos artigos de João Adolfo Hansen e de Ricardo Martins Valle, a desconstrução dos conceitos de sujeito criador, gênio e subjetividade autônoma, substancializados por Antonio Candido em sua interpretação das letras do século XVIII.

Ao discutirmos as idéias de originalidade e rusticidade, verificamos os abusos de esquecimento no trabalho analisado, sobretudo quando foram desconsideradas as técnicas retóricas responsáveis pela *inventio*, *dispositio* e *elocutio* do soneto de Cláudio Manuel da Costa. Pudemos relativizar o princípio pelo qual Antonio Candido defende a formação de um sentimento local na poesia dos chamados poetas da inconfidência mineira, além de perceber a centralidade da poesia de Cláudio Manuel da Costa e da prosa literária de Machado de Assis na tese que sustenta a dialética do local e do universal enquanto determinante daquilo que é denominado de síntese final da literatura brasileira.

A configuração de um modelo nacional literário teleológico foi detectada em FLB. Tivemos a necessidade de utilizar a leitura realizada pelo filósofo Nietzsche a respeito da concepção totalizante de tempo histórico do filósofo Hegel. Essa leitura nos permitiu pensar criticamente a respeito do caráter teleológico do trabalho de Antonio Candido, sobretudo quando o mesmo defendia “a formação de uma continuidade literária tomada enquanto uma tocha que se carrega entre corredores”. Observamos o que Nietzsche (2003) conceituou de “disposição historicizante do

tempo”, a qual busca empreender sentido e continuidade para o processo da história em um sentido metafísico e teleológico. Essas idéias nietzschianas nos possibilitaram questionar o entendimento de Machado de Assis como representante da essência da síntese do processo de consolidação e amadurecimento da literatura brasileira.

Dando continuidade, realizamos um diálogo com o filósofo Paul Ricoeur por meio da sua obra *Tempo e narrativa*, no intuito de perceber os impasses subjacentes na hipótese a qual legitima a história da literatura brasileira enquanto síntese das tendências do nacionalismo e do universalismo. Não foi possível analisar a obra *Fenomenologia do espírito* do filósofo Hegel devido aos reveses enfrentados durante a escrita deste trabalho, uma vez que tivemos uma mudança de orientação no estágio final da dissertação, faltando somente dois meses para a defesa. Essa discussão será feita somente em uma possível tese de doutoramento. Reconhecemos também a nossa dificuldade em realizar essa empreitada por conta de nossa pouca familiaridade com os textos filosóficos.

Durante a pesquisa, observamos a natureza ideológica do discurso candidiano relativa à construção das categorias da rusticidade e da brasilidade como categorias que tornam inteligíveis as práticas letradas luso-brasileiras dos séculos XVIII e XIX. Percebemos os nexos do sistema literário edificado em FLB com os sistemas de autoridade, na medida em que “a ideologia busca legitimar é a autoridade da ordem ou do poder” (RICOUER, 2007, p. 96) e, como tal, ela gira em torno do poder. O nosso método de leitura para a análise da obra candidiana e para as demais referências foi o método dialético.

Compreendemos o livro FLB enquanto uma narrativa que exerce um abuso de esquecimento ao reivindicar a rusticidade na leitura e definição dos tipos e caracteres agentes imitados poeticamente por Cláudio Manuel da Costa. Além disso, o percebemos como um trabalho de crítica literária que também efetiva um abuso de memória ao construir a brasilidade como categoria explicativa da evolução literária nacional. Desse modo, notamos que é mais precisamente “a função seletiva da narrativa que oferece à manipulação a oportunidade e os meios de uma estratégia engenhosa que consiste, de saída, numa estratégia do esquecimento tanto quanto da rememoração” (RICOUER, 2007, p. 98). Portanto, não seria esta função seletiva própria à narrativa que explica a manipulação da memória exercida por Candido em

favor da permanência das idéias de sentimento local, originalidade, rusticidade e brasilidade em “nossa” literatura?

Notamos o uso feito por Antonio Candido da metáfora da literatura brasileira enquanto galho secundário da literatura portuguesa, a conseqüente exclusão dessa última do projeto da formação e a sua política de memória na afirmação de que devemos amar a nossa literatura para não a deixarmos cair no esquecimento. Assim sendo, o uso dessa política de memória não seria útil para tornar crível o conceito da literatura brasileira enquanto “nossa”, isto é, como literatura brasileira? As expressões retóricas presentes e analisadas em seu trabalho não nos fornecem um “conjunto de argumentos que eleva a ideologia à condição de mais-valia agregada à crença na legitimidade do poder”? (RICOUER, 2007, p. 97), mais precisamente, na legitimidade do poder da FLB enquanto a obra canônica explicativa da teoria da formação da literatura aqui produzida e da identidade nacional dos escritores que, segundo o mesmo, manifestaram a vontade de escrever uma literatura brasileira?

Como foi percebido, Antonio Candido não se indaga sob quais condições seria possível efetivar a permanência, no tempo, dessa identidade social reivindicada para os escritores literários do arcadismo e do romantismo do império luso-brasileiro nos séculos XVIII e XIX. Isso nos permite lançar a defesa de que tomar a história da literatura brasileira enquanto síntese das tendências do nacionalismo e do universalismo significa promover o fechamento dessa narrativa⁴⁹. A força do argumento candidiano é sustentada pela ideologização da memória da “continuidade literária”, dessa “linha evolutiva” a qual caracteriza a formação e a identidade nacional dos escritores do Brasil. O que pudemos perceber, na análise deste trabalho, foi a retórica empreendida pela defesa candidiana da rusticidade, do sentimento local do poeta Cláudio Manuel da Costa, do gênio machadiano, da originalidade e da brasilidade enquanto categorias fornecedoras da causa final motivadora da formação literária no país. Uma questão voltada para o impacto dessa teoria da literatura brasileira em pesquisas acadêmicas poderia nos demonstrar o alcance dessa ideologização da memória.

⁴⁹RICOUER, Paul. *A memória, a história e o esquecimento*. Tradução: Alain François [et al]. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007, p. 98. Este conceito explicita que “o fechamento da narrativa é assim posto a serviço do fechamento identitário da comunidade”.

Referências

ACHCAR, Francisco. *Lírica e lugar comum: Alguns temas de Horácio e sua presença em português*. São Paulo: Editora da universidade de São Paulo, 1994.

ARANTES, Paulo. *Dentido da formação: três estudos sobre Antonio Candido, Gilda Mello e Souza e Lúcio Costa*. São Paulo: Editora Paz e terra, 1997.

ARISTÓTELES. *Metafísica: livro 1 e livro 2; Ética a Nicômaco; Poética*; seleção de textos de José América Motta Pessanha; tradução de Vincenzo Cocco... [et al] –São Paulo: Abril Cultural, 1979.

ASSIS, Machado. *Instinto de Nacionalidade*. In: _____. *Crítica Literária*. São Paulo: Editora Brasileira Ltda, 1957. p.129-149.

ATHAÍDE, Tristão. *Teoria, Crítica e história literária*. Seleção e apresentação de Gilberto Mendonça Teles. Livros técnicos e científicos. Brasília: INL, 1980.

BAPTISTA, Abel de Barros. *O cânone como formação: a teoria da literatura brasileira de Antonio Candido*. In: *O livro agreste*. Campinas: Editora Unicamp, 2005, p. 41 a 80.

BERND, Zilá. *Literatura e identidade nacional*. 2ª Ed, Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

CANDIDO, Antonio. *A educação pela noite*. 5 edição revisada pelo autor. Rio de Janeiro: Ed Ouro sobre Azul, 2006.

_____. *Formação da literatura brasileira*. 7 Edição. São Paulo: Momentos decisivos. Itatiaia, 1993.

_____. *Formação da literatura brasileira*. 3 Edição. São Paulo: Momentos decisivos. Itatiaia, 1981.

_____. *Formação da literatura brasileira*. São Paulo: Momentos decisivos. Itatiaia, 2006.

_____. *Teresina etc*. 3 edição. Rio de Janeiro: Ed Ouro sobre Azul, 2007.

_____. *Literatura e Sociedade*. 8. Ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 2000; Publifolha, 2000. _ (Grandes nomes do pensamento brasileiro.

_____. *O método crítico de Sílvio Romero*. 4 edição revista pelo autor. Editora: Ouro sobre azul/Rio de Janeiro, 2006.

_____. *O observador literário*. 4 edição. Editora: Ouro sobre azul/Rio de Janeiro, 2008.

_____. *Os ultramarinhos*. In: *Vários escritos*. – 3ª Ed. Ver. E ampl. – São Paulo: Duas Cidades, 1995.

CHAGAS, Pedro. *A teoria da literatura como teoria da modernidade em Limites da Voz*, de Luiz Costa Lima. In: Floema. *Caderno de Teoria e História Literária. As Letras no Império Marítimo Lusitano II*. Edições UESB. Ano I, n.2, jul/dez. 2005, p. 190.

CHIAPPINI, Lígia. *Literatura e História. Notas sobre as relações entre os estudos literários e os estudos historiográficos*. In:_____. *Revista Brasileira de Literatura Comparada/Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas*. São Paulo: USP/FFLCH/DTLCC, 1996.

COSTA, Luiz. *A literatura e o leitor: textos de estética da recepção*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

COSTA, Luiz. *Concepção de história literária na Formação*. In: *Pensando nos trópicos*. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.

COSTA, LUIZ. *Estruturalismo e crítica literária*. In:_____. *A teoria da literatura em suas fontes*. Vol2./seleção, introdução e revisão técnica, Luiz Costa Lima. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p.779-815.

CURTIUS, Ernst Robert. *Literatura européia e Idade média latina*. 1 Edição brasileira. Biblioteca científica brasileira, série B-V. – Rio de Janeiro, 1957.

_____. *Limites da voz: Montaigne, Shlegel*. – Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

DENIS, Ferdinand. *Resumo da História literária do Brasil*. In:_____. *Historiadores e críticos do Romantismo*. São Paulo: USP, 1978.

FINAZZI-AGRO, Etori. *Em formação. A literatura brasileira e a “configuração da origem”*. In: Antonio Candido y los estudios latino americanos. Org: Raul Antelo. Série Críticas. Universidade de Pittsburgh, 2001.

GARRET, Almeida. *A restauração das letras, em Portugal e no Brasil, em meados do século XVIII*. In:_____. *Historiadores e críticos do Romantismo*. São Paulo: USP, 1978.

GUYER, Paul. *The Cambridge Companion to KANT*. Published by the press syndicate of the university of Cambridge. Cambridge University Press, 1992.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Editora centauro, 2006.

HANSEN, João Adolfo. *Alegoria.- construção e interpretação da metáfora*. São Paulo: Hedra; Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2006.

HANSEN, João Adolfo. *Agudezas seiscentistas*. In: Floema Especial-Ano II, n. 2 A. p. 85-109 out 2006.

HANSEN, João Adolfo. *A sátira e o engenho: Gregório de Matos e a Bahia do século XVII*. – 2. Ed. Ver. – São Paulo: Ateliê Editorial; Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

HANSEN, João Adolfo. *O discreto*. In: NOVAES, Aduato (org). *Libertinos e libertários*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

HATAB, Lawrence. *A genealogia da moral de Nietzsche: uma introdução*; tradução Nancy Juozapavicius. São Paulo, 2010.

HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

HUTCHEON, Linda. *O problema da referência*. In:_____. *Poética do pós-modernismo: história, teoria, ficção*. Trad. Ricardo Cruz. Rio de Janeiro: Imago, 1991. p.183 -202.

KANT, Imanuel. *Primeira Introdução à Crítica do Juízo*. trad. Rubens Rodrigues Torres Filho. in: Terra, Ricardo R. (org.) *Dois Introduções à Crítica do Juízo*. São Paulo: Iluminuras, 1995.

LACQUE-LABARTHE, Philippe. *Poétique de L'histoire*. Aux Éditions Galiléé, 9 rue Linné, 75005. Paris, 2002.

LAUSBERG, Heinrich. *Elementos de retórica literária*. 5 edição. Fundação Calouste Gulbenkian. Av. de Berna/Lisboa, 2004.

MAGALHÃES, Gonçalves. *Ensaio sobre a história da literatura do Brasil*. Biblioteca Academia Paulista de Letras. Niterói, Revista Brasiliense. Ciências, Letras e Artes. Introdução de Plínio Doyle. Apresentação crítica de Antônio Soares Amora, 1978.

MOREIRA, Dante. *O caráter nacional brasileiro: história de uma ideologia*. 4. Ed. Definitiva/com introdução de Alfredo Bosi. São Paulo: Pioneira, 1983.

MOREIRA, Marcello. *Ferdinand Denis, Almeida Garret, Gonçalves de Magalhães e algumas notas sobre a descrição na literatura brasileira do século XIX*. In: D. João VI e o Oitocentismo/ Tânia Maria Tavares da Cruz Ferreira, Gilda Santos, Ida Alves, Madalena Vaz Pinto e Sheila Hue (org)... [et al.]. – Rio de Janeiro: Contra Capa/Faperj, 2011.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. *Segunda consideração intempestiva: da utilidade e desvantagem da história para vida*. Tradução: Marco Antônio Casanova,- Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

NIETZSCHE, Friedrich. *Sobre verdade e mentira*. Tradução e organização de Fernando de Moraes Barros. – São Paulo: Hedra, 2008

Otilia Beatriz Fiori Arantes e Paulo Arantes. *Sentido da Formação: três estudos sobre Antonio Candido, Gilda de Mello e Souza e Lúcio Costa*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1997.

POESIA SEISCENTISTA- *Fenix renascida e Postilhão de Apolo*. Organização Alcir Pécora; Introdução João Adolfo Hansen. 1 edição. São Paulo: Hedra, 2002.

RICOTTA, Lúcia. A constelação espacial das cenas de origem em *Scènes de La nature*, de Ferdinand Denis. In: Revista USP, nº91. Setembro, outubro e novembro de 2011.

RICOUER, Paul. *A memória, a história e o esquecimento*. Tradução: Alain François [et al]. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

RICOUER, Paul. *Tempo e narrativa*. Tradução Claudia Berliner; revisão da tradução Márcia Valéria Martinez de Aguiar. – São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

ROMERO, Silvio. *História da literatura brasileira*. 7. ed . Rio de Janeiro: J. Olimpio; Brasília: INL, 1980.

SCHWARZ, Roberto. *Nacional por subtração*. In: Que horas são? : ensaios/Roberto Schwarz. – São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SISMONDI, Sismonde. De La Litterature Du Midi De L'Europe. In:_____. *Historiadores e críticos do Romantismo*. São Paulo: USP, 1978.

SOUZA, Roberto. *Introdução à historiografia da literatura brasileira*. Conselho Editorial: Ed. UERJ. Rio de Janeiro, 2007.

SUSSEKIND, Flora. *O escritor como genealogista*. In: América Latina: palavra, literatura e cultura/organizadora Ana Pizarro. – São Paulo: Memória; Campinas: Unicamp, 1994. Vol 2. Emancipação do discurso.

_____. *Tal Brasil, qual romance? Uma ideologia estética e sua história: o naturalismo*. Achiamé- Rio de Janeiro, 1984.

TEIXEIRA, Ivan. *Hermenêutica, retórica e poética nas letras da América Portuguesa*. In: Revista Usp/coordenadoria de comunicação social, Universidade de São Paulo. N.22, 1994.

VALLE, Ricardo Martins. *A ordem dos afetos. A bucólica de Cláudio Manuel da Costa*. In: FLOEMA. Caderno de teoria e história literária. Ano I, N.1, jan./jun. 2005. Vitória da conquista: Edições Uesb, 2005.

VENTURA, Gilvan da Silva. *Política e ideologia e arte poética em Roma: Horácio e a criação do principado*. In: *Politéia. História e Sociedade- Revista do departamento de história da UESB*. V.1. N.1 Vitória da Conquista Bahia: Edições UESB, 2001.

VERÍSSIMO, José. *História da literatura brasileira: de Bento Teixeira, 1601 a Machado de Assis, 1908*. Introdução de Heron de Alencar. 4 edição. Brasília. Editora Universidade de Brasília, 1981.

_____. *Teoria, crítica e história literária*. Rio de Janeiro: Livros técnicos e científicos; São Paulo: EDUSP, 1977.

[HTTP://www.jstor.org/stable/464726](http://www.jstor.org/stable/464726). DERRIDA, Jacques. *Economimesis*. Source: *Diacritics*, Vol. 11, No. 2, The Ghost of Theology: Readings of Kant and Hegel (Summer, 1981), pp. 2-25.

[HTTP://www.jstor.org/stable/3590856](http://www.jstor.org/stable/3590856). PADGEN, Anthony. *Fellow citizens and imperial subjects: Conquest and sovereignty in Europe's Overseas empires*. Source: *History and theory*, vol. 44, N°. 4, Themelssue 44: Theorizing Empire (Dec, 2005).